



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DEBORA PINHEIRO DONATO

PERCEPÇÕES SOBRE O SINDICATO E SINDICALIZAÇÃO DE PROFESSORES  
DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ

CURITIBA

2016

DEBORA PINHEIRO DONATO

PERCEPÇÕES SOBRE O SINDICATO E A SINDICALIZAÇÃO DE PROFESSORES  
DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, no curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

CURITIBA

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças  
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Donato, Debora Pinehrio Donato.

Percepção sobre o sindicato e a sindicalização de professores  
da Rede Estadual de Ensino do Paraná / Debora Pinheiro Donato.  
– Curitiba, 2016.  
144 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.  
Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.  
Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza


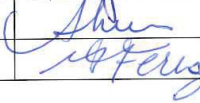
1. Sindicatos – Professores. 2. Educação e Estado – Paraná. 3.  
Educação – Políticas públicas. I. Título. II. Universidade Federal do  
Paraná.

CDD 331.88

## PARECER

Defesa de Dissertação de Débora Pinheiro Donato para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diana Cristina de Abreu, Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Ferraz, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: “PERCEPÇÕES SOBRE O SINDICATO E SINDICALIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ”.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza		<i>Aprovada</i>
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Diana Cristina de Abreu		<i>aprovada</i>
Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Ferraz		<i>Aprovada</i>

Curitiba, 31 de março de 2016.



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Rita de Assis César  
Vice-coordenadora do PPGE



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Rita de Assis César  
Matrícula: 159085  
Vice-Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação



## **AGRADECIMENTOS**

Dou graças a todos as pessoas que fizeram o curso de mestrado comigo, pois o que somos é resultado das interações sociais que travamos.

Obrigada a todos os alunos da turma de 2014, em especial, a Flávia Carolina, por termos tanto em comum e tantas diferenças. Pelas escutas sinceras. Pela sua humildade e coragem de viajar pelo mundo. Por me motivar a contribuir academicamente a um campo de pesquisa que não é o meu. Obrigada por falar em tudo que acredita por meio de ações e não por palavras.

Obrigada a Renata pela sensibilidade no dia da avaliação do meu texto na disciplina Seminário de Dissertação.

Obrigada a Sandra Marcia Duarte. Lembro-me daquele dia em que trouxe um livro com o intuito de ajudar na escrita da dissertação.

Dou graças a todos os professores que tive a oportunidade de estar junto. Obrigada professora Lucimar Rosa Dias e Eugênia Portella Siqueira. Tive a oportunidade de ter duas professoras negras, o que foi muito importante e animador no sentido de acreditar que podemos construir uma universidade e sociedade melhor. Obrigada por selecionarem um texto que aborda as manifestações do racismo no âmbito psicológico do indivíduo. Puder compreender como a identidade do negro é afetada, todos os dias, de forma negativa pelas manifestações de racismo.

Obrigada, professora Valéria Milena Rorich, por propor uma disciplina sobre Norbert Elias. Obrigada pela forma com que procedeu a correção dos trabalhos finais. Realmente, senti que o aprendizado foi seu maior objetivo para com todos os alunos.

Obrigada professora Mônica Ribeiro pelo rigor, seriedade e riqueza acadêmica em suas aulas em parceria com a professora Valéria. Sua maior mensagem é que sempre podemos mais!

Obrigada professor Marcos Edgar Bassi pela forma com que procedeu na disciplina Financiamento da Educação. Sua organização e precisão nos dados foi contagiante!

Obrigada professor Sebastian Danoso por transmitir a alegria por estar conosco em aula. Obrigada pelo respeito e organização. Obrigada por propor que escrevêssemos pequenos textos para cada aula sobre as metas dos PNE. A capacidade de síntese de ideias é mesmo essencial!

Dou graças ao meu orientador. Infelizmente não tenho, ainda, a habilidade necessária para colocar em palavras meu agradecimento.

Sou grata aos professores que compuseram a banca examinadora, Marcos Ferraz e Diana Abreu. Nada melhor do que um olhar sociológico sobre o objeto de pesquisa. Obrigada pelas contribuições.

E, por fim, agradeço ao meu professor favorito, que muito me ensina, mesmo sem saber, Ehrick. A maior lição, neste último ano, talvez seja a fidelidade. Não aquela fidelidade conjugal, mas aquela fidelidade em estar junto não importando a situação. Obrigada!

*O desenvolvimento do sindicalismo na atualidade  
suscita debates apaixonados (DAL ROSSO, 2013,  
p.40).*

## RESUMO

As vésperas de completar 70 anos, o maior sindicato de trabalhadores em educação pública do estado do Paraná, APP-Sindicato, foi protagonista de uma das maiores greves organizadas pela categoria, apoiada por diversos movimentos sociais e a população paranaense em geral. Neste contexto de greve, que aconteceu no primeiro ano do segundo mandato do governador Beto Richa (PSDB), a pauta maior foi a luta pela continuidade de direitos outrora conquistados (plano de carreira, previdência, formação continuada, etc.). Assim, a presente pesquisa teve como objetivo levantar as percepções dos professores da rede estadual do Paraná sobre seu sindicato e sobre o processo de sindicalização. Para tal intento optou-se pela realização de entrevistas semi estruturadas, pois se entendeu que o objeto de pesquisa, as percepções dos professores, dificilmente seriam captadas por instrumentos quantitativos. Com base no trabalho de Corso (2009), desenvolveu-se um roteiro de entrevista composto por 8 pequenos textos extraídos de diferentes fontes (acadêmicas e não acadêmicas), o qual foi aplicado a quatro professores, três concursados e um temporário. O professor temporário não era sindicalizado bem como um dos concursados. Entre as percepções dos professores sobre o sindicato está a necessidade de deixar claro quais são os seus objetivos, atualizar seu discurso, a forma de arregimentar filiados. Há uma diversidade de percepções sobre a entidade, o que pode estar relacionado com a própria heterogeneidade dos professores, mas a sindicalização parece ser um fator específico de diferenciação, pois permite ao docente conhecer mais de perto as conquistas alcançadas pelo sindicato ao longo do tempo, sua ligação com outras instâncias de luta, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), além de aspectos cotidianos da organização, como o valor da contribuição sindical. Ademais, não ser sindicalizado também nos trouxe uma gama diversa de percepções sobre a entidade, de teor crítico, que pode ser aproveitada em um processo de avaliação institucional com o intuito de avançar nas formas de atuação. Apesar de tudo, os docentes entrevistados reconhecem seu sindicato como a principal forma de organização e luta da categoria.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais, APP-SINDICATO, sindicalismo docente, percepções.

## **ABSTRACT**

On the eve of its 70th anniversary, the largest public education workers union in the state of Paraná, APP-Syndicate, was the protagonist of one of the largest strikes organized by the category, supported by various social movements and the population of Parana in general. In this context of strike, which took place in the first year of the second term of Governor Beto Richa (PSDB), the main agenda was the struggle for the continuity of rights previously won (career plan, pension plan, continuing education, etc.). Thus, the present research aimed to raise the perceptions of teachers of the Paraná state network about their union and about the unionization process. For this purpose it was decided to conduct semi-structured interviews, because it was understood that the research object, teachers' perceptions, would hardly be captured by quantitative instruments. Based on the work of Corso (2009), an interview script was developed consisting of 8 short texts extracted from different sources (academic and non-academic), which was applied to four teachers, three candidates and one temporary. The temporary teacher was not unionized as well as one of the candidates. Among teachers' perceptions of the union is the need to make clear what its objectives are, to update its discourse, the way to regiment affiliates. There is a diversity of perceptions about the entity, which may be related to the teachers' own heterogeneity, but unionization seems to be a specific factor of differentiation, as it allows the teacher to know more closely the achievements achieved by the union over time, its connection with other instances of struggle, such as the National Confederation of Education Workers (CNTE), as well as daily aspects of the organization, such as the value of union contributions. In addition, not being unionized has also brought us a diverse range of critically critical perceptions of the entity that can be harnessed in an institutional assessment process with a view to advancing forms of action. Nevertheless, the teachers interviewed recognize their union as the main form of organization and struggle of the category.

**Key-words:** Educational Policies, APP-SINDICATO, teaching unionism, perceptions.



## RESUMÉN

En la víspera de su 70 cumpleaños, el mayor sindicato de trabajadores de la educación pública del estado de Paraná, APP-Sindicato, fue el protagonista de una de las mayores huelgas organizadas por categorías, con el apoyo de diversos movimientos sociales y población en general Paraná. En este contexto, huelga, que tuvo lugar en el primer año del segundo mandato del gobernador Beto Richa (PSDB), el programa más grande era la lucha por la continuidad de los derechos ganaron una vez (plan de carrera, plan de pensiones, la educación continua, etc.). Por lo tanto, esta investigación tuvo como objetivo aumentar las percepciones de los profesores del estado de la red Paraná en su unión y el proceso de sindicación. Para este fin, se decidió llevar a cabo entrevistas semi estructuras porque se entendía que el objeto de la investigación, las percepciones de los profesores, difícilmente podría ser capturado por las herramientas cuantitativas. Basado en el trabajo de Corso (2009) desarrolló un guión de entrevista consta de 8 pequeño texto extraído de diversas fuentes (académicas y no académicas), que se aplicó a cuatro profesores, tres boletín oficial y temporal. El maestro temporal no estaba sindicalizada y una de las boletín oficial. Entre las percepciones de los profesores en la unión está la necesidad de dejar claro lo que son sus metas, actualizar su dirección, cómo reclutar afiliados. Hay una diversidad de percepciones de la entidad, que puede estar relacionado con la heterogeneidad de los profesores, pero la unión parece ser un factor de diferenciación específica, ya que permite que el profesor sabe más cerca de los logros obtenidos por la unión con el tiempo, su conexión con otras instancias de lucha, tales como la Confederación Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE), y aspectos cotidianos de la organización, como el valor de la cuota sindical. Además, no se sindicado también trajo en una diversa gama de percepciones sobre la organización, el contenido crítico, que puede ser aprovechada en un proceso de evaluación institucional con el fin de avanzar en las formas de acción. Después de todo, los profesores entrevistados reconocen su unión como la principal forma de organización y lucha de la categoría.

**Palabras clave:** Políticas Educativas, APP-SINDICATO, los sindicatos de docentes, percepciones.

## LISTA DE SIGLAS

ACP - ASSOCIAÇÃO CAMPO-GRANDENSE DE PROFESSORES.

ALEP – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ.

AMMC - ASSOCIAÇÃO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA.

ANPED – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO.

APC-DF - ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATÓLICO DO DISTRITO FEDERAL.

APEFS - ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

APESNOESP - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO E NORMAL OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

APLB - ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES LICENCIADOS DO BRASIL.

CAPES – COMISSÃO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

CBE - CONFEDERAÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO.

CEBS - CONFERÊNCIAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO.

CF 88 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

CONCLAT - COORDENAÇÃO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA.

CPB - CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL.

CPERS – SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

CPPB - CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS DO BRASIL.

CTERA - CONFEDERACIÓN DE TRABAJADORES DE LA EDUCACIÓN DE LA REPÚBLICA ARGENTINA.

FBAPEF - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFESSORES DE

EDUCAÇÃO FÍSICA.

FLACSO - FACULDAD LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

LDBEN - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

NS – NÚCLEO SINDICAL.

NUPET - NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS DO TRABALHO.

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.

PSDB – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA BRASILEIRO.

SAEB – SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

SciELO – SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE.

SEPE-RJ - SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO DO RIO DE JANEIRO.

SIND-UTE/MG - SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS.

UERJ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO.

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - ARTIGOS ENCONTRADOS NA REVISTA ELETRÔNICA SCIELO A PARTIR DA PALAVRA-CHAVE SINDICALISMO DOCENTE	112
QUADRO 02 - TRABALHOS ENCONTRADOS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	114
QUADRO 03 - NÚMERO DE TRABALHOS POR GT NAS ÚLTIMAS QUATRO REUNIÕES ANUAIS DA ANPED	36
QUADRO 04 - PRODUÇÕES SOBRE SINDICALISMO DOCENTE MENCIONADAS PELO NUPET/UERJ	37
QUADRO 05 - COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES	50
QUADRO 06: DENOMINAÇÃO DAS CONFEDERAÇÕES DE EMPREGADORES E EMPREGADOS	50
QUADRO 07 - CARGOS QUE COMPÕEM A DIRETORIA ESTADUAL DA APP- SINDICATO	61
QUADRO 08 - NÚCLEOS SINDICAIS DA APP-SINDICATO	62
QUADRO 09 - MEMBROS DA DIRETORIA	63
QUADRO 10 - INTÂNCIAS DELIBERATIVAS ESTADUAIS E REGIONAIS DA APP- SINDICATO	64
QUADRO 11 - COMPOSIÇÃO DO PROGRAMA FORMATIVO DA APP-SINDICATO EM CONJUNTO COM ACNTE (2007-2009)	67
QUADRO 12 – RESUMO DE INFORMAÇÕES REFERENTES À SINDICALIZAÇÃO	83
QUADRO 13 - REVINDICAÇÕES DA GREVE DE 2015 DA APP-SINDICATO	98

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1: ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE PROFESSORES NO PARANÁ	52
FIGURA 2: ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES NO MATO GROSSO DO SUL	53
FIGURA 3: A LOCALIZAÇÃO DOS NRE's NO ESTADODO PARANÁ	66

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>CAPÍTULO 1 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE SINDICALISMO DOCENTE, HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL</b>	24
1.1 Revisão bibliográfica	24
1.2 História do sindicalismo docente no brasil	39
1.3 Organização sindical celetista	45
1.4 Organização sindical dos docentes do ensino público	51
<b>CAPÍTULO 2 – APP-SINDICATO: ORGANIZAÇÃO E LUTA</b>	55
2.1 Alguns fatos marcantes sobre a história da app-sindicato	55
2.2 Organização da app-sindicato	60
<b>CAPÍTULO 3 – AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES PARANAENSES SOBRE O SINDICATO DOCENTE E SINDICALIZAÇÃO</b>	69
3.1 Metodologia	69
3.2 Validação do instrumento de pesquisa	74
3.3 Análise dos dados coletados nas entrevistas com professores da rede estadual de educação do estado do Paraná	76
3.3.1 Críticas a app-sindicato: problemas na organização, necessidade de atualização	76
3.3.2 Sindicalizar-se pra quê?	81
3.3.3 O que são os sindicatos?	85
3.3.4 Os sindicatos docentes e a crise mundial	88
3.3.5 Papel da CNTE	90
3.3.6 O sindicato como movimento social organizado	92
3.3.7 O papel de vanguarda do sindicato	95
3.3.8 A greve dos trabalhadores em educação do paraná	97
3.3.9 A vocação corporativa do sindicato	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	102
<b>REFERÊNCIAS</b>	106
<b>ANEXOS</b>	111
<b>APÊNDICES</b>	115



## INTRODUÇÃO

O dia 29 de abril de 2015 foi marcado, no Paraná, por um violento e trágico acontecimento, tanto é que este dia é lembrado como dia de luto e luta pelo sindicato que representa os trabalhadores da educação pública do estado, APP-Sindicato. Os professores e demais servidores estaduais foram agredidos pelos policiais militares sob comando do então Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Fernando Francischini (SD) e sob chefia do governador Carlos Alberto Richa (PSDB). Foram utilizadas bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha, *spray* de pimenta, cachorros treinados e até helicópteros. Tudo isto aconteceu por volta das 15 horas daquele dia, no Centro Cívico, aos arredores da Praça Nossa Senhora de Salette em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP). Segundo informações divulgadas pela Gazeta do Povo, foram contabilizados 213 feridos, inclusive 3 jornalistas e 20 policiais militares. O cenário de guerra foi motivado pela luta dos professores e demais servidores do estado que se posicionaram contra a votação de um projeto de lei<sup>1</sup> que alteraria o regime previdenciário. O excesso por parte da polícia militar foi tão desproporcional que manifestantes precisaram se abrigar e serem atendidos aos cuidados médicos dentro do prédio da prefeitura municipal de Curitiba. Uma creche municipal localizada no bairro precisou chamar os pais das crianças para que estas fossem levadas para casa, devido a grande quantidade de gases que chegaram ao estabelecimento de ensino, fora o barulho das bombas e dos gritos dos manifestantes. Foi no dramático clima deste acontecimento, um dos mais violentos que já se sucederam ou talvez o mais violento da história da educação do estado do Paraná que esta pesquisa de mestrado foi desenvolvida, apesar de não ser propriamente seu objeto de estudo. O objeto de estudo deste trabalho são as percepções dos professores da rede estadual de ensino do Paraná (REE/PR) sobre seu sindicato e sobre a sindicalização.

Para início de conversa, os sindicatos não foram gerados em qualquer sociedade ou em um momento histórico qualquer. Em outras palavras, estas

---

<sup>1</sup> Projeto de lei 252/2015 que tramitou e foi aprovado na ALEP sancionado em Diário Oficial do Estado do Paraná como Lei nº 18.469 - 30 de Abril de 2015 que propõe "Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e adoção de outras providências" (PARANÁ, 2015).

organizações não surgiram em todos os tipos de sociedades. Sua gênese foi possível devido a relações (conflituosas e cooperativas) e processos (de exploração, alienação, etc.) existentes em um tipo de sociedade específica, em que a mais importante mercadoria para geração de riqueza tornou-se o trabalho, não qualquer tipo de trabalho, mas o trabalho assalariado. Trata-se da sociedade conhecida como capitalista (FERRAZ, 2012).

O termo sindicalismo docente reúne diferentes segmentos de professores (os que são contratados pelo setor público e os contratados pelo setor privado), que podem estar agregados em organizações sindicais de acordo com o nível de ensino em que exercem seu trabalho (a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior) ou de acordo com a fonte remuneradora (governo estadual, municipal ou federal). No caso desta dissertação, o tema de estudo é o sindicalismo docente da educação básica no setor público.

Os docentes do setor público tem, historicamente, constituído duas formas organizacionais de sindicatos: por categoria profissional ou por ramo de atividade. Assim, existem sindicatos que congregam somente profissionais do magistério<sup>2</sup> (professores, pedagogos, diretores), o que se configura como um exemplo de categoria profissional. Em Curitiba há o SISMMAC<sup>3</sup>, sindicato que representa somente o segmento do magistério da rede municipal de ensino da capital do Paraná. Como exemplo de sindicatos por ramo de atividade existe os que congregam trabalhadores em educação (professores, pedagogos e funcionários que cooperam com o ensino, exercendo atividades técnico-administrativas, de higienização de ambientes, preparo de alimentos, etc., nas instituições escolares) e os que congregam todos os funcionários públicos de um mesmo município ou rede de ensino. O sindicato que representa os professores que serão entrevistados para esta pesquisa de mestrado, APP-Sindicato, é um exemplo de instituição que reúne tanto profissionais do magistério como funcionários que cooperam com o ensino.

O sindicalismo docente, enquanto objeto de investigação científica, pode ser estudado, a partir de dois caminhos, segundo a compreensão de Dal Rosso (2011). Para o autor é possível estudar o sindicalismo docente a partir da teoria do

---

<sup>2</sup> Entende-se profissional do magistério aquele que atua direta ou indiretamente em atividades de ensino (docência, direção, coordenação, supervisão, etc.) dentro das unidades educacionais.

<sup>3</sup> SISMMAC é o sindicato dos servidores do magistério municipal de Curitiba. Congrega os profissionais do magistério: magistério I e magistério II além dos pedagogos.

sindicalismo em geral, já que esta última dispõe de uma produção acadêmica vasta, oriunda da sociologia, ciências sociais e ciência política. Outro caminho seria estudar o sindicalismo em geral a partir das especificidades do sindicalismo docente, especificidades que advém da natureza do trabalho docente, um trabalho entendido como imaterial, pois o produto final não é palpável. O autor ainda ressalta o fato de que, caso o segundo caminho seja escolhido, é necessário ao pesquisador desenvolver uma construção conceitual. Para o desenvolvimento desta dissertação optou-se por transitar em ambos os caminhos.

Os desafios para o estudo do sindicalismo docente são consideráveis. Entre eles está a falta de unidade conceitual sobre a temática, já que os estudos e pesquisas da área ainda são poucos frente ao universo heterogêneo e quantitativo de organizações sindicais no Brasil (DAL ROSSO, 2011).

Rodrigues (2015) apresenta um perfil da sindicalização no Brasil entre os anos de 1992 a 2003 a partir dos dados da PNAD do IBGE. Ele confirma de acordo com a literatura da área a tendência à sindicalização a partir de três fatores: a idade, renda e escolaridade. Nas palavras do autor:

Em segundo lugar, a partir dos dados analisados, novas tendências se juntam às mencionadas acima: do ponto de vista regional, a única região no Brasil em que há crescimento da densidade sindical, ainda que pequena, é a região Nordeste. Já o Norte e o Centro-Oeste mantêm, para o período, suas taxas, praticamente, inalteradas e, nas regiões Sul e Sudeste, que eram aquelas com maiores taxas de associativismo em 1992, respectivamente, 26% e 18%, em 2013 representavam apenas 19% e 15%. Além disso, do ponto de vista da relação rural/urbana, ocorreu uma importante mudança: em 1992, a taxa de sindicalização entre os trabalhadores urbanos representava 23% contra 17% dos rurais. Ocorreu, no entanto, uma inversão desta tendência, passados 22 anos: em 2013, a taxa de sindicalização rural representava 24%, ao passo que a urbana não passava de 15%. Outro aspecto que chama a atenção nesta reconfiguração da sindicalização é o papel desempenhado pela questão de gênero e a sindicalização: se, no âmbito geral, ocorreu um deslocamento para baixo da sindicalização masculina, que passou de 22%, em 1992, para 17%, em 2013, no caso da feminina, houve um pequeno crescimento no período, de 14% para 16%. Vale dizer, em 1992, havia uma diferença de oito pontos percentuais, a favor dos homens, já em 2013 esta diferença caiu para um ponto percentual, apenas. E, onde esta taxa de associativismo feminino tem crescido com mais força, no período estudado, é na zona rural: a participação da sindicalização feminina em 1992 representava 20% contra 80% da masculina; em 2013, os dados são, respectivamente, 41% a 59%. O que ilustra um crescimento expressivo, no período, do associativismo feminino no meio rural. De outra parte, em termos gerais, a sindicalização nas áreas rurais, no período, que representava 17% em 1992, chegou a 24% em 2013, ao mesmo tempo em que ocorreu uma queda do associativismo sindical urbano, respectivamente, de 23% para 15%, conforme mencionado anteriormente (RODRIGUES, 2015, p.486).

Até o presente momento não existem dados<sup>4</sup> disponibilizados pelo MTE para consulta *online* do número de sindicatos de professores da educação básica pública. Resta saber que, por lei, é proibido existir em uma mesma base territorial mais de um sindicato de uma mesma categoria trabalhista, reconhecido oficialmente. Em outras palavras, é vetada a existência, por exemplo, de dois sindicatos que representam os trabalhadores do transporte público no município de Curitiba. Apenas um sindicato pode ser reconhecido como entidade representativa de uma categoria. Esta é uma das características do sindicalismo de Estado, a *unicidade sindical* (BOITO JUNIOR, 1991).

Nem sempre os professores do setor público puderam se organizar em sindicatos. Foi somente após a aprovação da Constituição Federal de 1988 (CF 88), em seu artigo 37, que os servidores públicos civis<sup>5</sup> obtiveram o direito à livre associação. Diferente dos trabalhadores do setor privado que, em 1943, no governo do presidente Getúlio Vargas obtiveram uma legislação<sup>6</sup> específica que tratou sobre o tema, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Antes da conquista do direito à livre associação sindical e à greve pelos servidores públicos civis, os professores do setor público se organizavam em associações, que possuíam caráter assistencial, recreativo e literário. Apesar dos membros destas associações docentes refletirem sobre a educação pública, suas condições de trabalho, o valor da retribuição devida pelo Estado em retribuição ao trabalho prestado e outras inúmeras questões, não tinham o direito de constituírem sindicatos (VICENTINI; LUGLI, 2009). O SISMMAC e a própria APP-Sindicato foram associações. Antes da fundação do SISMMAC os professores organizaram a Associação dos Professores Municipais de Curitiba em 1971, no período da ditadura militar, que foi extinta apenas dois anos depois. Após a ditadura, uma nova associação foi montada, a Associação do Magistério Municipal de Curitiba (AMMC), por meio da qual foram empreendidas muitas campanhas de luta. Logo após a promulgação da Constituição de 1988 o magistério decide extinguir a associação para dar lugar ao sindicato propriamente dito. Na rede estadual de ensino do Paraná, no passado o magistério também constituiu associações. A mais antiga foi datada de 1942.

---

<sup>4</sup> Consulta realizada no domínio público <<http://www.rais.gov.br/sitio/download.jsf#layouts>>. Não estavam disponíveis os dados sindicais. Também foi realizada consulta no domínio público do IBGE < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1416.pdf>> que disponibilizou uma publicação de 2003 contendo dados sindicais de 1988 a 2001 .

<sup>5</sup> Os servidores públicos militares não possuem o direito à livre associação sindical.

<sup>6</sup> Antes da CLT de 1943 já existiam algumas legislações trabalhistas.

Após a CF 88 muitas associações de professores foram extintas para dar lugar a sindicatos propriamente ditos. Gouveia (2012) ao realizar um estudo tendo como recorte geográfico o Primeiro Anel Metropolitano de Curitiba verificou que dos 12 municípios que fazem parte da região a grande maioria possuiu associação de professores ou de servidores públicos (incluídos os docentes), antes da fundação de sindicatos, o que a autora chamou de *tradição associativa*.

Ainda neste estudo, Gouveia (2012) descreveu a diversidade de formas organizativas das entidades sindicais que congregam os professores da educação pública encontradas na região, que compõe o contexto de realização da pesquisa. Estas formas organizativas são quatro:

(...) sindicatos municipais do magistério que congregam apenas professores municipais; associações de professores municipais, com articulação com o sindicato estadual de trabalhadores em educação; sindicato de servidores municipais que congregam todos os servidores públicos municipais e entidade estadual que congrega trabalhadores em educação da rede estadual e articula-se a algumas associações municipais de professores (GOUVEIA, 2012, p.82).

Ao realizar estudo sobre a relação entre a sindicalização dos professores da segunda etapa do ensino fundamental e do ensino médio e o desempenho dos estudantes, entre o período de 1995 a 2005, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Landwehrkamp (2010) levantou os dados sobre a taxa de sindicalização no Brasil:

Adentrando ao estudo em foco, necessário salientar que a taxa de sindicalização dos professores agregada, ou seja, professores das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, cresceu 14,2% (quatorze inteiros e vinte centésimos por cento), no período de 1995 a 2005, passando de 30,2% (trinta inteiros e vinte centésimos por cento), em 1995, para 40,2% (quarenta inteiros e vinte centésimos por cento), em 2005 (LANDWEHRKAP, 2010, p.23).

Para contribuir com a superação dos desafios do campo de pesquisa sobre sindicalismo docente no ano de 2008 foi constituída, através dos esforços de um pequeno grupo de pesquisadores sobre trabalho docente, uma rede internacional de estudos sobre o tema, a Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e

Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede Aste)<sup>7</sup>, que tem como objetivo central o intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países para a qualificação e disseminação de pesquisas da área

Para Gouveia e Ferraz (2013), o debate acerca das políticas educacionais pode ser realizado por diferentes vias. Entre estas vias está a ação política de diferentes atores que compõem a sociedade. E entre estes atores políticos o movimento sindical se apresenta como uma alternativa.

É característica do ator político a capacidade de influenciar uma política pública ao longo do *ciclo de políticas*<sup>8</sup> (SECCHI, 2013). Esses atores são pessoas, grupos ou organizações que exercem papéis na arena política, tornando um problema digno de atenção da coletividade para que este entre em um determinado momento na agenda política. Para exercer esta influência sobre a opinião pública, o ator político estuda, faz proposições e busca que estas sejam concretizadas.

Segundo o referido autor, é possível categorizar os atores políticos de diferentes formas. Uma delas é distingui-los entre atores individuais e coletivos. “Os atores individuais são pessoas que agem intencionalmente em uma arena política” (SECCHI, p. 100, 2013). Como exemplo, temos os políticos, os burocratas, os magistrados, os formadores de opinião, entre outros. Os atores coletivos são grupos e organizações que também agem intencionalmente em uma arena política. Como exemplo é possível citar as associações de moradores, os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. O que caracteriza, de fato, um ator político, seja individual ou coletivo, é a disputa, de forma intencional, a política pública (SECCHI, 2013). Levando em conta estas ideias, é possível conceituar o sindicato e os docentes como importantes atores políticos que influenciam as políticas educacionais por meio de suas práticas.

As práticas, por conseguinte, são moldadas a partir dos conhecimentos constituídos no e pelo indivíduo. Estes conhecimentos, de acordo com a teoria das representações sociais, podem ser do âmbito acadêmico ou do âmbito popular. Porém, é o conhecimento popular que mais guia a prática cotidiana das pessoas, já que o conhecimento acadêmico é mais restrito. Tendo em vista que é o

---

<sup>7</sup> A Rede Aste possui uma página no *facebook* em que são divulgados os seminários nacionais e internacionais promovidos pelo grupo (<https://www.facebook.com/pesquisadoresredeaste?fref=ts>).

<sup>8</sup> Ciclo de políticas é uma abordagem teórico-metodológica desenvolvida pelo sociólogo Stephen Ball e colaboradores para analisar a trajetória de políticas sociais e, entre estas, as políticas educacionais (MAINARDES, 2006).



conhecimento popular que predomina sobre as práticas cotidianas, é possível indagar-se sobre como as práticas dentro do movimento sindical dos professores são permeadas por estes conhecimentos. Refletir sobre os conhecimentos consensuais que permeiam as práticas pode ajudar a compreender o próprio movimento sindical em uma determina conjuntura.

Tomamos como ponto de partida que estudar as percepções dos docentes sobre sindicato e sobre a sindicalização ajuda a compreender a construção da realidade sobre o próprio movimento sindical.

A partir dessas considerações e da pesquisa bibliográfica realizada sobre o tema do sindicalismo docente foi desenvolvida a seguinte pergunta de pesquisa: quais são as percepções dos professores da rede estadual de ensino do Paraná sobre o sindicato e a sindicalização?

Dito isto, depreendem-se objetivos específicos da pesquisa que são:

- Verificar como os professores compreendem o sindicato.
- Levantar o que tem motivado os professores a sindicalizarem-se ou não.
- Compor um perfil do professor sindicalizado.
- Listar e analisar quais funções ou objetivos que os professores atribuem ao sindicato.
- Avaliar em que medida suas percepções sobre o sindicato condizem com o estatuto da organização sindical e estrutura disponível.

Para o levantamento de dados qualitativos foram entrevistados 4 professores da rede estadual de ensino do Paraná.

A escolha destes sujeitos justifica-se na medida em que se objetiva constituir uma amostra de participantes que represente a diversidade de docentes que são representados pela APP-sindicato: um professor contratado por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS<sup>9</sup>), não sindicalizado e três professores contratados por meio de concurso público, dois sindicalizados e outro não.

A técnica de entrevista escolhida foi a semi-estrutura com base na dissertação de Corso (2009), que consiste na adaptação da técnica de Auler e Delizoicov (2002) onde foram selecionados citações de jornais, livros e outros documentos oficiais para que os entrevistados analisassem e se posicionassem diante delas. A escolha

---

<sup>9</sup> PSS é a sigla de Processo Seletivo Simplificado que é a forma de contratação de professores com contrato de trabalho temporário para atuar nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

desta técnica deu-se tendo em vista que se julgou que seria ineficaz para a obtenção dos dados a utilização de perguntas diretas sobre a opinião dos docentes acerca da entidade que os representa, a APP- Sindicato.

O roteiro de entrevista foi composto por 7 trechos<sup>10</sup> de artigos científicos, de matérias do jornal da APP-Sindicato e de vídeos divulgados no canal do *youtube* do Núcleo Metropolitano Norte. Optou-se pela não inclusão, no roteiro de entrevista, das fontes dos trechos selecionados, pois foi considerada a possibilidade de os participantes serem influenciados em suas respostas.

A escolha de cada trecho para composição do roteiro objetivou oferecer aos participantes uma gama diversificada de representações sobre a entidade sindical. O trecho 1, por exemplo, fala sobre o sindicato de uma forma positiva, adjetivando-o como “poderosa organização” da atualidade e nomeia os docentes como “trabalhadores da educação”. O trecho 2, por sua vez, relaciona o sindicato e os trabalhadores em educação ao contexto da crise econômica e social em escala global, com o objetivo de provocar o entrevistado a pensar na organização sindical ligada ao contexto macro. O trecho 3, extraído de um vídeo publicado em um canal no *youtube* por um Núcleo Sindical (NS) da APP-Sindicato tem como foco o processo de sindicalização dos docentes. O objetivo deste trecho é provocar o entrevistado a pensar sobre sua opção ou não pela sindicalização.

O trecho 4 da entrevista, retirado de uma matéria do jornal publicado pela APP- Sindicato, o Jornal 30 de agosto, fala sobre o episódio do fim do chamado “tratoração” na ALEP em que devido a intensa mobilização dos servidores públicos, inclusive os da educação, foi extinto o Regime de Comissão Geral, que era um regime de tramitação de projetos de lei em que não era possível o devido debate, já que ele poderia ser aprovado em caráter de urgência. A escolha deste trecho deu-se com o intuito de relacionar a capacidade de mobilização do sindicato a lutas e conquistas que não beneficiam somente a categoria dos trabalhadores em educação ou dos servidores estaduais, mas sim a sociedade como um todo.

O trecho 5 da entrevista, também extraído do Jornal 30 de agosto, fala sobre a última greve dos trabalhadores em educação do Paraná que ocorreu no início do ano de 2015. Teve como objetivo propiciar uma reflexão dos entrevistados sobre o caráter corporativista do sindicato, em outras palavras, sobre sua “vocação” para a

---

<sup>10</sup> Os trechos e as entrevistas estão em anexo nesta dissertação na íntegra.

defesa de direitos novos direitos e dos anteriormente conquistados por uma categoria.

O trecho 6 é que é um fragmento de um artigo apresentado na 23ª Reunião Nacional de ANPED e expressa a dimensão pedagógica do sindicato, em outras palavras, a capacidade que o sindicato tem de organizar atividades formativas para seus associados que oportunizam refletir sobre a sociedade como um todo e não somente em questões corporativas ou que afetam diretamente o trabalho docente.

Extraído de uma matéria publicada pelo economista e colunista da revista Veja, Gustavo Ioshpe, o trecho 7 constitui-se como uma crítica ao sindicato de professores. A escolha deste trecho deu-se com o objetivo de levar os entrevistados a refletirem sobre o que consideram negativo ou ruim na organização sindical, o que poderia mudar, ser diferente.

Esta dissertação ficou constituída em 3 capítulos. No capítulo um apresenta-se uma revisão bibliográfica da produção acadêmica sobre o tema do sindicalismo docente, que foi realizada em diferentes instâncias (Biblioteca Científica e Eletrônica Online, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, etc.), com o intuito de familiarizar a autora com os objetivos de estudos, metodologias e aportes teóricos referentes à temática. No mesmo capítulo há também uma explanação sobre a gênese do sindicalismo em geral e a história do sindicalismo docente do setor público. No segundo capítulo há a descrição de alguns fatos marcantes sobre a história do sindicato participante da pesquisa, APP-Sindicato, características gerais sobre sua organização. No terceiro capítulo há a análise das entrevistas semi estruturadas realizadas com os professores da REE/PR. Por fim, estão as considerações finais sobre o trabalho em que são apontadas algumas dificuldades ao desenvolver uma pesquisa de cunho qualitativo.

## **CAPÍTULO 1 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O SINDICALISMO DOCENTE, HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL**

O primeiro capítulo desta dissertação tem como objetivo apresentar brevemente um panorama das pesquisas realizadas sobre o tema do sindicalismo docente por meio da consulta aos principais bancos de dados da produção bibliográfica acadêmica brasileira; um breve recorte sobre a história do sindicalismo docente no Brasil e sobre a estrutura sindical celetista.

### **1.1 Revisão bibliográfica**

Uma revisão bibliográfica ou de literatura pode ser realizada de diferentes formas de acordo com o objetivo que se deseja alcançar. Um dos seus objetivos pode ser verificar o desenvolvimento de um determinado conceito ao longo de um período determinado. Para esta dissertação, o objetivo da revisão bibliográfica é “familiarizar o pesquisador com o que já foi investigado sobre um determinado problema de interesse” (LUNA, 2013, p.86). O problema da pesquisa, como dito anteriormente, são as percepções dos docentes sobre seu sindicato. Pergunto, então, se estas percepções já foram objeto de estudo no campo do sindicalismo docente e também entre a produção acadêmica encontrada como o sindicato é conceituado? Mais tarde, após a realização das entrevistas será possível confrontar o conceito de sindicato que transita na produção acadêmica com aquele apresentado pelos professores por meio das entrevistas semi estruturadas.

Após a determinação dos objetivos para a realização da revisão bibliográfica, passamos a escolha ou definição dos bancos de dados de produção ou de trabalhos acadêmicos disponibilizados. Para esta dissertação foram escolhidos quatro fontes de divulgação de trabalhos acadêmicos, à saber: Scientific Electronic Library Online (SciELO)<sup>11</sup>, catálogo do banco de teses e dissertações da CAPES, anais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a produção do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET) da Universidade

---

<sup>11</sup> Scientific Electronic Library Online (SciELO), em português, Biblioteca Eletrônica Científica Online, é uma biblioteca digital brasileira de periódicos científicos. Participam da SciELO diversos países, em sua maioria latino-americanos.

do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O catálogo do banco de teses e dissertações da CAPES reúne e disponibiliza teses e dissertações, desde o ano de 1987, de programas de pós-graduação reconhecidos pelo MEC. A busca de trabalhos pode ser feita por meio do autor, título ou palavra-chave. O ScieELO é uma rede de cooperação para a divulgação de periódicos científicos de países emergentes operada pela colaboração entre a Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), CNPQ, Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPS/OMS). Os Anais da ANPED são uma publicação que reúne resumos expandidos de trabalhos científicos especificamente da área da educação apresentados nas reuniões nacionais. Constituiu-se em um importante espaço de construção e divulgação de conhecimento dividido e organizado por meio de Grupos de Trabalho, que são grandes áreas temáticas nas quais os trabalhos são alocados. Por fim, o NUPET/UERJ é um grupo de pesquisadores tem possui entre suas linhas de trabalho o “movimento sindical e relações de trabalho”.

Ao consultar as bases de dados sobre a produção científica e acadêmica sobre sindicalismo docente levantou-se um pequeno número de artigos, dissertações e teses. Entre estes trabalhos não foi encontrado nenhum que relacionasse a temática do sindicalismo docente e percepções sobre o movimento sindical, objeto de estudo desta dissertação.

No sistema da SciElo foi utilizada a palavra-chave sindicalismo docente para a busca de artigos<sup>12</sup>. No total foram encontrados 14 trabalhos, publicados entre os anos de 2001 e 2013. Destes, cinco trabalhos foram publicados sequencialmente nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 e pertencem à Marcia Ondina Vieira Ferreira<sup>13</sup>. Em 2013 foi expressiva a publicação de artigos na temática, totalizando 8 artigos e uma resenha, juntamente com outros trabalhos de temáticas diversificadas, tendo em vista que foi lançado o dossiê “Sindicalismo Docente: experiências, limites, desafios e perspectivas”, número 48 da Educar em revista, publicação do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

---

<sup>12</sup> Os artigos encontram-se organizados em um quadro nos Anexos desta dissertação.

<sup>13</sup> Marcia Ondina Vieira Ferreira é professora do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Pelotas (RS). Entre as atividades que exerce, participa da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede Aste) e a Rede de Estudos sobre Trabalho Docente (REDESTRADO) e integra o conselho editorial da Biblioteca Sindicalismo em Educação, da editora Paralelo 15 (Brasília).

Ressalta-se que em nenhum momento objetivou-se criar um *hanking* de produção acadêmica entre os pesquisadores sobre sindicalismo docente, até porque muitos trabalhos foram excluídos desta dissertação tendo em vista a metodologia de levantamento dos mesmos. Outras formas de publicação de trabalhos como livros, capítulos de livros e resumos expandidos de congressos e seminários foram excluídos devido a dificuldade de acesso.

O trabalho, publicado no ano de 2006, intitulado “Somos todos trabalhadores em educação? Relações sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas” é uma obra transdisciplinar em que estão relacionados dois temas: sindicalismo e identidade docente. No trabalho são discutidos os impactos da sindicalização sobre a identidade da categoria, na perspectiva dos dirigentes sindicais do CPERS/SINDICATO<sup>14</sup>, de três grupos diferentes, reunidos de acordo com o nível de participação política no sindicato.

O primeiro grupo foi composto por oito dirigentes, cinco mulheres e três homens, todos filiados a partidos políticos de diferentes legendas e pertencentes a distintas tendências sindicais. O segundo grupo foi composto por dezessete docentes, dos quais treze eram mulheres e quatro eram homens. Todos pertenciam ao Conselho de Representantes de uma seção regional da entidade, o 24<sup>a</sup> Núcleo. Este grupo foi formado por docentes representantes sindicais dos seus locais de trabalho, ou representantes de base, também de variadas correntes sindicais e filiados a diferentes partidos políticos. Alguns não eram filiados a nenhum partido político. O terceiro grupo foi composto por sete membros, destes cinco eram mulheres e dois eram homens, que participaram da diretoria do 24<sup>o</sup> Núcleo Sindical. Apenas uma mulher era funcionária de escola enquanto que os outros eram docentes.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a autora utilizou entrevistas semiestruturadas e questionários. As entrevistas foram aplicadas ao primeiro e ao terceiro grupo. Ao segundo grupo foi aplicado somente um questionário com questões abertas.

A autora concluiu que entre os diferentes grupos pesquisados não há consenso sobre a forma com que eles se identificam: trabalhadores ou profissionais.

---

<sup>14</sup> CPERS/SINDICATO é a sigla do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação, entidade que represente os professores da rede ensino estadual do Rio Grande do Sul.



Na verdade, o que existe é uma identidade docente híbrida, pois eles utilizam argumentos que hora os identificam como um e hora como outro.

No ano seguinte, 2007, é publicado o trabalho “Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docente”. Neste trabalho, como o anterior, a autora discutiu possíveis relações entre sindicalismo docente e identidade docente e se questionou sobre “que identidade está em cena quando os docentes se reúnem em organizações feitas à imagem dos trabalhadores manuais?” (FERREIRA, p. 380, 2007). Na segunda seção, a autora falou sobre o sindicalismo na América Latina, com base nos estudos desenvolvidos no âmbito do projeto “Sindicalismo Docente y Reforma Educativa em América Latina”, coordenado pela FLACSO<sup>15</sup>. Ferreira (2007) falou das características das organizações sindicais. Uma delas é que são majoritariamente representantes dos docentes do setor público. Estão, muitas vezes, articuladas a organizações internacionais como a Confederação de Educadores Americanos e a Internacional de Educação, porém esta articulação se dá mais em âmbito formal do que propriamente orgânico. Em relação a organização das entidades, existe uma diversidade de formas em que elas se apresentam na América Latina. Há países em que as organizações coexistem de forma não articulada. É o caso da Guatemala e da Costa Rica. Em outros países, como no Brasil e na Argentina, os sindicatos estão integrados em confederações. Já no México e no Chile, por exemplo, existem sindicatos nacionais praticamente únicos.

Ferreira (2007, p.390) expressa a “necessidade de examinar a posição das organizações docentes como agentes nos processos de reforma educacional na América Latina”, considerando as especificidades locais e os sentidos atribuídos às reformas por cada ator político: governo, sindicatos, organizações internacionais, etc.

Por fim, a autora indica algumas perspectivas para os próximos estudos sobre o sindicalismo docente: as transformações nas identidades docentes estão relacionadas aos processos de regulamentação do trabalho docente; os docentes convivem com a superposição de diferentes identidades; para compreender as identidades sociais dos docentes é preciso considerar no âmbito de cada país o processo de profissionalização, o status social, o recrutamento por classe e gênero relacionados a mudanças sociais em ampla escala.

---

<sup>15</sup> Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Argentina).

No artigo “Homens e mulheres em sindicato docente: um estudo de caso”, a autora objetivou examinar a participação feminina e masculina nas diretorias do CPERS/Sindicato, comparando a composição da base e da diretoria, por sexo, para comparar a situação das mulheres com outros sindicatos compostos majoritariamente por homens. Assim, foi observado que apesar das mulheres comporem a maioria no sindicato, os homens estão em maior número na diretoria proporcionalmente a base.

Para a autora, é impossível estudar a profissão docente sem levar em conta as relações de gênero e seu processo de feminização. A imagem da docência é constituída e transformada na medida em que passa de uma atividade masculina ao longo do tempo para uma atividade feminina.

Um dos tópicos que Ferreira aborda é sobre a participação sociopolítica das mulheres. Nele, a autora discorre sobre o fato de que apesar do magistério ser uma ocupação majoritariamente exercida por mulheres, os homens ocupam mais os cargos de direção das instituições escolares. Outra questão abordada é o exercício pela mulher de atividades sindicais que está relaciona com sua própria inserção no mercado de trabalho. Esta inserção é desigual entre homens e mulheres, pois a posição da mulher na família influencia sua posição no mercado de trabalho. Em outras palavras, a mulher antes de trabalhar fora, precisa levar em conta a obrigação do trabalho doméstico, o que é um dos fatores que interferem em suas escolhas profissionais e no exercício de atividades sindicais.

As mulheres enfrentem diversos obstáculos para a participação no meio sindical como a inserção em trabalhos informais que não dariam a possibilidade de participação do movimento sindical; mesmo quando atuam a nível formal, a baixa remuneração, o pouco reconhecimento e a falta de perspectiva profissional também afastam as mulheres desta atividade; a dupla jornada de trabalho exercida pelas mulheres é outro fator de impedimento, pois consome todo o tempo; o último fator citado pela autora é o machismo exercido pelas figuras masculinas em torno das mulheres que as impedem de atuar no movimento sindical devido à concepção de que este é um espaço não adequado a elas.

No artigo “Condições de emergência do sindicalismo docente” os autores têm como objeto de estudo os fatores que propiciam o desenvolvimento do sindicalismo docente na educação básica. A partir da investigação do surgimento de dois sindicatos docentes, o do estado do Rio de Janeiro e o de São Paulo, os autores

argumentam que são necessárias condições objetivas e subjetivas para a constituição das organizações.

Rêses et all (2011) sustentam a ideia de que os sindicatos docentes surgiram muito depois dos sindicatos de operários. Esta tese pode ser contestada na medida em que os estudos sobre a gênese dos sindicatos docentes no Brasil ainda são incipientes. No entanto, caso seja mantida, esta tese pode indicar:

a) o descaso que os governos coloniais, imperiais e republicanos conferiram à educação em suas políticas administrativas nestas terras brasileiras; b) ou o rígido controle que os governos sempre exerceram sobre a atividade docente, dada sua capacidade disruptiva; c) ou ainda a dificuldade que os docentes encontraram em libertar-se de amarras ideológicas e políticas que seus membros pesavam (RÊSES et all, 2011, p.112/113).

Para desenvolver a pesquisa foram utilizadas diferentes fontes: censos da educação e demográficos para o levantamento de dados estatísticos; documentos sindicais; e entrevistas semiestruturadas aplicadas a integrantes do movimento sindical docente.

Assim, os autores elencaram condições objetivas ou materiais (condições de trabalho e remuneração, números de docentes em relação à população) e subjetivas (ideias, valores e concepções) necessárias para o surgimento das organizações docentes.

Entre as condições materiais, estão aquelas discutidas até este ponto, a saber, a existência de um número grande de trabalhadores docentes em condição precária de assalariamento, política educacional elitista com restrição ao acesso massivo da população, entre muitas outras. Entre as subjetivas, podem ser arroladas a consciência, o controle social sobre a formação dos docentes e sobre o exercício do magistério, o lugar da ideologia e da política (RÊSES et all, 2011, p. 114).

Gentili et all (2004) no artigo “Reforma educativa y luchas docentes en América Latina” apresentam uma síntese dos resultados de uma pesquisa que teve como objetivo levantar e analisar as principais formas de protesto dos docentes de 18 países da América Latina, entre o quinquênio de 1998 e 2003. Para tal, foram utilizados dados quantitativos de diferentes fontes primárias e secundárias: entrevistas, imprensa sindical, meios de comunicação, estudos e pesquisas, etc.

Foram contabilizados, ao todo, 863 conflitos educativos entre 1º de janeiro de 1998 e 31 de dezembro de 2003.

Del total de conflictos relevados, 342 (40%) fueron protagonizados por sindicatos de base; 107 (12%) por frentes sindicales docentes (entidades de base agrupadas, aunque no perteneciendo a la misma federación); 66 (8%) por colectivos docentes sin pertenencia sindical definida; 77 (9%) por la comunidad educativa (incluyendo eventualmente en ésta a ciertas organizaciones magisteriales); 80 (9%) por federaciones o confederaciones docentes; 70 (8%) por centrales sindicales (con participación de sindicatos magisteriales); 61 (7%) por frentes sociales (en los que también participan entidades sindicales docentes); y 63 (7%) por otros tipos de organización (GENTILI et al, 2004, p. 1262).

Destaca-se o fato de que são os sindicatos de professores os maiores protagonistas de conflitos e a presença de conflitos desenvolvidos por outros agentes, como a comunidade educativa e os coletivos de professores sem pertença sindical.

Entre los resultados de la encuesta sigue siendo los principales antagonistas de conflictos son los gobiernos nacionales pois poco más de la mitad de los conflictos relevados (487 – 54%) fueron motivados por reclamos y demandas a los ministerios de Educación y, especialmente, en los países con un sistema educativo descentralizado, contra gobiernos provinciales o estatales (274 – 31%). Algunos pocos conflictos fueron dirigidos contra administraciones municipales (46 – 5%) o contra administraciones universitarias (35 – 4%). Otros (52 – 6%) tuvieron como escenario confrontaciones entre las propias entidades sindicales del sector o entre tendencias de una misma organización magisterial (es el caso, específicamente, de México) (GENTILI et al, 2004, p.1262).

É possível observar a ausência de conflitos que tiveram como antagonista o setor privado. Isto pode ser explicado pela possível menos eficaz organização e combatividade das organizações sindicais do setor privado em relação às do setor público. Outra explicação seria de que os conflitos do setor privado serem mais focalizados em uma instituição ou rede de instituições, assim sendo difícil ganhar visibilidade pública. A carreira e a remuneração docente em boa parte dos países consultados na pesquisa são reguladas pelos governos, o que leva as demandas dos professores a serem direcionados aos ministérios de educação.

Outro dado importante levantado na pesquisa foi a duração total dos conflitos docentes que somou 4.802 dias entre os 18 países consultados. Levando em consideração que o período de cinco anos soma 1.825 dias, a média de conflitos é de 2,6 jornadas de protesto por dia, na América Latina. A Argentina é o país em que os conflitos docentes tiveram maior duração (1.491 jornadas de protesto), seguido do Brasil com 1.118 dias. Em terceiro lugar ficou o México com 978 dias.

Não se discute a natureza dos conflitos ou sua eficácia, mas sim suas formas. Das ações docentes desenvolvidas, 54% foram greves e paralizações e 57% atos e

marchas. Outros tipos de ações somaram 27%.

Estas manifestações foram motivadas em sua maioria (79%) por questões laborais (aumento salarial, planos de carreira, sistema de pensões, etc.), 28% foram por demandas sobre a política educativa (como aumento do orçamento para a educação, contra descentralização e transferência, reformas do currículo, sobre o sistema de avaliação, negociação sobre as leis educativas, etc.), 12% foram de caráter político (pela renúncia de governantes, contra o modelo econômico vigente, entre outras) e 6% foram sobre demandas que não puderam ser agrupadas nas categorias citadas anteriormente (demandas relativas a conjuntura, disputas concernentes ao próprio movimento sindical, etc.). Isto revelou a diversidade de demandas reclamadas pelo movimento sindical. Apesar disso, a maior parte ainda concentra-se no âmbito salarial.

O artigo de Sobreira (2001) intitulado “Alguns aspectos da reorganização do movimento dos professores públicos do estado do Rio de Janeiro (1977-1980)” é um recorte sobre a dissertação de mestrado do autor. Neste artigo foi realizado um resgate da história do Centro Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro, que deu origem ao Sindicato Estadual dos Profissionais do Ensino do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), no período entre 1977 e 1980, por meio de registros e documentos, com o objetivo de investigar a possível característica das organizações de professores como “educadoras de educadores”, em outras palavras, compreender o papel dos sindicatos na profissionalização docente. Para desenvolver o trabalho foi feita uma análise sobre documentos originários de partidos políticos que falavam sobre o movimento sindical, além de entrevistas com professores que participaram do movimento sindical.

Cesar Tello (2013) em seu artigo “Las políticas docentes y la perspectiva sindical en Argentina, México y Chile: debates y negociaciones: los casos de CTERA, SNTE y el Colegio de Profesores en los últimos veinte años” descreveu e analisou os discursos de sindicatos docentes (Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación de México, Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina e o Colegio de Profesores), governos estatais (Argentina, México e Chile) e organismos de crédito (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e A Internacional de Educação) nos últimos vinte anos com o intuito de estudar os eixos de debate e negociações das políticas educacionais. Para desenvolver o estudo, o autor utilizou a metodologia da cartografia social para

análise textual e intertextual do discurso de Rolland Paulston (2011). O autor concluiu que as relações entre os sindicatos, os governos e os organismos variaram moderadamente no período, assim como os eixos de debate entre eles, pois continuam sendo os salários dos docentes, as condições de trabalho, a avaliação sobre os docentes e incentivos para os docentes.

Rodrigues e Fernandes (2013) no artigo “Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma” analisam, em uma perspectiva histórica, a organização sindical dos docentes da rede pública municipal de Campo Grande (Mato Grosso do Sul), entre os anos de 1977 a 2010.

O contexto da pesquisa abrangeu o período em que houve a divisão do estado do Mato Grosso e a criação do estado do Mato Grosso do Sul, ao mesmo tempo em que os professores não podiam constituir sindicatos. O direito à livre associação sindical foi conquistado pelos servidores públicos civil somente com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988. Pós CF 1988 os professores do ensino público de Campo Grande e do estado do Mato Grosso do Sul fundaram sindicatos.

A metodologia de pesquisa utilizada foi a análise documental sobre textos legais e documentos dos sindicatos, além de entrevistas semiestruturadas e apropriação da literatura sobre a temática.

Rodrigues e Fernandes (2013) concluíram que, de fato, a organização dos professores da rede estadual de ensino no município de Campo Grande iniciou-se com a criação de uma associação, a Associação Campo-Grandense de Professores (ACP), “(...) em razão das condições estruturais e conjunturais que vivia o país e que se expressavam pelo plano político-ideológico para o conjunto da sociedade” (RODRIGUES; FERNANDEZ, 2013, p.144). Após a promulgação da CF 1988, a ACP deu lugar ao Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública. Deste período permaneceram alguns desafios. Apesar da estrutura e organização do sindicato permitir que os professores se congreguem por ramo de atividade, juntamente com outros trabalhadores em educação, o ideário político-ideológico das direções sindicais não tem permitido isso. Outro desafio que se configurou foi em relação a forma da luta entre os trabalhadores em educação das diferentes redes de ensino (estadual e municipal). Enquanto que na rede estadual a luta dos trabalhadores possui, de fato, caráter sindical, na rede municipal de ensino os trabalhadores mantêm uma postura colaboracionista com o poder municipal.



Gouveia e Ferraz (2013) no artigo “Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação” propuseram-se a analisar a ação sindical nos últimos 15 anos em organizações que congregam docentes (sindicatos e associações), das cidades de Curitiba, Araucária, Piraquara, Fazenda Rio Grande no estado do Paraná e da cidade de Dourados no estado do Mato Grosso do Sul, com o intuito de compreender a articulação de diferentes interesses, os corporativo-trabalhistas e os político-educacionais.

O artigo de Melo (2013), “Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais”, foi resultado parcial de uma pesquisa que estava em curso. O objeto de investigação foi a organização sindical dos professores das redes públicas (municipal e estadual) de ensino de Minas Gerais. Foram analisados o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-rede/BH). Para a coleta de dados foram utilizados documentos, entrevistas e depoimentos de dirigentes sindicais. Entre os resultados está a diferenciação dos dois sindicatos em relação a vários aspectos como a organização, história, relacionamento com os professores pertencentes à base, etc. Além da diversidade de temas com os quais estas organizações precisam atuar (salário, saúde, gestão escolar, justiça social, política educativa, etc.).

Gindin (2013) em seu artigo “Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011)” objetivou identificar tendências políticas e organizacionais das entidades sindicais de todo o Brasil, nas redes estaduais e suas respectivas capitais. As tendências políticas foram identificadas a partir da filiação dos sindicatos as centrais sindicais, já as tendências organizacionais relacionam-se a quantidade de filiados, a composição da base de representados e o percurso das entidades (criação ou unificação). O autor buscou os dados, basicamente, nos *sites* das organizações sindicais. Como resultado verificou-se que a grande maioria dos sindicatos estaduais unificou suas lutas com os demais trabalhadores em educação. A atuação dos sindicatos estaduais em redes municipais não foi uma tendência geral. Tendência mesmo foi a transformação das associações em sindicatos, que se deu, majoritariamente entre 1988 e 1989. Os sindicatos docentes estiveram, no período estudado, ligados a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em seu artigo “Fragmentação sindical”, Sadi Dal Rosso (2013) reflete sobre o que significa a enorme quantidade de entidades sindicais no Brasil (quase 10 mil em 2012). O autor conclui que a fragmentação dos sindicatos é crescente e está presente no mundo todo e que as centrais sindicais estão fortemente atreladas aos partidos políticos.

No artigo de Estanque (2013), “Crise, Estado social e desafios do sindicalismo: breve reflexão sobre a Europa” há uma sucinta ponderação, porém não menos importante e rica no âmbito acadêmico, que utiliza como base o contexto europeu, entre os séculos XIX e XXI, tendo como foco de análise as mudanças ocorridas no mundo do trabalho que influenciaram o movimento sindical. Inicialmente, o autor fala sobre as características da crise do Estado social europeu, em que o chamado Estado-providência entrou em um processo de desmoronamento, deixando para trás os trinta anos de equilíbrio com o mercado. A crise trouxe consideráveis mudanças, no século XXI, das relações de trabalho (aumento do desemprego, perda salarial e empobrecimento da população em geral). Anteriormente, estas relações eram permeadas pelo reconhecimento e estabilidade (estabilidade assegurada) e passaram a combinar a insatisfação no emprego e a instabilidade (integração desqualificante). À vista de todo este contexto econômico e social, as organizações sindicais precisam enfrentar consideráveis desafios, que requerem talvez uma renovação. Nas palavras do autor: “(...) talvez seja chegada a hora de uma outra vaga de solidariedade, um movimento sindical de novo tipo, uma nova união com as redes e movimentos sociais de todos os tipos (...)” (ESTANQUE, 2013. p.35).

A resenha de Cardoso (2013) é sobre a obra de Adriana Migliavacca (2011), “La protesta docente en lá década de 1990: experiencias de organización sindical em la providencia de Buenos Aires”, que é uma versão de sua dissertação de mestrado. O argumento central da autora é que a dicotomia entre sindicato e Estado constitui-se como um obstáculo ao entendimento sobre os sujeitos docentes. Sua análise desenvolve-se no contexto argentino, entre os anos 1989-1999, do governo de Carlos Menem, sobre o surgimento de um movimento fora das organizações sindicais, devido à crise institucional, o que ela chamou de “docentes autoconvocados”.

Souza e Brito (2012) no artigo “Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro” fazem uma análise

acerca da ação sindical do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro por meio de entrevistas com professores e sindicalistas.

Por meio da busca realizada no sistema do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando-se a palavra-chave sindicalismo docente foram listados dez (10) trabalhos<sup>16</sup>. Destes, apenas um foi excluído da coletânea, pois se trata de um estudo de caso sobre a formação de um projeto de assentamento situado na região do Brejo paraibano. Dos nove (9) trabalhos, apenas dois (2) são teses e sete (7) são dissertações.

Destaca-se o fato de que dois trabalhos são do ano de 2011 e os outros sete são do ano de 2012. Apenas dois trabalhos referem-se ao sindicalismo docente do ensino superior e os demais versam sobre o sindicalismo docente da educação básica. Apenas um trabalho versou sobre o sindicalismo docente do setor privado.

Entre os objetos de estudo pesquisados no âmbito do sindicalismo docente estão: a história de uma associação docente; as lutas travadas por dois sindicatos docentes, um da rede estadual de ensino e o outro sindicato do ensino superior na década de 2000; o papel do sindicato na formação continuada de professores; a formação de oligopólios no ensino superior privado; a relação entre sindicato e políticas educacionais entre os anos de 1996 e 2006 na rede estadual de ensino de São Paulo; o processo de implantação e implementação do Plano de Cargos e Carreiras, entre os anos de 1980 a 2010; o movimento dos professores no período da transição democrática; desenvolvimento da disposição políticas de professoras sindicalizadas; as práticas informacionais dos professores de uma rede municipal de educação no cotidiano de suas lutas.

Ao verificar os objetos de estudo das teses e dissertações evidencia-se uma variabilidade de temas relacionados ao movimento sindical de professores, o que mostra o grande potencial desta temática de pesquisa.

No tocante as metodologias utilizadas no desenvolvimento dos trabalhos a mais utilizada foi a entrevista, combinada com outras técnicas.

Destaca-se nesta revisão bibliográfica a falta trabalhos que se utilizam da teoria das representações sociais, o que torna relevante esta pesquisa de mestrado para o campo de pesquisa do sindicalismo docente.

---

<sup>16</sup> Os trabalhos se encontram em um quadro nos Anexos desta dissertação.

Foram lidos os resumos contidos nos anais das últimas quatro reuniões nacionais da ANPED (da 33ª a 36ª) disponíveis na página da internet da entidade<sup>13</sup>, com o intuito de encontrar trabalhos sobre a temática do sindicalismo docente. Dos vinte e três grupos de trabalho (GT) que compõem a ANPED, apenas quatro foram investigados: o GT 02 – História da Educação; o GT 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos; o GT 05 – Estado e Política Educacional e o GT 09 – Trabalho e Educação. A escolha destes quatro GT se deu na medida em que houve o entendimento da possibilidade do tema em questão ser explorado por diferentes vias, em sua dimensão histórica (história das entidades sindicais), social (lutas agregadas a movimentos sociais mais amplos), política (disputas sobre o direito à educação e a melhores condições vida e trabalho). Infelizmente, nenhum trabalho sobre a temática do sindicalismo docente foi encontrado. No quadro 03 foram contabilizados os trabalhos dos quatro GT investigados, por reunião da ANPED.

QUADRO 03 - NÚMERO DE TRABALHOS POR GT NAS ÚLTIMAS QUATRO REUNIÕES ANUAIS DA ANPED.

GT	33ª Reunião Anual	34ª Reunião Anual	35ª Reunião Anual	36ª Reunião Anual
GT02 - História da Educação	11	15	11	15
GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos.	16	17	15	8
GT05 - Estado e Política Educacional.	16	22	19	17
GT09 - Trabalho e Educação.	14	17	12	10

Fonte: Site da ANPED. Dados tabulados pela autora.

Foi realizada uma busca de trabalhos também no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho, o NUPET. Este foi constituído no ano de 2002, no âmbito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Seus pesquisadores dedicam-se a:

(...) análise de temas ligados às transformações no mundo do trabalho e seu impacto sobre os mecanismos sociais de construção e reprodução de identidades coletivas, formas de associativismo e participação, obtenção de meios de vida e reprodução de desigualdades, com foco na estrutura e dinâmica dos mercados de trabalho, nas instituições que os regulam, nas estratégias das empresas e na organização sindical (NUPET, 2015).

Destaca-se entre os temas pesquisados no âmbito do NUPET “formas de associativismo e participação”, tendo em vista que não é uma área de estudo largamente estudada.

Para disponibilizar suas publicações e divulgar eventos científicos, o NUPET possui um domínio online<sup>17</sup>. Seus pesquisadores desenvolvem estudos nas seguintes linhas de pesquisa: desigualdade social e pobreza; estrutura e dinâmica do mercado de trabalho; formação de classe; movimento sindical e relações de trabalho; trabalho e sociedade.

No site do núcleo de pesquisas estão dispostas diversas produções: textos para discussão, artigos, livros, teses, dissertações, entre outras. As publicações da temática do sindicalismo docente são as seguintes:

QUADRO 04 - PRODUÇÕES SOBRE SINDICALISMO DOCENTE MENCIONADAS PELO NUPET/UERJ.

GINJIN <sup>18</sup> , J. (pesquisador associado NUPET/UERJ)		
Artigos	Livro	Tese
Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011) - Educar em Revista / 2013.	Pensar las prácticas sindicales docentes Julián Gindin Herramienta / 2011.	Por nós mesmos. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México - Tese de Doutorado em Sociologia / 2011.
La tradición sindical y la explicación de las prácticas sindicales. Conclusiones de una comparación internacional sobre los docentes del sector público - Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo / 2012.		
Sindicalismo docente en Argentina, Brasil y México - Revista Mexicana de Investigación Educativa – COMIE / 2008.		

Fonte: Domínio online do NUPET/UERJ. Dados tabulados pela autora.

Apesar de o NUPET possuir uma linha de pesquisa que inclui o sindicalismo docente viu-se que foram publicados cinco trabalhos sobre o tema, sendo três artigos, um livro e uma tese, todos do mesmo autor.

<sup>17</sup> O endereço do domínio online do NUPET é [www.nupet.iesp.uerj.br](http://www.nupet.iesp.uerj.br)

<sup>18</sup> Julian Gindin é professor da Universidade Federal Fluminense e um dos idealizados da Rede de Investigação em Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede Aste).

Após esta breve apresentação da revisão bibliográfica sobre o tema do sindicalismo docente destaca-se o fato que não foram encontrados trabalhos sobre a temática nos Anais da ANPED<sup>19</sup> das últimas quatro reuniões anuais (36<sup>a</sup>, 35<sup>a</sup>, 34<sup>a</sup> e 33<sup>a</sup>). Isto não quer dizer que o tema do sindicalismo docente não esteja sendo estudado. Porém, valeria a pena identificar essa aparente não difusão dos resultados das pesquisas por meio de comunicações orais no maior evento científico da área da educação no Brasil.

No tocante as dissertações e teses foram encontradas no total 9 trabalhos, sendo 2 teses e 7 dissertações. As teses são datadas de 2011. Uma foi produzida em um programa de doutorado em educação e a outra de história. As dissertações todas são do ano de 2012 e foram produzidas em programas de mestrado acadêmico de diferentes áreas: educação 4, história (1), ciências da informação (1) e ciências sociais (1).

No que diz respeito aos artigos publicados na SciELO, ao todo foram encontrados 14 trabalhos, publicados entre os anos de 2001 e 2013. Destes, cinco trabalhos foram publicados sequencialmente nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 pela mesma autora, Ferreira, que faz parte da Rede Aste.

No site do NUPET/UERJ estão disponíveis cinco trabalhos sobre a temática do sindicalismo docente do mesmo autor, sendo sua tese, um livro e três artigos, datados de 2008 a 2013. Um dos artigos é o mesmo que compõe a pesquisa realizada no sistema da Scielo. Os outros foram publicados em revistas estrangeiras (Revista Mexicana de Investigación Educativa e Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo).

É preciso considerar o fato de que o sindicalismo é um fenômeno amplamente estudado pela área das ciências sociais e não pela área da educação. Assim, é possível afirmar que um considerável número de trabalhos sobre o sindicalismo de professores possa estar reunido em eventos e publicações específicos.

## 1.2 História<sup>20</sup> do sindicalismo docente no Brasil

---

<sup>19</sup> < <http://www.anped.org.br/anped/biblioteca-anped/anais> >.

<sup>20</sup> Este subitem do primeiro capítulo da dissertação foi escrito tendo como base o livro de Vicentini e Lugli (2009), intitulado “História da profissão docente no Brasil: representações em disputa”, devido a sua abrangente e detalhada contribuição.

As primeiras instituições sindicais de professores foram constituídas por aqueles que pertenciam ao setor privado, já que eram enquadrados como trabalhadores empregados, pertencentes à atividade do ensino. Em contrapartida, os professores do setor público, assim como os demais servidores civis, foram impedidos pela lei de formarem sindicatos. Apesar do impedimento legal, os professores públicos empreenderam outra forma de organização coletiva: as associações.

Apesar das lacunas presentes nas pesquisas sobre a origem das associações docentes no Brasil serem consideráveis, é possível dizer que o surgimento destas entidades ocorreu na segunda metade do século XIX, por iniciativa de professores do ensino público primário, vinculados à Igreja Católica, na cidade do Rio de Janeiro e nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Foram empreendidas associações com múltiplas facetas, muitas vezes em uma mesma instituição. Algumas tinham como objetivo o auxílio entre seus pares, outras tinham caráter científico e literário. Seu tempo de funcionamento era breve e, por diversas ocasiões, eram extintas e reconstituídas com outro nome (VICENTINI; LUGLI, 2009).

É possível inferir o que motivou os docentes a se organizarem coletivamente naquela época: as precárias condições de trabalho. Em pesquisa realizada por Lemos (2006) e citada na obra de Vicentini e Lugli (2009), houve um episódio, no ano de 1871, em que foi redigida uma carta intitulada “Manifesto dos Professores Primários da Corte”, com o nítido objetivo de tentar influenciar a organização do ensino. Outro exemplo de organização não sindical, empreendido na época, foi o Grêmio dos Professores Primários em Pernambuco, que chegou, em meados de 1879, “a influenciar a Assembleia Provincial Legislativa, tomar parte em conferências pedagógicas e ser ouvido pelo inspetor-geral da instrução pública sobre a adoção de livros didáticos” (CATANI, 1989, p. 45 apud VICENTINI e LUGLI, 2009, p.98).

O início do século XX foi marcado pelo surgimento de diversas organizações não sindicais de professores primários católicos. Como exemplo é possível citar a criação da Liga do Professorado Católico em São Paulo em 1919, a Associação do Professorado Católico do Distrito Federal (APC-DF) de 1928 e a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), de 1933, formada pelo agregamento de 40



entidades de docentes (VICENTINI; LUGLI, 2009).

No governo do presidente Getúlio Vargas foi sancionada uma legislação<sup>21</sup> que tratou sobre o trabalho e a organização sindical, a CLT, em 1943. A partir daquele momento surgiram organizações propriamente sindicais de professores, que atuavam no ensino secundário e pertenciam ao setor privado, já que aos servidores públicos civis este direito foi negado. Estes sindicatos surgiram, inicialmente, nas cidades do Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Belo Horizonte e no estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, surgiram em Fortaleza, São Paulo e na Baixada Santista. Muitas vezes, os professores primários participavam destas instituições conjuntamente com os professores secundários (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Ainda na década de 1940 foram criadas Associações de Professores de Educação Física (APEFs) no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro que deram origem, juntamente com a entidade criada em São Paulo, na década anterior, à Federação Brasileira das Associações dos Professores de Educação Física (FBAPEF). Em 1960, esta entidade agregou também as associações do Paraná e de Pernambuco e em 1980 as de Minas Gerais (VICENTINI; LUGLI, 2009).

E, em 1945, foi constituída a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP). Naquele período havia ocorrido a expansão de escolas secundárias e normais<sup>22</sup>, assim as condições para tal intento estavam propícias (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Em 1950 os docentes empreenderam uma entidade organizativa de nível nacional, a Associação de Professores Licenciados do Brasil (APLB), que em 1972 organizou um encontro que reuniu professores de dez estados brasileiros. Apesar de seus esforços, a entidade não conseguiu se institucionalizar (GINDIN, 2013).

A década de 1960 foi marcada pela criação de outra uma entidade nacional para o aglutinamento das associações de docentes primários, a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) (GINDIN, 2013).

Em dezembro de 1961, no governo do presidente João Goulart, foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 4.024, que estabeleceu os fundamentos da educação formal, depois de uma longa tramitação que durou treze anos e depois de ter sido prevista há quase trinta anos

---

<sup>21</sup> Decreto-lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

<sup>22</sup> Escolas Normais eram as instituições para a formação de professores que atuavam no ensino primário. No Brasil, estas instituições foram fundadas no período imperial.

na CF de 1934. Naquele momento, a lei tentou conciliar as disputas entre os educadores que giravam, centralmente, em torno da destinação ou não de recursos públicos para escolas privadas e confessionais. Secundariamente, a lei tratou sobre a condenação de qualquer tipo de preconceito racial ou de classe (DIAS, 2004).

Em 1971, no governo militar do presidente Emílio Médici, foi sancionada a Lei Nº. 5.692, que modificou as Diretrizes e Bases para o ensino de primeiro e segundo grau. Houve uma reestruturação da educação formal. Assim, o ensino de primeiro grau ficou composto por oito anos de duração e seu ingresso se dava aos sete anos de idade. Já o ensino de segundo grau ficou com a duração entre três e quatro anos. Essa nova reestruturação do ensino influenciou as formas de organização dos docentes que, em alguns casos, optaram por unificar associações que representavam professores primários e secundários. Em outros casos manteve-se a separação dos docentes em entidades diferentes (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Esse modelo organizativo do professorado por meio de associações predominou até o final da década de 1970, pois a partir daí passou a ser duramente criticado quando ocorreram greves desse segmento, no contexto da Ditadura Militar, onde houve uma aproximação com o movimento sindical dos trabalhadores em geral que propiciou a negação identitária do magistério como sacerdócio (VICENTINI; LUGLI, 2009).

O final dos anos 70 e início dos anos 80 foi marcado, no Brasil, pelo tratamento de lutas do movimento sindical de maneira geral, mas, principalmente no setor industrial, protagonizado pelos trabalhadores do ABC paulista. O contexto econômico, político e social era formado por um grande aumento da inflação (ALVES, 2000).

Na década de 80, um marco na história do sindicalismo brasileiro foi a criação das centrais sindicais, entidades que não estavam previstas na estrutura sindical regulamentada pela CLT. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que veio a se chamar Central Geral dos Trabalhadores tornaram-se, naquele período, a materialização de duas tendências distintas do sindicalismo brasileiro (CARDOSO; COMIN, 1997).

Ainda nos anos 80 houve uma insurgência de greves protagonizadas por operários do setor industrial, trabalhadores “de classe média” e servidores públicos. Estas greves tomaram diversas formas ou modalidades. Eram greves por empresa, por categoria, geral, etc. A greve por empresa foi o tipo mais difundido (ALVES,

2000).

Uma importante característica deste período foi a organização do movimento pela base, nos locais de trabalho, por meio das chamadas comissões de fábrica, comissões de empresa, comissões de garagem, conselho de representantes dos funcionários, etc. Houve debate para discutir o papel destas comissões, principalmente entre os metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo do Campo (ALVES, 2000).

Em 1978, o ciclo de mobilizações que se sucedeu com as greves dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista repercutiu na categoria dos professores. Assim:

Em junho daquele ano foram à greve os professores da Bahia, e em agosto os do Paraná e de São Paulo. Em 1979, foi a vez do professorado do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, etc. Em três anos, os professores de praticamente todos os estados tinham realizado uma ou duas greves (GINDIN, 2013, p.78).

Em 1979, a CPPB passou a agregar também os docentes do ensino secundário, assim a entidade mudou de nome para Confederação dos Professores do Brasil (CPB). (VICENTINI; LUGLI, 2009) (GINDIN, 2013).

Na década de 80 acontecerem importantes movimentos coletivos de luta de docentes em torno do sistema público de ensino: as Conferências Brasileiras de Educação (CEBs). Estas conferências agregarem milhares de participantes:

Aconteceram cinco sessões das CBEs que antecederam a formulação de propostas para a Constituinte de 1988 e para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. A primeira, CBE/1980 (abril), em São Paulo, com 1,4 mil participantes; a segunda, CBE/ 1982 (junho), em Belo Horizonte, com 2 mil participantes; a terceira, CBE/1984 (outubro), com 5 mil participantes; a quarta, CBE/1986 (setembro), em Goiânia, com 6 mil participantes; e a quinta, CBE/1988 (agosto), em Brasília, com 6 mil participantes (Cunha, 1995: 94). Das quatro primeiras conferências, resultou a emenda popular apresentada ao capítulo da educação na constituinte, e da última, resultou o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresentado em 1988 e acompanhado por milhares de assinaturas, ainda que sem o caráter de projeto de iniciativa popular (CUNHA, 1995, p.94 apud FERRAZ; GOUVEIA, 2012, p.91).

É somente com a Constituição Federal de 1988 que os servidores públicos civis<sup>23</sup> conquistaram o direito de organizarem-se em sindicatos. De acordo com o

---

<sup>23</sup> Os servidores públicos militares não possuem o direito à sindicalização.

texto legal, artigo 37, inciso VI, “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical” (BRASIL, 1988). A partir daí, diversas associações de servidores públicos e, entre eles os docentes, que na prática exerciam a função de manutenção e conquistas de direitos, foram extintas para dar lugar a sindicatos propriamente ditos.

Em Curitiba, capital do estado do Paraná, por exemplo, a Associação do Magistério Municipal de Curitiba (AMMC), fundada em 1979 deu lugar ao Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC), entidade de base municipal, que congrega professores que atuam nos anos iniciais e finais do ensino fundamental (DONATO, 2012).

O ano de 1988 foi marcado para a CPB, pois a entidade filiou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1990 a CPB mudou de nome novamente para Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (VICENTINI; LUGLI, 2009). Hoje, 49 entidades são filiadas a CNTE. Destas, 27 são de âmbito estadual, 20 municipal e duas distritais (CNTE, 2015).

Em um contexto de reestruturação produtiva, políticas neoliberais, desemprego, terceirização do trabalho, os anos 90, em contrapartida, foram marcados por uma crise no movimento sindical em que houve a perda da perspectiva de classe no interior das lutas e, assim, o regresso do corporativismo, principalmente, entre as entidades ligadas a CUT. (ALVES, 2000).

Apesar da CF 1988 explicitar o direito à livre organização sindical os servidores públicos civis não constou no texto legal indicações de como seria composta a estrutura destas organizações, ao contrário do que aconteceu com os sindicatos dos trabalhadores e empregadores do setor privado com fins lucrativos, que tiveram sua estrutura organizativa regulamentada pela CLT em 1943. Assim, a forma pela qual os servidores públicos e entre eles os docentes se organizaram foi resultado da própria iniciativa deles, considerando a influência da cultura e práticas organizativas do sindicalismo do setor privado. Isto resultou em uma estrutura diferenciada pelo Brasil a fora (FERRAZ; GOUVEIA, 2009), o que será explanado mais adiante no próximo subitem.

Ao analisar a história do sindicalismo docente no Brasil é possível inferir que a organização coletiva de professores e professoras nem sempre existiu e que ao longo do tempo isso foi mudando. Isso se relaciona diretamente com o desenvolvimento da profissão docente e das redes de ensino.

Antes do século XIX não havia qualquer tipo de organização coletiva. O contingente de professores que existe hoje não existia naquela época. A partir da segunda metade do século XIX surgiram no país as associações de professores do ensino primário, àqueles de primeiras letras. Não havia ensino ginasial ou de segundo grau. Essas associações tinham caráter diferente dos sindicatos. Eram tidas como espaços que congregavam docentes com o intuito de desenvolver atividades culturais.

Foi no século XX que os professores do ensino privado começaram a organizar sindicatos propriamente ditos com o objetivo de galgar melhores salários, já que aos professores do ensino público este direito era a eles negado. A partir da CF 88 os servidores públicos em geral adquiriram o direito à livre associação. Direito que os trabalhadores da iniciativa privada já tinham desde 1943 com a aprovação da CLT.

A partir da história do movimento organizativo dos trabalhadores é possível inferir que este movimento não é estático, pelo contrário, está se modificando ao passar do tempo. É a partir desse olhar que as percepções dos professores da REE/PR sobre seu sindicato e sobre o processo de sindicalização serão interpretadas. Um olhar de que um determinado fenômeno se modifica ao passar dos anos, demonstrando avanços e retrocessos, alargamento e encurtamento de abrangência, nem sempre mantendo consensos entre o professorado.

No subítêm a seguir apresenta-se e discute-se a organização coletiva de trabalhadores a partir de sua regulamentação específica, a CLT, que molda o movimento sindical atualmente, e entre ele, a APP-Sindicato. Ressalta-se o fato de que o movimento sindical docente e principalmente o movimento sindical docente do setor público possui características peculiares tendo em vista a própria peculiaridade do trabalho docente, um trabalho imaterial, diferente daquele desenvolvido pelos trabalhadores que produzem mercadorias.

### 1.3 Organização sindical celetista

É possível dizer que sempre que existiu a espécie humana, existiu trabalho, mas nem sempre que existiu trabalho os sindicatos existiram. Os sindicatos surgiram na Europa não se sabe ao certo se primeiro na França ou depois na Inglaterra numa

época em que não havia qualquer tipo de regulamentação do trabalho em fábricas. As pessoas, homens, mulheres e crianças trabalhavam por jornadas diárias de muitíssimo mais do que oito horas, sem regras que garantissem segurança e saúde.

De lá pra cá, o contexto atual global está marcado pela precarização e flexibilização do trabalho e aumento do desemprego, principalmente entre os jovens. O tempo passa, mas os sindicatos ainda são a principal forma de organização coletiva frente ao conflito que advém das relações de trabalho. O número destas entidades cresce a cada ano no Brasil (IBGE, 2002). Estudiosos da área discutem até que ponto esse aumento, chamado de fragmentação ou pulverização, é positivo ou negativo para a luta dos trabalhadores (ROSSO, 2013).

No Brasil, as bases legais para a organização das entidades sindicais surgiram no governo do presidente Getúlio Vargas com o Decreto Nº 19.770 de março de 1931, mais conhecido como “Lei de Sindicalização”, composto por 21 artigos. O decreto estabeleceu direitos e deveres aos patrões e empregados organizados em sindicatos mediante a subordinação de condições estabelecidas pelo governo (BRASIL, 1931). Segundo Costa (1984, p.58):

Este decreto, além de estabelecer o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, permitia aos delegados desse órgão oficial participarem das assembleias dos sindicalistas. Vedava o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro das entidades classistas, proibindo sua filiação a organizações sindicais internacionais. Limitava a participação de trabalhadores estrangeiros nos sindicatos. Nesse decreto também é feita a opção pelo sindicato único, definindo-o como órgão de colaboração com o poder público.

Em 1º de maio de 1943, ainda no governo de Getúlio, foi sancionada uma legislação que tratou amplamente do trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesta legislação foi dedicado um subitem à regulamentação das organizações sindicais, o título V – “Da organização sindical”, composto pelos artigos 511 a 610. A estrutura sindical que decorreu desta legislação foi adjetivada como corporativa, pois naquela época permitiu ao Estado o controle das entidades (COSTA, 1984).

Para Boito Junior (1991), diferente da posição de outros estudiosos e sindicalistas de sua época, concebe o sindicato oficial como algo separado do Estado porque ele seria o próprio Estado:

O aparelho do sindicato oficial é um ramo, e um ramo subalterno, do aparelho burocrático do Estado. Não é correto afirmar que o sindicato, no Brasil, é subordinado ao Estado, já que o aparelho sindical é parte do Estado. O que se deve dizer é que, enquanto ramo subalterno do aparelho de Estado, o sindicato oficial está subordinado à cúpula da burocracia estatal (BOITO JUNIOR, 1991, p.26).

Após a aprovação da CLT no Brasil dizer que um sindicato tem por natureza a função de representar uma categoria é obvio, mas nem sempre foi assim. Isto foi uma conquista histórica resultado de inúmeros conflitos de classe:

Essa representatividade e esse poder foram, na história do sindicalismo, resultado de um prolongado conflito de classes. Em alguns países capitalistas, houve períodos em que as chamadas greves de reconhecimento, nas quais o objetivo era obrigar o capitalista a reconhecer o sindicato como representante dos trabalhadores, predominaram sobre as greves por reivindicações econômicas (BOITO JUNIOR, 1991, p.27).

Se outrora os trabalhadores precisaram lutar para seu sindicato pudesse os representar, hoje é o Estado que outorga este poder:

O Estado concede a representatividade e o poder de negociação ao sindicato oficial, através do seu reconhecimento como organismo que representa um determinado segmento de trabalhadores. Trata-se daquilo que Azis Simão denominou da *investidura sindical* (BOITO JUNIOR, 1991, p.27).

Na prática isso acontece quando o Estado por meio do MTE concede o Registro Sindical a uma organização representativa. Para Boito Junior a investidura sindical é o elemento central do sindicalismo de Estado porque suas demais características dependem dela.

A necessidade do reconhecimento do sindicato pelo Estado é o elemento essencial. Contudo, por si só, ele não assegura a estrita dependência e subordinação do sindicato oficial à cúpula da burocracia de Estado. Dois outros elementos, derivados, mas que desempenham um papel decisivo nessa subordinação, são a unicidade sindical e as contribuições sindicais obrigatórias por força da lei (BOITO JUNIOR, 1991, p.27).

Assim, a estrutura sindical é marcada, basicamente, por esses elementos: a investidura sindical, a unicidade sindical, o imposto sindical e a atuação da Justiça do Trabalho.

A unicidade sindical significa o reconhecimento legal de somente um sindicato poder representar uma determinada categoria em um território mínimo que é o



município. Trata-se do monopólio de representação. Desta forma, ficou impossibilitada a existência, por exemplo, de dois sindicatos que representem os mesmos trabalhadores em uma base territorial, que é o município. Em outros países, apesar de somente um sindicato poder representar uma categoria, é permitido a existência de outras entidades. Isto chama-se pluralismo sindical.

Foi o artigo 516 da CLT que estabeleceu o princípio da unicidade sindical:

Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial (BRASIL, 1943).

A unicidade sindical implica, basicamente, em três situações. Primeiro: o reconhecimento legal de um sindicato como legítimo representante de uma determinada categoria econômica, profissional ou profissão liberal passa, obrigatoriamente, pelo Estado. Segundo: caso os trabalhadores queiram organizar outro sindicato, além do que já esteja estabelecido, motivados, por exemplo, por divergências políticas e/ou ideológicas, eles estão impedidos pela lei. Em outras palavras, devido à unicidade, não há a possibilidade do travamento de disputas pelo direito de representar uma base entre sindicatos diferentes. Terceiro: a legislação propiciou a multiplicação de sindicatos de base municipal.

O terceiro elemento que caracteriza a estrutura sindical é o imposto sindical, que nada mais é do que um tributo que o trabalhador precisa pagar, obrigatoriamente, independente de estar sindicalizado ou não. Este tributo equivale a um dia de trabalho por ano e é descontado, diretamente, em folha de pagamento. O Estado recolhe o imposto e o divide entre o sistema sindical: MTE, Confederação, Federação e Sindicato (FERRAZ; 2011). Assim, a existência de recursos financeiros para a manutenção de uma entidade sindical é independente do número de filiados. Mesmo havendo pouca adesão de uma categoria pelo seu sindicato, ou seja, uma baixa taxa de sindicalização, a sobrevivência e atuação desta entidade estão garantidas.

A origem do imposto sindical é anterior a CLT, como nos conta Costa (1986, p.1981):

Este tributo sindical foi regulamentado em 1940, por intermédio do Decreto-lei nº 2.377, que dispunha sobre o pagamento e a arrecadação das contribuições devidas aos sindicatos pelos integrantes das categorias econômicas ou profissionais representadas pelas referidas entidades. Tal imposto foi disciplinado, desde 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho,

pelos arts. 578 a 610.

Costa (1984) criticou o imposto sindical, na medida em que a existência dele nega a liberdade individual, pois ao mesmo tempo em que é livre a decisão do trabalhador de se sindicalizar ou não, é obrigatório o pagamento do tributo ao Estado. Nas palavras do autor:

Tal obrigatoriedade implica a própria negação da liberdade sindical. Na medida em que o Estado obriga o indivíduo a pagar o imposto sindical, está coibindo legalmente o trabalhador de recusar-se a colaborar financeiramente com um organismo de que ele, por vezes, pode não querer participar ou com o qual não concorda. Se o indivíduo é livre para ser sindicalizado ou não, também deveria ter a liberdade para decidir se quer ou não contribuir financeiramente para a entidade de representação profissional (COSTA, 1984, p.81).

Para o referido autor, o imposto sindical contribui para o distanciamento entre as lideranças sindicais e a base, já que apesar de toda categoria contribuir compulsoriamente para a existência da entidade, somente os sindicalizados podem participar das eleições, o que gera baixa representatividade.

O imposto sindical permite, ainda, a manutenção de um conjunto de empregos e serviços exercidos por advogados, jornalistas, contadores, sociólogos, etc., o que contribui para o seu fortalecimento e institucionalização (COSTA, 1986).

Entre os sindicalistas, a vigência do imposto sindical foi objeto de polêmica. Pensava-se se ele deveria ser extinto gradativamente ou de uma só vez. Estas discussões ocorreram, principalmente, no período pré-64, em que havia uma polaridade entre correntes ideológicas dentro do movimento sindical, formada por aqueles que foram chamados de democratas e pelos nacionalistas (COSTA, 1986).

A CUT, por exemplo, no ano de 2012, trabalhou a favor da realização de um plebiscito nacional para extinção do imposto sindical por meio da “Campanha Nacional por Liberdade e Autonomia Sindical” com o lema: “Diga não ao imposto sindical”<sup>24</sup>.

O quarto elemento que caracteriza a estrutura sindical é o poder normativo exercido pela Justiça do Trabalho. Quando há um conflito de interesses entre capital e trabalho este precisa ser resolvido por meio de ato jurídico (FERRAZ; GOUVEIA, 2011).

---

<sup>24</sup> Para ver a campanha acesse <http://diganaoaoimposto.cut.org.br/apresentacao/>.

Além dos sindicatos a estrutura sindical é composta por federações e confederações, que são entidades sindicais de grau superior. Uma federação é uma entidade sindical composta, por no mínimo, cinco sindicatos. Sua abrangência geográfica são os estados, porém é permitida a criação de federações interestaduais ou nacionais. É possível se constituir mais de uma federação em um mesmo estado, contanto que ela seja formada pelo mínimo de cinco sindicatos. Apesar de agregar sindicatos, a federação não tem o direito de representar os trabalhadores ou profissionais.

Para representar os docentes da educação básica e superior das redes privadas de ensino do estado do São Paulo foi fundada em 1988 a Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP), composta por vinte e cinco sindicatos.

Outro exemplo é a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais do Ensino Superior (PROIFES), que representa o magistério do ensino básico, superior, técnico e tecnológico. Sua base é composta por dez sindicatos.

Outro tipo de entidade de grau superior, prevista na CLT são as confederações que são compostas, no mínimo, por três federações. Precisam ter sua sede, obrigatoriamente, na capital, Brasília.

Para representar a área da educação pública existe a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Trata-se da maior entidade sindical da área que congrega sindicatos docentes municipais e estaduais. Há muitos anos a APP-Sindicato, objeto de estudo nesta dissertação, é filiada a esta confederação.

Atualmente, a CNTE agrega 43 entidades e 1 milhão de sindicalizados. Sua atual diretoria (2014-2017) é presidida por Roberto Franklin de Leão (SP) e vice presidida por Milton Canuto de Almeida (AL). A CNTE é filiada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma entidade que busca a união de diferentes tipos de trabalhadores. A CNTE também é filiada a Education Internacional<sup>25</sup>, a maior federação internacional da educação, uma entidade que tem como objetivo reunir entidades de professores e funcionários de escola do mundo todo. Atualmente, agrega 400 entidades em 170 países.

A forma administrativa das federações e confederações foi prevista na CLT, assim como está no quadro à seguir:

---

<sup>25</sup> Site da Education Internacional: <http://www.ei-ie.org/en>.

QUADRO 05 - COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES.

ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	PERÍODO DO MANDATO
Diretoria	3 no mínimo	
Conselho de Representantes	2 membros por entidade filiada	3 anos
Conselho Fiscal	3 membros	

Fonte: CLT. Elaborado pela autora.

A CLT também fixou a denominação das confederações de empregadores e empregados, assim como está disposto no quadro 06:

QUADRO 06 - DENOMINAÇÃO DAS CONFEDERAÇÕES DE EMPREGADORES E EMPREGADOS.

EMPREGADORES	Confederação Nacional da Indústria. Confederação Nacional do Comércio. Confederação Nacional de Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos. Confederação Nacional de Transportes Terrestres. Confederação Nacional de Comunicações e Publicidade. Confederação Nacional das Empresas de Crédito Confederação Nacional de Educação e Cultura
EMPREGADOS	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade. Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

Fonte: CLT. Elaborado pela autora.

As centrais sindicais, entidades associativas do direito privado para a representação dos trabalhadores em geral à nível nacional, não estavam previstas na CLT. Esta previa somente os sindicatos, as federações e as confederações, organizados verticalmente. As centrais surgem propondo uma organização de tipo horizontal reunindo diferentes categorias à nível nacional. Sua regulamentação aconteceu somente em 2008, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio da Lei nº 11.648. Assim, as centrais adquiriram regras específicas e o direito a participar de negociações. No entanto, desde a criação da primeira central sindical no país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, diversas outras se constituíram, o que pode ser interpretado mais um vez como uma pulverização e enfraquecimento do poder dessas instituições.

Ressalta-se o fato de que esta estrutura sindical não se aplica legalmente aos servidores públicos civis, e entre eles, os docentes das redes públicas de ensino, pois a CLT foi criada para organizar o trabalho no setor privado e vetou o direito dos servidores a formarem sindicatos. Em contrapartida, a cultura sindical desenvolvida nesta estrutura, em mais de setenta anos de regulamentação, influenciou o movimento sindical do setor público (FERRAZ; GOUVEIA, 2011).

A CF 88 fala sobre o direito a livre associação sindical (art.8º), observada a não interferência do Estado, a unicidade sindical, a função do sindicato; a fixação da contribuição sindical, a liberdade de participar ou não do sindicato, a obrigação do sindicato de participar de negociações coletivas, a participação dos aposentados filiados, proibição da dispensa do empregado sindicalizado quando do seu registro de candidatura. Aborda o direito à greve (art.9º), o direito dos trabalhadores de participarem de órgãos públicos que tratem de seus interesses (art.10) e do direito dos trabalhadores a elegerem um representante no âmbito de sua empresa (art.11). Assim, o que se pode dizer é que a estrutura sindical brasileira é marcada pela “forte regulação jurídica” (FERRAZ; GOUVEIA, 2012, p.100).

#### 1.4 Organização sindical dos professores do ensino público

Gouveia (2012) em sua pesquisa que teve como objetivo estudar a forma de incidência da política educacional em âmbito municipal e suas possíveis implicações para o movimento sindical, tendo como recorte geográfico o Primeiro Anel Metropolitano de Curitiba (composto por 12 municípios), verificou a diversidade de formas organizativas dos professores das redes públicas que é composta por:

(...) sindicatos municipais do magistério que congregam apenas professores municipais; associações de professores municipais articulação com o sindicato estadual de trabalhadores em educação; sindicatos de servidores municipais que congregam todos os servidores públicos municipais e a entidade estadual que congrega trabalhadores em educação da rede estadual e articula a algumas associações municipais de professores (GOUVEIA, 2012, p. 82).

O que se evidencia é a escolha por parte dos docentes de formarem sindicatos ou associações levando em consideração dois fatores: o pertencimento a

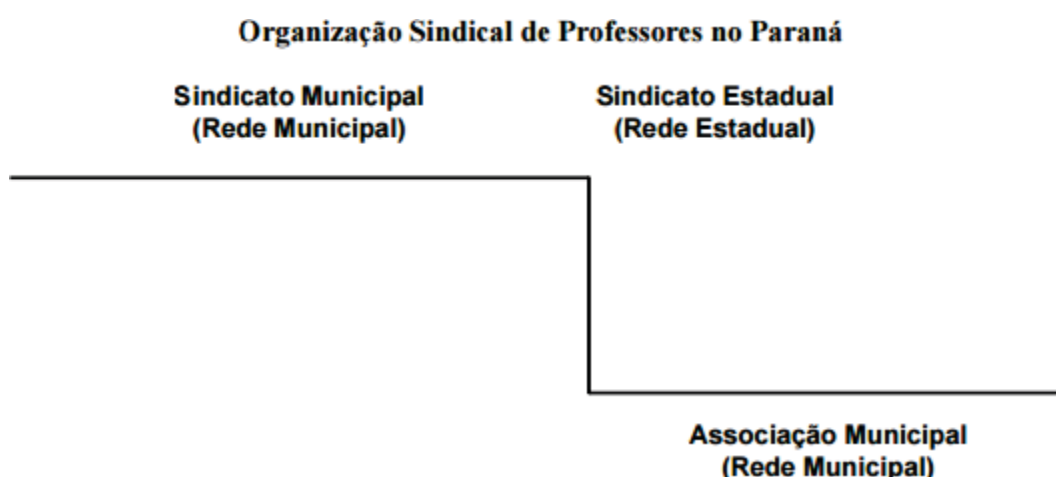
rede de ensino (municipal ou estadual) e a união ou não com os demais servidores públicos, a união somente com os servidores que atuam nas instituições de ensino (funcionários de escola) ou formação de entidades somente de docentes. É certo que a organização de um sindicato em um município não depende somente da vontade de alguns. Esta decisão e as ações que decorrem dela dependem de condições favoráveis.

Dos 12 municípios pesquisados pela autora, três constituíram sindicatos somente de professores das redes municipais, o que mais se aproxima da organização por categoria profissional. Isto aconteceu em Curitiba, Araucária e Campo Largo. Em dois municípios, Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais os docentes estão congregados em um sindicato juntamente com os demais servidores públicos.

Ferraz e Gouveia (2012), ao realizarem um estudo comparativo sobre a estrutura sindical dos docentes do setor público nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul (MS) verificaram que o caso paranaense parece ser o que se repete em todo Brasil, enquanto que o sul-mato-grossense se caracteriza como peculiar.

No Paraná, a organização dos docentes se dá em função do pertencimento a rede de ensino. Os professores da rede estadual estão congregados em um sindicato de base estadual, intitulado APP-Sindicato, enquanto que os professores que pertencem a redes municipais maiores, como é o caso de Curitiba e Araucária, formaram sindicatos de base municipal. Em municípios menores, em que não existe sindicato municipal, o sindicato estadual realizou parcerias com associações municipais de professores para poder representá-los. Para melhor explicar estes dados, Ferraz e Gouveia (2012) desenvolveram o seguinte esquema:

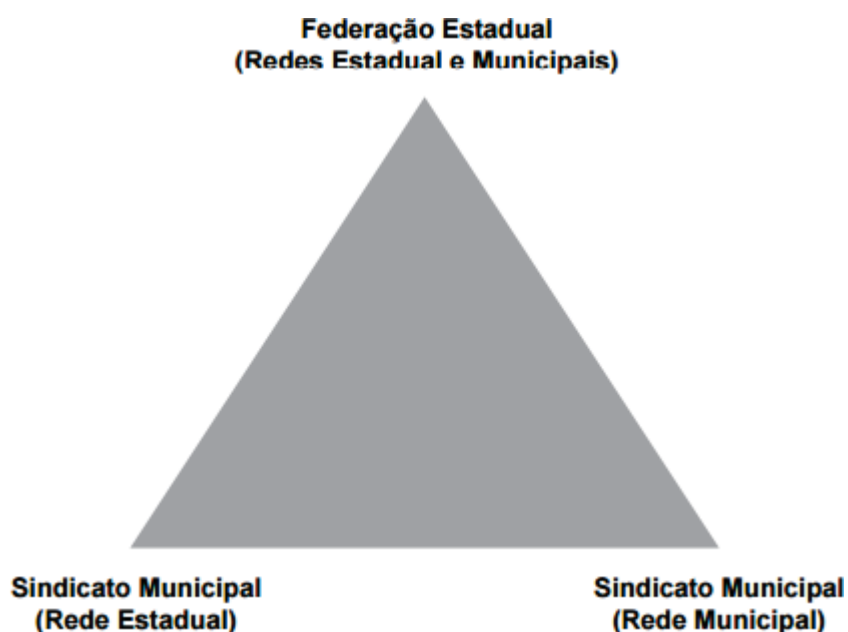
FIGURA 1 - ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE PROFESSORES NO PARANÁ.



Fonte: Ferraz e Gouveia (2012).

O caso do MS é um pouco diferente. Ambos os professores, que pertencem à rede estadual e a rede municipal formaram sindicatos de base municipal. Em outras palavras, não existe sindicato de base estadual. O que existe é uma federação estadual que congrega ambos os sindicatos. O esquema à seguir expressa estas ideias:

FIGURA 2 - ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES NO MATO GROSSO DO SUL.



Fonte: Ferraz e Gouveia (2012).

Para os autores, a estrutura organizativa presente no estado do MT configura-se como um desafio interpretativo já que os professores não se organizam de acordo com seu enquadramento jurídico, mas sim levando em consideração a divisão federativa do estado, o que pode impactar nas duas funções essenciais dos sindicatos docentes: representação frente às questões corporativas e trabalhistas e formulação de políticas públicas. Para Ferraz e Gouveia:

Estruturas com diferenças significativas podem ser resultado de orientações políticas singulares de lideranças políticas específicas, em momentos específicos. Em outras palavras, é preciso compreender as conjunturas históricas nas quais cada ator social pode se movimentar (FERRAZ; GOUVEIA, 2012, p.100).



Atualmente não existe um banco de dados que informe sobre a quantidade de sindicatos de professores que pertencem às redes públicas de ensino. Porém, das 10.734 entidades com registro ativo no MTE<sup>3</sup>, 17,19% são de servidores públicos. Em números absolutos somam 1.845 entidades. Ou seja, este segmento de trabalhadores é o segundo que mais possui sindicatos. Em primeiro lugar estão os sindicatos de empregados com 7.496 entidades ou 69,83% do total. Profissionais liberais somam 4,9%, os autônomos somam 2,34%.

É possível inferir que a própria heterogeneidade dos docentes devido as diferentes exigências em relação à formação, o valor da remuneração, o tipo de vínculo empregatício (público ou privado), a identidade e a cultura laboral é um fator relevante para a compreensão do movimento organizativo, pois certamente gerou divergências entre os docentes sobre diversos aspectos da atividade por eles exercida (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Por outro lado, o movimento associativo e sindical dos professores ao longo do tempo foi e é marcado pelas reformas no ensino e pelas políticas educacionais implementadas. Ressalta-se o fato de que as políticas educacionais têm relação direta com a forma de organização federalista do país, a divisão de responsabilidades entre estes entes e a forma de funcionamento do fundo público.

Atualmente, os desafios para o movimento sindical de docentes no Brasil ainda são múltiplos. Giram em torno da disputa, por exemplo, da luta pela interpretação e concretização da Lei nº 11.738/03, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica. Um valor mínimo de remuneração para uma jornada de trabalho de até quarenta horas semanais, composta por 33% de hora-atividade.

Destaca-se, ainda, o fato de que o sindicato é, majoritariamente, um espaço masculino (IBGE, 2002). Em contrapartida, a docência tornou-se uma atividade essencialmente feminina, o que se constituiu em mais um desafio interpretativo a ser sobrepujado pelos pesquisadores que se interessam pela área da educação.

## **CAPÍTULO 2 – SINDICALISMO DOCENTE NO PARANÁ: ORGANIZAÇÃO E LUTA**

Neste capítulo abordaremos alguns fatos marcantes que aconteceram ao longo da história do maior sindicato de professores e demais trabalhadores do ensino público do estado do Paraná, a APP-Sindicato; além disto, falaremos também sobre as características gerais de sua organização, condições de trabalho docente na REE/PR e as disputas na educação entre sindicato e governo do estado.

### **2.1 Alguns fatos marcantes da história da app-sindicato**

A história da APP-Sindicato começou há 69 anos, com a formação da Associação dos Professores do Paraná (APP) em 1947, aos 26 dias do mês de abril, por um grupo de professores do ensino primário do município de Curitiba, oriundos do Instituto de Educação e do Colégio Estadual do Paraná, liderados pelo professor Faustino Fávaro (ARAUJO, 2013). Sua criação foi apoiada pelo governador do estado, Moysés Lupion (GONÇALVES, 2007). Foi a primeira associação de professores do ensino público do estado (ARAUJO, 2013).

Naquele momento, o país vivia um processo de transição econômica de base agroexportadora para uma indústria de base, inserido no contexto mundial do pós-segunda guerra. Outro fato marcante foi a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (GONÇALVES, 2007). Os servidores públicos civis, por sua vez, eram impedidos legalmente de formarem sindicatos, assim, a alternativa de lura era a constituição de associações como já faziam desde a segunda metade do século XIX (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Em função da transição econômica que o Brasil estava passando naquele mesmo ano foi encaminhado ao Congresso Nacional um projeto de lei para tornar obrigatório o ensino primário. Sua aprovação deu-se anos mais tarde, em 1961, por meio da Lei 4.024. A nova etapa do capitalismo exigiu que as pessoas de uma forma geral tivessem um mínimo de instrução oferecida pelo Estado para poderem colaborar com o progresso (GONÇALVES, 2007).

Até então, a organização sindical estava prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei 5.452/1943, somente aos trabalhadores do setor privado. Aos funcionários públicos era vetado o direito à livre associação sindical,

como dito anteriormente, o que foi conquistado e sancionado somente 45 anos mais tarde, por meio do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Assim, a organização coletiva de professores na forma de associação por natureza jurídica com fins cooperativos e recreativos não se deu por acaso (GONÇALVES, 2007).

Entre os anos de 1949 e 1951 a associação obteve algumas conquistas, fruto da organização e luta dos professores:

A primeira mobilização da entidade é realizada em 1949, com a organização de um abaixo assinado com três mil assinaturas para regulamentar a carreira do professor do magistério primário, o que garantiu em 1950 a criação da lei do magistério primário. Em 1951, a APP adquire a “Casa do Professor”, em Curitiba, através da ajuda do Governador em exercício, Moysés Lupion (ARAUJO, 2013, p. 47).

A primeira greve organizada pela APP foi realizada em 1963 e foi chamada de Operação Tartaruga, nome dado com o objetivo de não levantar suspeitas sobre sua real intenção, já que os funcionários públicos não tinham direito à greve (ARAUJO, 2013). Foi motivada pela necessidade da manutenção de direitos adquiridos pela categoria. Assim, depois de negociação com o governado, manteve-se “o regime de 10 horas e a reestruturação da carreira do magistério” (GONÇALVES, 2007, p.80).

A segunda greve foi realizada em pleno contexto da ditadura militar, no ano de 1968. Foi denominada de “Congresso do Magistério”, também com o intuito de driblar seu caráter ilegal (ARAUJO, 2013). A principal reivindicação do movimento grevista foi a implementação de um plano de carreira para o magistério. Apesar do compromisso com o magistério ter sido firmado pelo governo, o plano de carreira não foi concretizado (APP- Sindicato, acesso em fevereiro de 2015).

O crescimento da associação foi progressivo em um curto período, pois “em 1969, a APP já tinha cinco mil e duzentos sócios e, em 1972, contava com a criação de vinte e quatro núcleos associativos, ganhando maior abrangência no estado do Paraná e arregimentando mais de doze mil profissionais em seus quadros” (ARAUJO, 2013, p. 47).

Em 1976, depois de anos de luta, os professores conquistam o Estatuto do Magistério, que possuía também um quadro de carreira e em 1978, os professores londrinenses paralisaram suas atividades e foram até a capital do estado para pedir adesão ao movimento (APP-Sindicato, acesso em fevereiro de 2015).

Em 1980 o professorado organizou uma paralização que perdurou por vinte e

dois dias e uma passeata que reuniu quinze mil pessoas. Reivindicou-se um piso salarial de dois salários mínimos que foi conquistado um ano depois, com a realização de 27 dias de greve. O valor do piso ficou em 2,2 salários mínimos (ARAÚJO, 2013).

Ainda no ano de 1981 houve a fusão das três organizações sindicais que representavam o professorado no Paraná: a APP, seriada em Curitiba; a Associação dos Professores Licenciados (APLP), seriada em Londrina; e a Associação do Pessoal do Magistério (APMP), também de Londrina (ARAÚJO, 2013).

Motivados, mais uma vez, pela necessidade de valorização salarial, em 1986, os professores organizam um acampamento em frente ao Palácio Iguaçu, sede do governo do estado do Paraná. Ficou acordado um piso salarial de três salários mínimos para o magistério (APP-Sindicato).

Como o acordo sobre o valor do piso salarial não foi cumprido pelo governo, em 1988, os professores não tiveram alternativa: entraram em greve. Neste episódio, o então governador, Álvaro Dias (PMDB), utilizou de forte e desrespeitosa repressão inferida pela política militar para combater o movimento sindical docente, assim como contam Tauscheck e Oliveira (2012, p.1):

No dia 30 de agosto de 1988, os policiais militares do Estado do Paraná reprimiram violentamente uma manifestação dos professores da rede estadual de ensino. Eles estavam armados com bombas de efeito moral, spray de gás lacrimogêneo, cassetetes e cavalos. Quando o ato estava em frente do palácio do governo, os policiais impediram que o carro de som continuasse momento que marcou o início de um confronto mais violento entre policiais e professores. A pior parte desse confronto aconteceu quando a polícia militar, ao tentar acabar com o acampamento próximo à Assembleia Legislativa do Paraná, utilizou da cavalaria e bombas para reprimir os professores e retirar suas barracas.

Um ano depois, aos dezoito dias do mês de março, o magistério reunido em assembleia geral no município de Londrina declarou o dia “30 de agosto” como dia de “luto de magistério”. A partir de então, todo ano este dia é lembrado pela categoria, que realiza paralização do trabalho em sala de aula e organiza mobilizações pelo estado (ARAÚJO, 2013).

Ainda no ano de 1988, depois de intensos debates, foi sancionada uma nova Constituição Federal, reflexo do esforço de diversos setores da sociedade “como a Ordem de Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), alguns setores da Igreja

Católica, instituições científicas públicas e privadas (CEBRAP, CEDEC, IUPERJ, entre outros)” (PERLATTO, 2009, p.5) com o intuito de redemocratizar o país, depois da vigência de anos de ditadura militar.

Por meio das ações reivindicativas de dirigentes trabalhistas de professores em conjunto de lideranças dos demais servidores públicos o direito constitucional a livre associação sindical foi adquirido (CF 99, artigo 37, inciso VI), como também o direito à greve (CF 88, artigo 37, inciso VII). Assim, associações de servidores públicos em todo o Brasil foram transformadas em sindicatos (GOUVEIA; FERRAZ, 2013). No Paraná, em 1989 a APP deu lugar a APP-Sindicato (sigla), com o nome oficial de Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná (APP-SINDICATO, 2015). Na análise de Gouveia e Ferraz (2013, p.117):

Essa transformação garantiu nova base jurídica, assim como maior regularidade de arrecadação, para as ações políticas e coletivas dos professores. Mas o direito dos professores públicos à filiação e representação sindical foi apenas uma das novas bases institucionais da Constituição de 1988 para a valorização profissional dos docentes.

Em 1990, sob o mandato do governador do estado, Álvaro Dias (PMDB), o professorado realizou outra greve que durou noventa e seis dias, a maior de sua história. A pauta principal era a reposição salarial da categoria que havia sido prejudicada, assim como a população em geral, devido à alta inflação do plano econômico do governo do presidente Collor de Mello, que gerou consideráveis perdas (ARAÚJO, 2013).

Em 1995 a categoria dos professores decidiu filiar o sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT). No ano seguinte os professores conquistam melhores vencimentos<sup>26</sup> para em razão da luta pela reestruturação da tabela salarial (APP-SINDICATO). Em 1997, a APP-Sindicato e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (Sinte/PR) uniram-se para formar uma mesma entidade sindical representativa, ao mesmo tempo, de professores e funcionários de escolas públicas. Assim, a entidade passou a denominar-se APP- Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (ARAÚJO, 2013).

Do final dos anos de 1990 para a atualidade ocorreram inúmeras conquistas para a categoria dos trabalhadores em educação, como o primeiro plano de carreira

<sup>26</sup> Vencimento é a retribuição pecuniária paga aos servidores públicos estatutários não acrescida de outros benefícios.

para os professores em 2004 e em 2008 para os funcionários das escolas.

Em contrapartida as conquistas dos anos 2000, o ano de 2015, primeiro ano do segundo mandato do governador Beto Richa (PSDB), foi um ano marcante para a história do Paraná como um todo, de forma negativa, por dois momentos.

Em 29 de maio, quando professores e funcionários de escola foram violentamente atacados pela polícia militar ao lutarem pelo impedimento de modificações no regime previdenciário da categoria. Naquele dia, a polícia fez um cinturão humano em torno da ALEP com o objetivo de impedir a entrada dos servidores da educação para acompanhar a votação do projeto de lei que modificaria a previdência. A Praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico estava tomada por manifestantes. O conflito se armou quando os policiais militares receberam a ordem para dissipar a manifestação. O uso da força policial foi, de longe, desmedido. Centenas de pessoas foram feridas.

O segundo momento marcante de 2015 aconteceu logo em seguida, com a entrada dos professores e funcionários de escola em greve, pelo reajuste salarial de 8,17%, proposto pela APP-Sindicato. A greve durou 44 dias, a segunda maior greve da categoria, que trouxe como ônus um grande desgaste político ao governador Beto Richa. Em diversos momentos, o governador afirmou que a greve tratava-se de uma estratégia política arquitetada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para desgastar a sua imagem. Para deflagrar o fim da greve, os servidores da educação realizaram assembleia no estágio de futebol do Paraná Club, com presença de cerca de 10 mil pessoas, advindas dos diversos núcleos sindicais. O último reajuste salarial oferecido pelo governador, após inúmeras negociações, foi de 3,35% para cobrir a inflação entre maio e dezembro de 2014.

O ano de 2016 iniciou com o anúncio do não pagamento dos salários dos professores contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), referentes ao mês de fevereiro. A APP-Sindicato se reuniu com a representante dos Recursos Humanos para debater o assunto e exigir a imediata abertura de uma folha complementar de pagamento para estes profissionais que não podem ficar sem salário.

Entre os dias 15, 16 e 17 de março ocorreram algumas atividades. Dia 15 e 16, nas escolas, foram enviados exemplares do Jornal 30 de agosto e lidos com toda a comunidade escolar para o debate sobre as condições do ensino na REE/PR.

No dia 17 houve uma reunião para negociação entre os representantes da

APP- Sindicato e o governo do estado para o pagamento do Piso Salarial aos professores, pagamento de promoções e progressões atrasadas, pagamento por maior habilitação para professores contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), nomeação e chamamento dos professores que passaram no último concurso, abertura de novos editais de concurso para professores e funcionários, direitos dos aposentados, saúde dos trabalhadores, cargo de 40 horas semanais (dobra de padrão) e a pauta pedagógica sobre questões referentes ao ensino e a aprendizagem (infraestrutura das escolas), etc.

A luta do sindicato é contínua. Nem sempre se dá por melhorias. O atual momento é pela manutenção de direitos conquistados.

Ao estudar o que a literatura disponível fala sobre a história da APP-Sindicato verifica-se a presença e destaque de momentos em que o sindicato desenvolve ações, estratégias de luta em direção a metas ou objetivos de cunho mais econômico e corporativo. O que é a essência do movimento sindical, porém ao se debruçar sobre a forma de organização do sindicato percebe-se que estão presentes dentro do movimento sindical bandeiras de luta que dizem respeito a sociedade como um todo e não somente à categoria dos trabalhadores em educação. Isto será abordado no próximo item desta dissertação.

## 2.2. Organização da app-sindicato

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná (APP- Sindicato) é a organização sindical que representa a categoria profissional dos trabalhadores da educação, ativos e aposentados, a saber: os profissionais do magistério (professores e pedagogos) e funcionários de escola (da limpeza, merenda e administração). Sua base territorial de atuação é a rede estadual de ensino do Paraná e as redes municipais que não constituíram sindicato. Sua sede está localizada na capital do estado, Curitiba, e as demais seções estão distribuídas por todo o estado, constituindo 29 núcleos sindicais. Sua base é composta por mais de 65 mil filiados<sup>27</sup> (ARAÚJO, 2013).

A estrutura executiva do sindicato é composta pela Diretoria Estadual e

---

<sup>27</sup> Os dados correspondem ao ano de 2012. Não foi possível encontrar dados atuais sobre o número de sindicalizados.



Diretorias Regionais em cada um dos núcleos sindicais. A Diretoria Estadual é formada por 17 cargos, que estão listados no quadro a seguir:

QUADRO 07 - CARGOS QUE COMPÕEM A DIRETORIA ESTADUAL DA APP-SINDICATO.

Presidência	Secretaria de Assuntos Municipais	Secretaria de Política Sindical e Cultural
Secretaria Geral	Secretaria Educacional	Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos
Secretaria de Finanças	Secretaria de Formação Política Sindical	Secretaria de Funcionários (as) da Educação
Secretaria de Administração e Patrimônio	Secretaria de Comunicação	Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT
Secretaria de Organização	Secretaria de Sindicalizados	Secretaria da Saúde e Previdência
Secretaria de Aposentados (as)	Secretaria de Assuntos Jurídicos	

Fonte: Estatuto da APP-Sindicato.

Destacam-se entre as secretarias que compõem a Diretoria Estadual da APP-Sindicato a Secretaria da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT e a Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos. Como os próprios nomes sugerem dizem respeito a assuntos de interesse social presentes em uma organização que tem por essência defender os interesses econômicos de sua categoria. Nem sempre estas secretarias existiram. Ela é fruto das discussões desenvolvidas nos Congressos periódicos do sindicato e podem exprimir uma das características específicas do sindicalismo docente que é refletir sobre pautas mais amplas e que com certeza não são consenso entre toda a categoria. Nas palavras de Tavares (2011):

O sindicalismo docente constituiu-se como um movimento reflexivo, afastando-se, progressivamente, das referências do movimento operário; afirmando-se, ao mesmo tempo, a sua especificidade e autonomia (TAVARES, 2011, p.332).

Outros autores também destacam esta característica do movimento sindical de docentes:

O conflito docente apresenta certa particularidade e não pode ser analisado no amplo aspecto das relações entre capital e trabalho, sem se levar em conta a relativa autonomia do trabalho docente, a especificidade do trabalho pedagógico e os fins da educação. Somente considerando tais aspectos é que se pode compreender por que, em muitos casos, as formas de luta – conflito e resistência – dos trabalhadores docentes, ao mesmo tempo em que apresentam reivindicações de melhores condições de trabalho e

remuneração, expressam interesses sociais mais amplos, como uma educação de qualidade para os trabalhadores em geral, ou mesmo a preocupação com uma sociedade mais democrática (OLIVEIRA & MELO, 2006, p.14).

De acordo com o Estatuto da APP-Sindicato, a Diretoria Estadual precisa ser formada obrigatoriamente por representantes de ambas as categorias profissionais que compõem a entidade: professores e funcionários de escola. Além disso, é necessária a inclusão na diretoria de profissionais aposentados.

Devido a grande extensão territorial de representação profissional atribuída ao sindicato foram criados núcleos sindicais distribuídos pelo estado para melhor proteção dos associados. No quadro à seguir encontram-se listados os 29 núcleos da APP-Sindicato.

QUADRO 08 - NÚCLEOS SINDICAIS DA APP-SINDICATO

NS Apucarana	NS Curitiba Metropolitana Sul	NS Laranjeiras do Sul
NS Arapongas	NS Curitiba Norte	NS Londrina
NS Assis Chateaubriand	NS Curitiba Sul	NS Mandaguari
NS Cambará	NS Foz do Iguaçu	NS Maringá
NS Campo Mourão	NS Francisco Beltrão	NS Paranaguá
NS Cascavel	NS Guarapuava	NS Pato Branco
NS Cianorte	NS Irati	NS Ponta Grossa
NS Cornélio Procopio	NS Ivaiporã	NS Toledo
NS Curitiba Metropolitana Norte	NS Jacarezinho	NS Umuarama
		NS União da Vitória

Fonte: (<http://www.appsindicato.org.br>)

Cada núcleo sindical representa um grupo de municípios. Assim, o NS de Apucarana representa os trabalhadores da educação de Apucarana, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Kaloré, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Novo Itacolomi e Rio Bom. Estes NS refletem a própria forma organizativa da REE/PR em Núcleos Regionais. Pode-se inferir que a forma de organização da rede de ensino forneceu o modelo para o sindicato. O que é permitido devido a não especificação de lei para organização dos sindicatos dos servidores públicos como

dito anteriormente.

Em cada escola é eleita uma vez ao ano a Comissão Sindical Escolar (CSE) que é a legítima representação do sindicato nos locais de trabalho. É composta por professores e funcionários sindicalizados. O número de membros varia de acordo com os turnos de trabalho das escolas, assim uma escola precisa ter no mínimo três membros da CSE e no máximo nove membros. Esta forma de organização de base parece ter sido influenciada pela própria cultura sindical dos trabalhadores em geral que se organizavam no passado em conselhos de fábrica.

APP-Sindicato é filiada a duas entidades sindicais de grau superior, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do país, que visa reunir os sindicatos e federações dos diversos segmentos de trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), maior entidade de grau superior da área da educação pública, que objetiva unificar os sindicatos e federações do setor. Em certo momento da história da APP-Sindicato seus dirigentes e base entenderam que sua identidade era mais próxima dos trabalhadores em geral, assim ocorreu a filiação a CUT. Isto é algo mutável. Assim, a entidade pode ser filiada a uma determinada central e em outro momento decidir, por meio de uma assembleia composta por delegados de diferentes NS a desfiliação.

Para divulgar informações entre a categoria, o sindicato dispõe de diversos meios. Na forma impressa, existem três publicações, o Jornal Mural da Educação, o Jornal 30 de agosto e na forma online, o sindicato possui um site<sup>28</sup>, uma página no *Twitter*<sup>29</sup>, uma página no *facebook*<sup>30</sup> e um canal do *youtube* (app-sindicato).

No site da entidade está disponível uma grande quantidade de informações como a composição da atual Diretoria Estadual, a lista dos núcleos sindicais, o telefone de todas as secretarias, arquivos para *download*, notícias em geral, etc. Por ele é possível acessar a Tv App e a rádio App. A atual diretoria é formada pelos seguintes membros:

QUADRO 09 - MEMBROS DA DIRETORIA

Secretaria	Nome
------------	------

<sup>28</sup> O endereço do domínio online da APP-Sindicato é [www.appsindicato.org.br](http://www.appsindicato.org.br).

<sup>29</sup> O endereço na página do *twitter* da APP-Sindicato é [twitter@appsindicato](https://twitter.com/appsindicato).

<sup>30</sup> O endereço na rede social *facebook* da APP-Sindicato é [facebook.com.br/appsindicato](https://facebook.com.br/appsindicato).

Presidência	Hermes Silva Leão
Secretaria Geral	Vanda do Pilar Santos Bandeira Santana
Secretaria de Finanças	Marlei Fernandes de Carvalho
Secretaria de Administração e Patrimônio	Mariah Seni Vasconcelos Silva
Secretaria de Organização	Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos
Secretaria de Aposentados	Valci Maria Mattos
Secretaria de Assuntos Municipais	Celso José dos Santos
Secretaria Educacional	Walkíria Olegário Mazeto
Secretaria de Formação Política Sindical	Janeslei Aparecida Albuquerque
Secretaria de Comunicação	Luiz Fernando Rodrigues
Secretaria de Sindicalizados	Rose Mari Gomes
Secretaria de Assuntos Jurídicos	Mário Sérgio Ferreira de Souza
Secretaria de Política Sindical	Arnaldo Vicente
Secretaria de Políticas Sociais	Alfeo Luiz Capellari
Secretaria de Funcionários	Nádia Aparecida Brixner
Secretaria de Gênero, Relações étnico-raciais e Direitos LGBT	Elizamara Goulart Araújo
Secretaria de Saúde e Previdência	Ralph Charles Wandpap

Fonte: (www.appindicato.org.br)

Pode-se destacar a obrigatoriedade da composição da Diretoria Executiva por membros de ambas as categorias trabalhistas que compõem o ramo de atuação do sindicato, no caso, profissionais do magistério e funcionários de escola. No quadro a seguir é possível visualizar as instâncias deliberativas do sindicato e sua composição.

QUADRO 10 - INTÂNCIAS DELIBERATIVAS ESTADUAIS E REGIONAIS DA APP-SINDICATO

Instâncias Deliberativas Estaduais	
Instância	Membros

Assembleia Estadual	Todos os sindicalizados
Congresso Estadual	Delegados eleitos
Conferência Estadual de Educação	Livre participação dos sindicalizados
Conselho Estadual	Diretoria + presidentes dos NS + representantes do sindicato na CNTE + representantes de base eleitos
Conselho Fiscal	9 membros
<b>Instâncias Deliberativas Regionais</b>	
Assembleia Regional	Sindicalizados do núcleo regional
Congresso Regional	Delegados regionais eleitos
Conselho Regional	Diretoria regional + representantes por local de trabalho + representantes de municípios + representantes de base

Fonte: Estatuto da APP-Sindicato.

Diretoria Estadual é uma instância executiva da APP-Sindicato, é orientada pelas deliberações da assembleia estadual, do Congresso Estadual e do Conselho Estadual, sendo composta por 15 membros eleitos pelo voto direto a cada três anos.

Toda esta estrutura organizativa da APP-Sindicato atua para reivindicar melhorias sobre a rede estadual de ensino do Paraná (REE/PR) que possui 2.148 escolas, 46.540 turmas e 1.095.201 matrículas distribuídas pelos municípios. A maior parte das matrículas existentes atende aos estudantes das séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio, tendo em vista a divisão de responsabilidades para com a educação presente na LDBEN 9.394/1996. Os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, via de regra, são matriculados em escolas sob responsabilidade dos municípios.

Este contingente de estudantes e professores, além de todo aparato material que compõe a concretização do direito à educação é administrado por meio de pessoal congregado nos seguintes órgãos: Secretaria Estadual de Educação (SEED), Diretoria Geral, Superintendência da Educação, Superintendência de Desenvolvimento Educacional e pelos Núcleos Regionais de Educação (NRE's).

A SEED é formada por uma equipe, incumbida de implementar as políticas governamentais para a área da educação, e é encabeçada pelo secretário. No atual governo, este cargo está ocupado pela secretária Ana Seres Trento Comin.

Os NRE's possuem apenas um chefe e um assistente técnico, que são compelidos a representar a SEED e zelar pela divulgação e cumprimento das normas e legislações educacionais e administrativas.

Os NRE's atuam sobre um grupo de municípios sob o qual está sua responsabilidade. Assim, por exemplo, o NRE de Paranaguá é composto por 7 municípios da região litorâneo do Paraná. A saber: Morretes, Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba. Atualmente, existem 32 NRE's. A figura 1, a seguir, apresenta a distribuição dos NRE's pelo estado.

FIGURA 3 - A LOCALIZAÇÃO DOS NRE's NO ESTADO DO PARANÁ.



FONTE: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/>

A educação escolar e as políticas educacionais a que a ela se destinam, como um todo, estão sob o julgo de um arcabouço normativo formado por leis de abrangência nacional, além de leis estaduais e municipais, de acordo com as regras do sistema federativo. À nível nacional, essas legislações mais importantes são a

Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação. No estado do Paraná, além das legislações citadas anteriormente, as políticas educacionais relacionam-se com a Constituição do Estado do Paraná (1989), o Plano de Carreira do Estado (2004), o Plano Estadual de Educação (2006) e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Rede Pública Estadual de Ensino (2009) (CURITIBA, 2010).

Em relação à formação sindical realizada pelo sindicato não se obteve informações no *site* da instituição. Porém, foi encontrada uma pesquisa que teve como objeto de estudo o programa de formação política e sindical da APP-Sindicato entre os anos de 2007 a 2009.

ARAÚJO (2013) em sua dissertação de mestrado, produzida no âmbito do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, analisou as diretrizes gerais do Programa de Formação Político, Sindical e Educacional da App-Sindicato, em conjunto com a CNTE.

Segundo a autora, a própria CNTE reconhece há falta de formação política da base dos professores. Para sanar estas deficiências foi organizado um curso que se utilizou de materiais impressos na forma de cadernos composto por 4 eixos:

QUADRO 11 - COMPOSIÇÃO DO PROGRAMA FORMATIVO DA APP-SINDICATO EM CONJUNTO COM A CNTE (2007-2009).

Eixo1 - Concepção política e sindical	Introdução à sociologia; Teoria política; economia política; introdução à história do movimento sindical; movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no Brasil.
Eixo 2 – Formação de dirigentes sindicais	Fundamentos da filosofia: os caminhos do “pensar” para quem quer “transformar”; teoria e prática da comunicação sindical; análise da conjuntura; concepção, estrutura e organização sindical; negociação coletiva e orçamento público na área da educação.
Eixo 3 – planejamento e administração sindical.	Planejamento estratégico situacional. Gestão sindical; planejamento estratégico e ação sindical; sistema democrático e relações de trabalho.
Eixo 4 – Temas transversais.	Temática livre para abordar questões locais.

Fonte: Araújo (2013).

Entre suas conclusões, Araújo (2013) disse que apesar da APP-Sindicato lutar por uma sociedade mais igualitária, privilegia-se reivindicações que dizem respeito somente à categoria dos trabalhadores em educação.

A proposta formativa da APP-Sindicato estava permeada por pressuposto



teóricos marxistas à saber: “luta de classes, sindicalismo classista, transformação social, unidade da classe trabalhadora, entre outros” (ARAÚJO, 2013, p.97). Porém, misturada a outras correntes filosóficas.

Destaca-se ainda na pesquisa da autora, sua conclusão sobre o eixo de Teoria e Prática da Comunicação sindical, o qual, “(...) restringe-se a um conjunto de estratégias discursivas, as quais reforçam o terreno da “manipulação” e do misticismo” (ARAÚJO, 2013).

Ao olhar para a forma organizativa da APP-Sindicato evidencia-se uma entidade que representa um grande contingente de pessoas reunidas sob a categoria trabalhadores em educação. Quando surgiu o movimento organizativo no estado havia duas entidades diferentes, as associações, que se unificaram para dar lugar a um sindicato propriamente dito. Nota-se que ao passar do tempo são inseridas novas formas de comunicação com a base. Se antes utilizavam-se os informativos impressos, os jornais, a partir dos anos 2000 o sindicato cria e utiliza-se de redes sociais. Essas mudanças também se refletem na criação e extinção de cargos e secretarias que levam em seu nome bandeiras de lutam que extrapolam os muros das necessidades corporativas e abrangem pautas progressistas que impactam a sociedade em geral, que em determinado momento se tornaram consenso entre os professores e professoras participantes das assembleias e congressos. O sindicato é um movimento contínuo. Tendo em vista esta ideia pergunta-se se as percepções dos professores da REE/PR sobre seu sindicato são permeadas essas compreensões.

### **CAPÍTULO 3 – AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES PARANAENSES SOBRE O SINDICATO DOCENTE**

O terceiro capítulo desta dissertação é formado pela descrição da metodologia empregada para a realização das entrevistas e os resultados e discussões escritos a partir da análise dos trechos das entrevistas semi estruturadas aplicadas aos professores e professoras da rede estadual de ensino do Paraná.

#### **3.1 Metodologia**

A pesquisa que resultou nesta dissertação caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo já que seu objeto de estudo, as percepções que os professores da rede estadual têm sobre o sindicato que os represente, é algo que não pode ser apreendido por meio de procedimentos rígidos, mas sim por meio daqueles que dependem da interpretação do pesquisador, munido de referenciais teóricos para análise.

Basicamente, tais percepções são as interpretações que um grupo faz acerca de um fenômeno ou objeto. Estas interpretações são compreendidas como conhecimento de senso comum, não menos importantes que o conhecimento científico, tendo em vista que são por meio delas que um grupo atua sobre a realidade.

A técnica escolhida para a coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado foi a entrevista. A opção pela entrevista se deu em função do entendimento de que não foi possível obter dados sobre o objeto investigado, as interpretações que os professores da rede estadual apresentam sobre seu sindicato, somente por meio de pesquisa bibliográfica.

Por serem dados de natureza subjetiva (valores e opiniões de sujeitos), entendeu-se não ser possível extraí-los ou captá-los através de métodos objetivos como aqueles que se utilizam de estatística (BONI; QUARESMA, 2005).

Concordo com a definição de entrevista segunda a qual se trata de um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o

entrevistado” (HAGUETTE, 1997, p.86 apud BONI; QUARESMA, 2005, p.72).

De fato, existe uma diversidade de tipos de entrevistas como a entrevista projetiva, entrevistas com grupos focais, história de vida, entrevista estruturada, aberta e semi- estruturada. Cada uma apresenta pontos positivos e negativos para seu uso que precisam ser conhecidos pelo pesquisador para que sua escolha se dê em função da melhor adequação ao problema de pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005).

Para esta dissertação, o tipo de entrevista escolhida foi a semi-estruturada que se caracteriza pela formulação prévia de todas as perguntas antes do contato com o entrevistado, diferente da entrevista estruturada, ela pode ter seu roteiro alterado pelo entrevistador por meio da elaboração de perguntas complementares ao longo do processo sempre que se julgar necessário sempre tendo em vista os objetivos da pesquisa. A vantagem deste tipo de entrevista é a possibilidade de aprofundamento dos dados (BONI; QUARESMA, 2005).

O roteiro de entrevista<sup>31</sup> foi elaborado com base na dissertação<sup>32</sup> de Ângela Corso (2009), que adaptou a técnica utilizando-se do trabalho de Auler e Delizoicov (2002), onde foram selecionados citações de jornais, livros e outros documentos oficiais para que os entrevistados analisassem e se posicionassem diante delas. A escolha desta técnica deu-se tendo em vista que se julgou que seria ineficaz para a obtenção dos dados a utilização de perguntas diretas sobre a opinião dos docentes acerca da entidade que os representa, a APP-Sindicato.

Corso (2002) teve como objeto de pesquisa as representações sociais sobre a categoria trabalho de professores duas escolas do estado do Paraná, uma em Curitiba e outra em Palmeira, que trabalhavam no Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA, que foram levantadas por meio de entrevistas semi-estruturadas.

O roteiro de entrevista para esta dissertação, utilizando-se do trabalho de Corso (2002), foi composto por 8 trechos de artigos científicos, de matérias do jornal da APP- Sindicato e de vídeos divulgados no canal do *youtube* do Núcleo

---

<sup>31</sup> Está em anexo.

<sup>32</sup> A dissertação de Ângela Maria Corso tem como título “As representações do trabalho junto a professores que atuam no PROEJA: da representação moral do trabalho ao trabalho como auto-realização”. A defesa aconteceu no ano de 2009.

Metropolitano Norte. Optou-se pela não inclusão, no roteiro de entrevista, das fontes dos trechos selecionados, pois foi considerada a possibilidade de os participantes serem influenciados em suas respostas. Antes do roteiro de entrevista foi inserida uma pequena instrução de como deveria ser feita a entrevista.

A escolha de cada trecho para composição do roteiro objetivou oferecer aos participantes uma gama diversificada de representações sobre a entidade sindical. O trecho 1, por exemplo, fala sobre o sindicato de uma forma positiva, adjetivando-o como “poderosa organização” da atualidade e nomeia os docentes como “trabalhadores da educação”.

TRECHO 1:

Os trabalhadores em educação criaram poderosas organizações sindicais, que ocupam, na atualidade, posição de destaque seja pelo número e proporção de filiados, seja pela capacidade de atuação. Os movimentos que realizam alcançam enorme repercussão social, alguns deles são marcadores de época. Tal capacidade advém, entre outras causas, do fato de que os trabalhadores de educação lidam com a formação das crianças e uma mera paralisação das escolas por algumas horas inferniza a vida das famílias.

O trecho 2, por sua vez, relaciona o sindicato e os trabalhadores em educação ao contexto da crise econômica e social em escala global, com o objetivo de provocar o entrevistado a pensar na organização sindical ligada ao contexto macro.

TRECHO 2:

Os sindicatos de trabalhadores da educação encontram-se atingidos pelos devastadores impactos da crise mundial, que incide sobre as economias nacionais da Grécia, de Portugal, da Espanha e outros países de forma virulenta. Nós que vivemos abaixo da linha do Equador, fomos iludidos pela síntese dos processos de desenvolvimento na sigla BRICS e achamos que o Brasil, por pertencer e, mesmo, encabeçar o acrograma, está imune aos efeitos da crise mundial.

O trecho 3, extraído de um vídeo publicado em um canal no *youtube* por um Núcleo Sindical da APP-Sindicato, tem como foco o processo de sindicalização dos docentes. objetivo deste trecho é provocar o entrevistado a pensar sobre sua opção ou não pela sindicalização.

TRECHO 3:

(...) Por que é importante ser sindicalizado? Porque tudo que nós

conseguimos até agora... Com o pessoal mais novo que tá aí e os mais antigos, todo mundo sabe que foi com luta, né, foi com o sindicato. Ah! Mais você pode dizer assim: eu não vou ser sindicalizado porque o sindicato vai lá e luta. O sindicato não é só a diretoria. O sindicato somos nós. É nós que fazemos estas lutas. Então, por que é bom ser sindicalizado? Tem direito a colônia de férias em Guaratuba, Itapoá, (...) vai quando ele quer, paga uma taxa mínima, quando faz um curso pode receber o seu certificado e ascender na sua carreira. Então, a importância de se sindicalizar é a luta nossa. Nós sabemos que o Lula só chegou onde ele chegou... Chegou porque? Foi um sindicalista forte. E o nosso sindicato só é forte porque nós trabalhamos desde 1946 pra cá. As vezes a gente regride, as vezes a gente avança. Mas é o sindicato que faz este trabalho.

O trecho 4 da entrevista, retirado de uma matéria do jornal publicado pela APP- Sindicato, o Jornal 30 de agosto, fala sobre o episódio do fim do chamado “tratoração” na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) em que devido a intensa mobilização dos servidores públicos, inclusive os da educação, foi extinto o Regime de Comissão Geral, que era um regime de tramitação de projetos de lei em que não era possível o devido debate, já que ele poderia ser aprovado em caráter de urgência. A escolha deste trecho deu-se com o intuito de relacionar a capacidade de mobilização do sindicato a lutas e conquistas que não beneficiam somente a categoria dos trabalhadores em educação ou dos servidores estaduais, mas sim a sociedade como um todo.

#### TRECHO 4:

A mobilização geral dos servidores no Paraná, iniciada pela educação, trouxe benefícios práticos para a vida do cidadão e da cidadã paranaense. O mais importante, considerado como avanço na democracia do Estado, foi o fim do regime de Comissão Geral na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Conhecida como “tratoração”, a Comissão Geral era requerida pelos líderes do governo e determinado projeto de lei poderia ser aprovado de forma rápida e sem uma discussão aprofundada sobre o tema. No dia 10 de fevereiro, segundo dia de greve geral, milhares de educadores(as) acompanhavam a sessão plenária que tinha como objetivo votar mais um pacote de maldades do governo. Ao contrário do que esperava o governador e os(as) deputados(as), servidores e servidoras públicas ocuparam a Alep, no exato momento em que 34 parlamentares aprovavam o requerimento de instalação da Comissão Geral. Dois dias depois, deputados(as) chegaram de camburão e serraram a grade da Assembleia para entrar e instalar novamente Comissão Geral para aprovar os projetos. Diante da intensa mobilização em frente e dentro da Alep, que foi ocupada novamente, os (as) deputados (as) desistiram e retiraram os projetos da pauta. Como consequência, os(as) deputados(as) decidiram acabar com o ‘tratoração’ e no dia 4 de março, com 44 votos a favor, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou o fim do regime de Comissão Geral. Desta forma os projetos de lei não podem mais ser aprovados sem passar pela apreciação de comissões específicas e sem o debate necessário. Vitória do povo paranaense!

O trecho 5 da entrevista, extraído do Jornal 30 de agosto, fala sobre a primeira greve dos trabalhadores em educação do Paraná que ocorreu no início do ano de 2015. O objetivo deste trecho, assim como o trecho 6, foi propiciar uma reflexão dos entrevistados sobre o caráter corporativista do sindicato, em outras palavras, sobre sua “vocação” para a defesa de direitos novos direitos e dos anteriormente conquistados por uma categoria.

TRECHO 5:

Praça Nossa Senhora de Salete e outras tantas praças pelo interior do Paraná por 29 dias no início deste ano de 2015. Inicialmente estarecidos com tamanha atrocidade do governo ao tentar destruir as carreiras e as aposentadorias do funcionalismo público do estado, mostramos nossa força e capacidade de organização ao fazer o governo recuar de seu ímpeto de nos atacar. Denunciamos o caos na escola pública, a falta de profissionais, o atraso nos pagamentos, o “tratoração” na Assembleia Legislativa. Por todo estado, praticamente 100% de adesão a esta mobilização histórica. Grandes atos e gigantescas assembleias provaram que estivemos, estamos e permaneceremos unidos e em alerta a qualquer tentativa do governo em nos retirar direitos ou deixar de cumprir a lei. Vitória! Fizemos o governo recuar e a população reconheceu a nossa luta, que não para por aqui! Estamos na luta!

TRECHO 6:

Parecia mesmo um formigueiro. A frase sintetiza muito bem o sentimento de quem ocupou a (...) Este ano, a APP está completando 65 anos. São 65 anos de lutas e conquistas dos trabalhadores em educação pública do Paraná. Durante esse período foram muitas greves, paralisações e manifestações. Não podemos deixar de lembrar aqui da grande greve de 1988, em que o Governo de Álvaro dias reprimiu os professores com cavalos, bombas e balas de borracha, deixando dezenas de feridos. As conquistas que temos hoje são frutos de momentos como esse. Se voltarmos nossos olhos para o passado, podemos ver que avançamos muito. Graças à nossa organização em sindicato e à nossa disposição para a luta, conquistamos diversas reposições salariais, 10% de hora-atividade em 2000 e a ampliação para 20% em 2002, o Plano de Carreira dos Professores em 2004, o dos funcionários em 2008, concursos para professores e funcionários, programas de formação inicial e continuada, como o Pró-funcionário e o PDE para os professores, etc. Porém, isso não é o suficiente, precisamos avançar muito mais (...).

Extraído de uma matéria publicada pelo economista e colunista da revista Veja, Gustavo Ioshpe, o trecho 7 constitui-se como uma crítica ao sindicato de professores. A escolha deste trecho deu-se com o objetivo de levar os entrevistados a refletirem sobre o que consideram negativo ou ruim na organização sindical, o que poderia mudar, ser diferente.

TRECHO 7:

(...) A sociedade brasileira parece não reconhecer que os sindicatos de professores pensam no bem-estar de seus membros, e não no da sociedade em geral. Incorporamos a ideia de que o que é bom para o professor é, necessariamente, bom para o aluno. E isso não é verdade. (...) Quando ouvir um membro desses sindicatos se pronunciando, portanto, é mais seguro imaginar que suas reivindicações prejudicam o aprendizado do que o contrário. E, especialmente quando a questão for salarial, é preciso levar em conta que não apenas os professores são beneficiados por seu aumento, como os sindicatos também, já que são mantidos por cobranças determinadas através de um percentual do salário.

Por fim, o trecho 8, que é um fragmento de um artigo apresentado na 23ª Reunião Nacional de ANPED, intitulado “Desenvolvimento Profissional Docente: uma atribuição que também é do sindicato”, de autoria de Maria Isabel de Almeida<sup>33</sup>, expressa a dimensão pedagógica do sindicato, em outras palavras, a capacidade que o sindicato tem de organizar atividades formativas para seus associados que oportunizam refletir sobre a sociedade como um todo e não somente em questões corporativas ou que afetam diretamente o trabalho docente.

TRECHO 8:

Os sindicatos de professores no Brasil, especialmente os das redes públicas de ensino, têm se colocado como os grandes articuladores dos movimentos encetados pelos docentes na defesa dos seus interesses específicos, mas também têm desempenhado papel importante em lutas educacionais mais amplas, bem como na denúncia e no debate com a sociedade sobre os descasos das políticas públicas frente às necessidades educacionais em nosso país. Alguns já deram um passo a mais na construção de uma nova concepção de prática sindical e estão desenvolvendo propostas de formação mais estruturadas para seus associados, assumindo uma postura mais comprometida com a prática de seus associados e empreendendo esforços para a melhoria da educação.

### 3.2 Validação do instrumento de pesquisa

Após a elaboração do roteiro da entrevista estruturada foi realizada a entrevista piloto<sup>34</sup>, um teste com o objetivo de aprimorar o instrumento de coleta de dados. Este teste seguiu muitas das recomendações de Boni e Quaresma (2005) fundamentados em Lakatos (1996), no sentido da escolha do entrevistado, que foi uma pessoa que tem familiaridade com o tema da pesquisa, o sindicalismo docente; atentar para a disponibilidade do entrevistado, assim a entrevista foi marcada com

<sup>33</sup> Professora da Faculdade de Educação da USP.

<sup>34</sup> A entrevista piloto encontra-se na íntegra no Anexo desta dissertação.



antecedência em local da escolha do entrevistado; assegurar a não identificação das falas do entrevistado (anonimato) e o fornecimento do termo de consentimento livre e esclarecido pelo qual o entrevistado autorizou o uso de seu discurso para fins acadêmicos; e a organização do roteiro de entrevista propriamente dito.

Ao final da entrevista foi pedida a entrevistada que avaliasse o roteiro. Ela sugeriu que o trecho 7 fosse substituído por um novo trecho que relacionasse a APP-Sindicato à confederação de sindicatos da educação, a CNTE. Segue o trecho incluído:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) promove no próximo dia 11, em Brasília, um ato no Congresso Nacional em defesa da Educação Pública de qualidade. Participarão cerca de 1.500 trabalhadores (as) em Educação de todo o país. O Paraná enviará uma caravana, composta por cerca de 30 pessoas, que sairá de Curitiba na manhã do dia 11. O objetivo é pressionar os (as) parlamentares do Congresso Nacional para se posicionarem a favor das pautas da educação e dos(as) educadores(as). De acordo com Roberto Leão, presidente da CNTE, as pautas têm o mesmo objetivo: valorização do educador e da escola pública, para garantir educação de qualidade para todos. “Um dos graves problemas da educação, por exemplo, é a valorização dos seus profissionais, enquanto isso não acontecer, nós não teremos educação de qualidade. E a Lei do Piso é fundamental para isso. Qualquer ataque à lei do piso significará um retrocesso no processo de construção da educação de qualidade”. De acordo com a CNTE, as pautas prioritárias são: – a manutenção do critério de reajuste do Piso do Magistério, de acordo com a Lei 11.738/2008; a instituição do piso salarial e das diretrizes nacionais de carreira para todos os profissionais da educação (entrega dos anteprojetos de lei da CNTE ao Poder Executivo); - contra a Lei da Mordada; -PL 867/2015; – contra a Terceirização; – PL 4.330/2004 e PLC 30/2015; - pela aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional – PL 8.039/2010; - pela aprovação do PL 2.142/2011, que autoriza os IFES a ofertarem cursos do ProFuncionário e similares; – contra o PL 6.726/2013 e o PLS 131/2015, que reduzem os recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social para a educação e a saúde”. (<http://appsindicato.org.br/index.php/dia-11-ato-nacional-em-brasilia-em-defesa-da-educacao/>).

Ao todo foram entrevistados 4 professores da rede estadual de ensino do Paraná. A escolha destes sujeitos justifica-se na medida em que se objetiva constituir uma amostra de participantes que represente a diversidade<sup>35</sup> de docentes que são representados pela APP-Sindicato.

- 1 Professor contratado por meio do Processo Seletivo Simplificado

<sup>35</sup> Havia a meta inicial de entrevistar docentes aposentados para compor uma amostra mais diversa porém não foi conseguida essa meta possivelmente porque o contato com esses docentes foi via redes sociais, os quais não acessavam com autonomia e regularidade.

(PSS), não sindicalizado.

- 3 professores contratados por meio de concurso público, dois sindicalizado e outro não sindicalizado.

### 3.3 Análise dos dados coletados nas entrevistas com professores da rede estadual de educação do estado do Paraná.

A análise das entrevistas foi realizada de modo não se misturassem as explanações sobre trechos diferentes, em outras palavras, fez-se uma comparação entre as falas dos docentes sobre um mesmo trecho objetivando evidenciar as percepções sobre o sindicato e sua a sindicalização.

#### 3.3.1 Críticas a app-sindicato: problemas na organização, necessidade de atualização.

Quando falamos em movimento sindical estamos mesmo nos referindo, como o próprio termo diz, há entidades que estão em constante mudança e adaptação ao contexto ao qual pertencem. As entidades sindicais de hoje não são, exatamente, as mesmas de ontem. O que encontramos no Brasil, não é o mesmo que encontramos em outro continente. Basta analisar o passado e o presente destas organizações. No Brasil, em um primeiro momento, não havia entidades de qualquer natureza que agregassem professores. A partir da segunda metade do século XIX surgiram as primeiras associações de docentes que possuíam um caráter recreativo, literário e de ajuda mútua. Com a necessidade pelo ensino primário, surgiram os primeiros sindicatos de professores do ensino particular. Até a CF 88 não havia sindicatos de professores do ensino público, devido à proibição legal esboçada pela CLT. A partir da CF 88 os servidores públicos conquistam o direito a livre associação sindical, e assim, as associações puderam dar lugar a sindicatos propriamente ditos. Devido a não existência de legislação sobre como os sindicatos de servidores públicos poderiam se organizar, surgiram diferentes tipos de sindicatos ao longo do território nacional. A tendência dominante de organização sindical parece ser aquela que há

uma correspondência entre sindicato e base patronal. Em outras palavras, se os professores são contratados pelo estado, sua base de atuação será o estado, se os professores são contratados pelo município, sua base de atuação será municipal. É claro que as mudanças não são facilmente perceptíveis em um espaço curto de tempo. Elas são gradativas e, muitas vezes, fruto de embates.

Melo (2010) nos fala do caráter subversivo que as organizações sindicais tinham: “(...) as primeiras organizações sindicais eram consideradas subversivas. A repressão por parte do Estado era habitual. A condição de ilegalidade se associou muitas vezes, a formas turbulentas de protesto social” (BOTTOMORE, 1988 apud MELO, 2010, p.63). No entanto, ao passar do tempo, as organizações sindicais tornaram-se instituições regulamentadas pelo Estado.

Como visto anteriormente nesta dissertação, a APP-Sindicato dispõe de uma série de dispositivos para sua organização e luta que outrora não tinha: páginas em redes sociais (*twitter* e *facebook*), canal no *youtube* e um site, por exemplo, o que releva certo esforço de atualização com relação às mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Em relação a sua estrutura, os sindicatos do setor público e entre eles a APP, dispuseram apenas de poucos menos de 30 anos para seu desenvolvimento, em contrapartida dos demais trabalhadores (FERRAZ, 2012).

No tocante as formas de mobilização, a APP-Sindicato como outras entidades da região de Curitiba faz paralisações, marchas e greves. As paralisações são um dia em que os professores não trabalham em sala de aula com o intuito de relembrar um momento da sua história, como o dia 30 de agosto de 1988, mais conhecido como “Dia do Massacre” em que a cavalaria sob chefia do governador Álvaro Dias foi de encontro aos professores que estavam em greve na Praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico de Curitiba.

As marchas são uma caminhada que reúne uma grande quantidade de pessoas munidas de bandeiras e balões, vestidas de forma uniforme, que vai de um ponto determinado a outro na cidade, com o objetivo de chamar a atenção da população em geral para as questões da educação.

As greves são uma das mais tradicionais formas de atuação dos sindicatos. Geralmente, há a parada quase total de atividades profissionais por um período indeterminado de tempo, com o intuito de se conseguir abrir e prosseguir negociação. Quando iniciar e suspender uma greve são decisões difíceis de serem

tomadas.

Olhando para as entrevistas realizadas com os professores REE/PR pode-se perceber a necessidade por eles postulada de mudanças na forma com que vem se desenvolvendo o sindicato que os representa. Estas mudanças dizem respeito a forma com que eles se organizam. A fala do professor R.L expressa essa ideia:

Os trabalhadores da educação, os professores poderiam se organizar melhor, inclusive para fortalecer os sindicatos, porque através dos sindicatos, é possível reivindicar melhorias para a educação (ENTREVISTADO R.L).

A fala do professor L. M corrobora esta necessidade de mudança:

A questão dos sindicatos é que faltam não só para os sindicatos como pra maior parte das pessoas é entenderem que o mundo dos anos 2000 é completamente diferente dos anos 80. Os sindicatos continuam agindo, continuam atuando como se eles ainda estivessem na década de 80. Essa que é a bronca. Esse é o grande problema. Os sindicatos precisam se atualizar (ENTREVISTADO L.M).

A atualização precisa se dar “em termos de atuação, em termos de como promover uma greve, como promover uma reivindicação, tudo isso precisa ser atualizado dentro dos sindicatos” (ENTREVISTADO L.M). Em outro trecho da entrevista, o professor explica o que precisa ser atualizado no sindicato:

A forma de fazer e a forma de agir também, né? A forma de agir, a forma de atuar, a forma de arregimentar mais sindicalizados. É nesse sentido. Entenda isso, no sentido da atualização (ENTREVISTADO L.M).

O trabalho de Estanque (2013) vai ao encontro das falas dos professores, pois ao analisar as mudanças ocorridas no mundo trabalho entre os séculos XIX e XXI no contexto europeu o autor nos fala da necessidade de mudanças no movimento sindical, que superem o corporativismo, para que “o colete de forças burocrático” (ESTANGUE, 2013, p.24) seja arrancado e assim os desafios colocados sejam enfrentados: o aumento do desemprego e a precarização do trabalho. Nas palavras do autor:

(...) Talvez seja chegada a hora de uma outra vaga de solidariedade, um movimento sindical de novo tipo, numa nova união com as redes e movimentos sociais de todos os tipos – há quem fale no novo *precariado*

emergente (STADING, 2011) ou de um novo radicalismo de classe média (ESTANQUE, 2012) – e onde muitos setores da classe média em declínio na Europa e em Portugal certamente irão participar através de formas de ação e de ativismo que deverão transcender a tradicional lógica corporativista e mercantilista que, sobretudo desde o pós-Guerra, marcou diversas gerações de funcionários e servidores ao longo de décadas” (ESTANQUE, 2013, 35).

Melo (2010) citando Tiramontti (2001) nos fala sobre o fato de que a entidade sindical ao manter certa autonomia frente aos partidos políticos pode contribuir para a renovação de estratégias de atuação. Nas palavras da autora:

Além do mais, o modo como os sindicatos se articularam tradicionalmente com a estrutura de poder e os professores condiciona abertamente suas estratégias atuais. Prova disso é que, nos países onde os sindicatos conservaram certa autonomia em relação às direções de partidos políticos e mantiveram fortes articulações com a base de seus representados, registram-se uma ampliação das alianças, dos temas de discussão e diversificação de estratégias de ação. Já nos países onde os sindicatos não definiram um espaço de autonomia em relação aos partidos políticos, mantiveram-se as tradicionais estratégias de confrontação ou de incorporação à estrutura de poder (TIRAMONTTI, 2001 apud MELO, 2010, p.64).

Ressalta-se o fato de que logo os professores que postulam a necessidade de mudanças estruturais no sindicato são os mesmos que não estão sindicalizados. Isto pode estar resultando em um duplo movimento. Suas ideias podem não estar sendo aproveitadas em debates diretos ou presenciais dentro da entidade, que ocorrem, por exemplo, para construção da pauta de reivindicações e por não participarem da vida interna da entidade podem estar desatualizados quantos as mudanças que o sindicato vem empreendo ao longo do tempo, o que foi demonstrado ao longo dos capítulos desta dissertação que versa sobre a história e organização da APP-Sindicato.

Melo (2007) parafraseando Boa Ventura de Souza Santos (2005) nos fala sobre os desafios colocados para o sindicalismo dos trabalhadores em geral que parecem estar sendo colocados para o sindicalismo do setor público:

Assim, o novo desafio é posto para o movimento operário: o surgimento de novos objetivos e o reestabelecimento dos antigos. Seu pleno cumprimento implicaria a atualização de suas frentes de batalha, como, também, a criação de estratégias de luta e sobrevivência (MELO, 2007, p.31).

Ao analisar o texto do Estatuto da APP-Sindicato visualizam-se uma série de

princípios que ultrapassam os limites, mais uma vez, do corporativismo sindical:

Art. 5º. A APP-Sindicato tem como princípios: I - o apoio aos povos do mundo inteiro na luta pelo fim da exploração, pela soberania e autodeterminação; II - a participação na luta pela construção de uma sociedade justa, democrática, anticapitalista e anti-imperialista; III - a luta pela manutenção e defesa das instituições democráticas; IV - a defesa das liberdades individuais e coletivas, da justiça social e dos direitos fundamentais do ser humano; V - a luta pela reforma agrária antilatifundiária, sob a ótica e controle dos(as) trabalhadores(as); VI - a luta contra qualquer tipo de violência e discriminação étnico-racial, de orientação sexual, de gênero, política, religiosa e cultural; VII - a defesa da independência e da autonomia de representação sindical; VIII - a solidariedade e a unidade da classe trabalhadora; IX - a defesa da escola pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade; X - a promoção da união e da integração de toda a categoria, bem como a garantia de sua independência em relação ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos; XI - a garantia da ampla democracia em todas as suas instâncias, cujas decisões são efetivadas através da unidade na ação; XII - a garantia da plena liberdade de expressão às correntes de opinião; XIII - a atuação na construção de uma sociedade sustentável que supere o modelo produtivista – consumista, baseada em valores de solidariedade geracional e preservação do meio ambiente

O referido autor, ainda utilizando-se das ideias de Boa Ventura de Souza Santos (2005) nos fala das dificuldades a serem superadas para a renovação sindical:

“Uma delas, e talvez a mais importante, seria a identificação das possíveis causas responsáveis pela diminuição de poder e prestígio das entidades de trabalhadores. A superação dessa barreira implicaria a remodelação de atitudes sindicais diante de um mercado fortalecido e com alto poder de adaptação” (MELO, 2007, p.31).

Um dos caminhos apontados por Boa Ventura para a superação da crise sindical seria a *internacionalismo operário* (SANTOS, 2005 apud MELO, 2007, p.31), em outras palavras a constituição de uma cooperação em âmbito internacional entre os trabalhadores, o que ajudaria a superar atuais limites da prática sindical.

Assim, a literatura cita a necessidade de renovação do movimento sindical em geral ao mesmo tempo em que as falas dos professores entrevistados também apontam para este caminho. No entanto parece haver uma contração, pois os mesmos professores da REE/PR que postulam estas ideias não participam da vida interna do sindicato (assembleias, reuniões, curso de formação), já que não são sindicalizados, o que pode estar ligado a sua aparente desinformação em relação as mudanças na forma de organização da entidade.

### 3.3.2 Sindicalizar-se pra quê?

Um dos objetivos desta dissertação era levantar os motivos pelos quais os professores se filiam a APP-Sindicato. Assim, observou-se nas falas dos professores contidas nas entrevistas, o que os motivou a se sindicalizarem ou não.

Este subitem foi desenvolvido com base no trecho 2 do roteiro de entrevista:

(...) Por que é importante ser sindicalizado? Porque tudo que nós conseguimos até agora... Com o pessoal mais novo que tá aí e os mais antigos, todo mundo sabe que foi com luta, né, foi com o sindicato. Ah! Mais você pode dizer assim: eu não vou ser sindicalizado porque o sindicato vai lá e luta. O sindicato não é só a diretoria. O sindicato somos nós. É nós que fazemos estas lutas. Então, por que é bom ser sindicalizado? Tem direito a colônia de férias em Guaratuba, Itapoá, (...) vai quando ele quer, paga uma taxa mínima, quando faz um curso pode receber o seu certificado e ascender na sua carreira. Então, a importância de se sindicalizar é a luta nossa. Nós sabemos que o Lula só chegou onde ele chegou... Chegou porque? Foi um sindicalista forte. E o nosso sindicato só é forte porque nós trabalhamos desde 1946 pra cá. As vezes a gente regride, as vezes a gente avança.

O entrevistado L.M reconhece a importância de ser sindicalizado:

Olha, não tenho a menor dúvida de que **é importante se sindicalizar** ou contribuir com o sindicato ou participar mesmo não sendo sindicalizado quando existe uma convocação. **Sindicato é uma forma de luta**, mais se não se atualizar como aconteceu na minha fala anterior, em termos de globalização, o sindicato só vai perder mais gente. É importante, só que não da forma que está. Sem atualização não vai resolver nada (ENTREVISTADO L.M. Grifos Nossos).

Apesar de reconhecer a importância de ser sindicalizado, o entrevistado L.M justifica a sua não sindicalização, apesar de ser concursado da REE/PR há anos, pois acredita que ela é uma forma de protesto individual diante da atual situação do movimento sindical, que segundo sua percepção, precisa se renovar:

**Eu não me sindicalizei**, embora eu apoie e estivesse presente em todas as greves desde 1993/1994, não vou lembrar direito. Mas, mesmo estando na greve não concordava com algumas coisas do sindicato, mas eu ia lá porque eu achava que ele merecia o meu apoio, mesmo tendo críticas e todas as vezes que me perguntaram: - Você é sindicalizado? Eu dizia não! Por que você não se sindicalizou? **Porque eu entendo que precisa haver uma mudança. Ai fica o meu protesto. É uma forma de eu protestar, mesmo apoiando a luta, é uma forma de eu protestar diante da minha categoria** (ENTREVISTADO L.M. Grifos Nossos).



O entrevistado R.L, professor da REE/PR em regime temporário de trabalho como PSS, também reconhece a importância de ser sindicalizado, porém não é devido a discordância do valor da taxa de sindicalização: “Olha é importante (ser sindicalizado), mas eu não concordo com as taxas” (ENTREVISTADO R.B).

O entrevistado K também reconhece a importância de estar sindicalizado e parece ir além em sua fala perante os outros professores conferindo um sentido mais amplo de entendimento. Destaca-se o fato de, na prática, o entrevistado K estar sindicalizado há alguns anos e participar das assembleias.

Então, a importância de ser sindicalizado é essa, para estar junto, para ficar a par de todas as lutas, ficar a par do que acontece, saber cobrar, a quem exigir as coisas, estar junto participando para sugerir melhorias (ENTREVISTADA K).

Para a entrevistada D, a importância de ser sindicalizado está ligada as conquistas adquiridas pela categoria ao longo da história. Como o entrevistado K, o entrevistado D também participa do movimento sindical. Em suas palavras:

Isso a história tá aí pra nos provar então a importância das pessoas se sindicalizar porque não é só ser sindicalizado. A ideia o sindicato somos todos nós é somos mesmo, porque o sindicato sozinho não faz paralização. O sindicato organiza, dá a direção do movimento, mas os trabalhadores sindicalizados é quem fazem o grande trabalho (ENTREVISTADA D).

A entrevistada D não nega ser interessante o sindicato constituir benefícios aos seus filiados, porém esse não seria o foco da esquerda:

(...) alguns sindicatos tem colônia de férias, essa não é uma prática que no campo da esquerda seja a nossa prática, se o sindicato chega num patamar de ter essa estrutura pra conceder esse tipo de lazer também não vejo nada contra. Por que não ter um baile, por que não ter uma sede campestre, por que não ter uma sede (...).

O quadro abaixo resume as informações referentes à sindicalização contida nas entrevistas no trecho 1:

#### QUADRO 12. RESUMO DE INFORMAÇÕES REFERENTES À SINDICALIZAÇÃO.

Entrevistado	Vínculo empregatício	Sindicalizado	Não-sindicalizado.	Reconhece a importância.	Crítica a sindicalização.
L.M. (sexo masculino)	Concursado		X	X	Sim Necessidade de atualização do movimento.
R.L. (sexo masculino)	Temporário (PSS)		X	X	Sim. Não concorda com o valor da taxa.
K. (sexo feminino).	Concursada	X		X Ter informações e participar.	Não.
D (sexo feminino).	Concursada	X		X Conquistas adquiridas e os benefícios (colônia de férias, baile, sede.).	Não

Dados tabulados pela autora.

Ferreira (2006), ao realizar duas pesquisas no CPERS/SINDICATO<sup>36</sup> abordando a relação entre identidade e sindicalização fala sobre basicamente 3 motivos que levam o professorado a se filiar, à saber:

Abordando, agora, os motivos para a filiação ao sindicato docente, também podem ser vários, tal como nos orienta Guerrero Serón o autor indica três principais motivos: os ideológicos, os solidários e os instrumentais, que se referem, respectivamente, à defesa das crenças, dos interesses coletivos e dos interesses individuais. Parece-me que esses motivos se misturam freqüentemente, mas poderíamos concordar com a hipótese de que a maioria se sindicaliza por motivos instrumentais ou que qualquer pessoa possui esse motivo em mente quando se sindicaliza (FERREIRA, 2006, p. 231).

Basicamente todo mundo se sindicalizaria tendo em mente os benefícios

<sup>36</sup> A sigla se refere ao Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

oferecidos pelas entidades sindicais (descontos em lojas em geral, possibilidade de uso de colônia de férias com preço acessível, festas e comemorações, desconto em plano de saúde, etc.), o que foi caracterizado pelo autor supracitado de motivos instrumentais. Mas junto a este motivo podem existir outros de caráter ideológico e solidário. Um professor pode ser sindicalizado também porque acredita que este é o caminho mais acertivo a ser seguido (motivo ideológico). Outro pode acreditar que a sindicalização é necessária para que o grupo, o coletivo de professores ou trabalhadores em educação possa conquistar objetivos em comum (motivos solidários).

Ao analisar o quadro sobre a sindicalização dos entrevistados percebe-se que os motivos instrumentais aparecem tanto para a defesa da sindicalização como para sua crítica. O entrevistado R.L. apesar de reconhecer a importância de ser sindicalizado destaca a não concordância com o valor cobrado pelo sindicato para tal, a taxa mensal. Isto pode estar relacionado com o tipo de vínculo empregatício que ele possui com a REE/PR, que é o contrato temporário (PSS), o que lhe confere um menor valor pago pelo seu trabalho frente a outro professor contrato por meio de concurso público (estatutário), que, por conseguinte pode avançar na carreira do magistério. O valor desta taxa mensal, diferente do imposto sindical abordado em capítulo anterior desta dissertação, é cobrada de acordo com o vínculo empregatício do professor, ou seja, o estatutário paga um valor e o temporário (PSS) paga outro. Além disso, os funcionários de escola também pagam uma taxa diferenciada e os professores de outros municípios que não possuem sindicato próprio e que decidem se filiar decidem este valor em assembleia.

Em contrapartida, a entrevistada D, sindicalizada e concursada, além de apresentar motivação coletiva ao dizer que “a ideia o sindicato somos todos nós é somos mesmo” também ressalta as benesses oferecidas aos professores sindicalizados, porém dá ênfase que este não é o objetivo central da esquerda, mas que não vê problema em usufruir estas benesses. Ao citar que a “esquerda”, a entrevistada D parece falar de uma motivação para se sindicalizar de cunho mais ideológico, de maneira mais explícita, diferente dos demais entrevistados.

A entrevistada K, professora concursada e sindicalizada, também defende a sindicalização ressaltando motivação coletiva. Em suas palavras para “estar junto” e conseguir melhorias. Apenas um dos quatro professores entrevistados (L.M.) apresentou uma motivação para sua não sindicalização que parece não está inclusa

na conceituação citada por Ferreira (2006), a partir de Guerreiro Serón: a não sindicalização como protesto. A este respeito, Boito Junior, ao realizar uma profunda análise dos sindicatos de Estado no Brasil interpreta que:

De um lado, associar-se a um sindicato oficial não indica, necessariamente, e pelas próprias características desse aparelho sindical, disposição para a luta reivindicativa. De outro, permanecer fora do sindicato tampouco é, necessariamente, indicador de passividade, pois pode, indicar isto sim, uma atitude de repulsa a esse tipo de sindicalismo e se fazer acompanhar de uma participação ativa na luta reivindicativa que se dê fora do sindicato” (BOITO JUNIOR, 1991, p.176).

Na fala do professor L.M., concursado, destaca-se bem esta questão de apesar de reconhecer a importância de ser sindicalizado, ele não é devido a necessidade de atualização da forma de atuação da entidade e que ele encara sua atitude como uma forma de protesto frente ao sindicato. O que, a partir de Boito Junior, não deve ser entendido como algo necessariamente ruim, mas um sintoma, por assim dizer, da estrutura sindical. A opção pela não sindicalização não tem relação direta com a imobilidade. O próprio entrevistado diz que nos últimos anos, não recordando bem o ano, participou de todas as greves empreendidas pela APP-Sindicato.

A própria APP-Sindicato, em seu *site* institucional possui em item intitulado “Sindicalize-se” em que aborda motivações coletivas e instrumentais ao colocar: “Professor(a) ou funcionário(a) de escola pública no Paraná, faça parte da **construção coletiva em defesa da escola pública de qualidade** para todos(as)” e ainda: “A **sindicalização** fortalece a representatividade da categoria, garante conquistas, viabiliza a organização das lutas e **permite ainda a oferta de serviços de orientação, suporte e lazer** exclusivos aos sindicalizados” (consulta realizada no domínio (<http://appsindicato.org.br>)).

Apesar de apenas uma entrevistada apresentar em sua fala de forma explícita motivação ideológica para sindicalizar-se, de fato, toda fala é permeada por uma ideologia. Assim, de forma inconsciente ou não todas as falas possuem seu viés ideológico. O próprio discurso da APP-Sindicato é permeado por uma ideologia. Boito Junior ao falar sobre a ideologia do sindicalismo de Estado diz que: “Mesmo que admitíssemos, para fins polêmicos, a possibilidade de um sindicalismo estritamente econômico, nem por isso, nem por isso seríamos levados a admitir a possibilidade de um sindicalismo a-ideológico” (BOITO JUNIOR, 1991, p.64).

### 3.3.3 O que são os sindicatos?

A CLT fixou que somente as associações que seguem fins específicos e possuem registro na forma determinada pela lei podem ser reconhecidos como sindicatos. Os fins dizem respeito ao estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos ou profissionais (BRASIL, 1943).

Tendo em vista o objetivo de extrair outras interpretações dos professores/as sobre o sindicato da categoria, o trecho 1 foi selecionado para o roteiro de entrevista. Ele adjetiva as entidades como “poderosas organizações”, além de citar outros aspectos como sua “posição de destaque” na sociedade, assim o entrevistado poderia concordar ou discordar destas adjetivações explicando os motivos. Ainda neste trecho, os docentes são chamados de trabalhadores, o que também poderia se tornar objeto de explação. Segue o trecho:

Os trabalhadores em educação criaram poderosas organizações sindicais, que ocupam, na atualidade, posição de destaque seja pelo número e proporção de filiados, seja pela capacidade de atuação. Os movimentos que realizam alcançam enorme repercussão social, alguns deles são marcadores de época. Tal capacidade advém, entre outras causas, do fato de que os trabalhadores de educação lidam com a formação das crianças e uma mera paralisação das escolas por algumas horas inferniza a vida das famílias.

O entrevistado D concordou com as afirmações contidas no trecho 1 do roteiro de entrevista. Segue sua fala:

(...) Eu concordo com essa argumentação assim né de que os trabalhadores em educação criaram ao longo das últimas décadas poderosas organizações sindicais. Então, eu vou citar, por exemplo, em termos locais, por exemplo, você tem a APP Sindicato aqui né, a **APP Sindicato não é só um sindicato de educação é um movimento social organizado** que dá voz pra movimentos menores assim que ela tem assim além dela fazer a representação dos professores, **ela consegue articular outros dentro dela, ela consegue articular outros movimentos sociais** e o movimento sindical ele é forte porque ele é um movimento que tem mais recursos financeiros que outros movimentos, **os movimentos de moradia, os movimentos de afirmação**, seja qual for de alguns grupos sociais, eles tem menos recursos financeiros (Grifos nossos).

Em contrapartida, o entrevistado L.M, que é professor concursado e não sindicalizado da REE/PR, não concorda com as afirmações contidas no trecho 1,

muito menos com o fato dos professores serem chamados de *trabalhadores em educação*. Para ele, seu trabalho enquanto professor é ensinar. Segue sua fala:

Eu não concordo que são organizações poderosas, se fossem organizações poderosas esses sindicatos ajudariam a mudar o perfil do ensino no Brasil. Primeiro, que eu não concordo que são trabalhadores em educação. Eu trabalho no ensino e quando um pai me pergunta como é que tá a educação do seu filho eu digo que não sei. Eu digo: Me entregue um filho bem educado que eu te entrego um filho bem ensinado. É o primeiro argumento. E nesse sentido que eu discordo que são organizações poderosas também porque se fossem organizações poderosas já teriam ajudado a mudar o ensino no Brasil.

O entrevistado L.M. de acordo com sua fala não se identifica como trabalhador da área da educação, mas sim do ensino. Ele interpreta os dois termos como sendo separados. Parece desconhecer assim o significado e origem da palavra educação, que vem do latim, *educare* e *educere*, em que se insere esse duplo movimento de cuidar no sentido de fornecer subsídios para a sobrevivência e ao mesmo tempo propiciar o desenvolvimento da cultura.

Além disso, o entrevistado L.M. não concorda que os sindicatos são poderosas organizações já que não mudaram o ensino no país. Essa fala parece constituída de uma certa desinformação sobre o trabalho reivindicativo que o sindicato empreende para além de pautas econômicas e seu impacto dentro do chão das escolas, e as conquistas adquiridas ao longo do tempo. O que talvez seria elucidado se o entrevistado participasse da organização sindical para além das greves e paralizações.

A entrevistado K, que é concursada e sindicalizada, acredita na importância do sindicato enquanto instituição corporativa que defende questões primárias para seus membros. Destaca-se na fala do entrevistado o detalhamento de funções as quais atribui ao sindicato docente como liderança. Segue sua fala:

Acho, acredito que sim (*que o sindicato é uma organização importante*). Porque precisa, né? Na verdade, não só na questão da educação porque todos os setores precisam de um órgão que atenda, aos anseios dos trabalhadores, que seja uma liderança, um porta-voz que organiza a luta, que esteja à frente, que chame, que motive porque se não tiver uma organização para liderar e organizar, para convidar, motivar a luta, a gente vive numa sociedade cada vez mais egoísta, né. E se não tiver alguém que ajude a organizar, daí a gente vai ficando cada vez mais isolado.

Outro contraste em relação ao conteúdo do trecho 1 encontra-se na fala do

entrevistado R.L., que não é sindicalizado e atua como professor PSS, que é permeada por críticas a instituição. Segue sua fala:

Eu acho que não é tão poderoso assim, eu acho que as organizações, os sindicatos, ainda deixam muito a desejar. Ainda não são bem organizados, existem fins políticos por trás do sindicato, existem muito interesses individuais. Então acho que precisa ter um objetivo mais claro para os profissionais de educação e para a população, inclusive os objetivos dos sindicatos devem ser mais claros.

As entrevistas parecem mostrar que as percepções dos professores e professoras sobre seu sindicato variam de acordo com o fator participação. Quanto maior a participação do docente em reuniões e assembleias maior é a sua capacidade de visualizar o trabalho reivindicativo e representativo do sindicato. Somente a participação em greves e paralizações não garante a aproximação necessária ao movimento e compreensão.

### 3.3.4 Os sindicatos docentes e a crise mundial

Este subitem foi escrito com base no trecho 2 do roteiro de entrevista o qual fala sobre os sindicatos em um contexto global permeado pela crise econômica. Sua inserção no roteiro foi motivada pela possibilidade de extração de percepções sobre o movimento sindical em um contexto amplo, tendo como pano de fundo a economia. O trecho 2 diz que:

Os sindicatos de trabalhadores da educação encontram-se atingidos pelos devastadores impactos da crise mundial, que incide sobre as economias nacionais da Grécia, de Portugal, da Espanha e outros países de forma virulenta. Nós que vivemos abaixo da linha do Equador, fomos iludidos pela síntese dos processos de desenvolvimento na sigla BRICS e achamos que o Brasil, por pertencer e, mesmo, encabeçar o acrograma, está imune aos efeitos da crise mundial.

Para o entrevistado D, os sindicatos docentes ainda não se encontram atingidos pelos impactos da crise mundial nem do ponto da categoria dos professores, pois houve recentemente conquistas importantes como melhoria do Plano de Carreira e da Previdência e a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (Lei nº 11.738) muito menos do ponto de vista da capacidade de mobilização da



categoria, já que foram realizadas greves. Segue sua fala:

(...) Eu não sei se a gente pode fazer esta afirmação assim de que a gente já está sentindo esta crise como se a crise tivesse precarizando nesse momento as condições docentes porque a gente tem um cenário de conquista da Lei do Piso, de conquista do terço de hora- atividade, e (...), esse ano na rede municipal de Curitiba, a gente teve 60%, 30% dependendo do tempo de serviço, o enquadramento na nova carreira em média e só nesse anos os trabalhadores então tendo 20% de reajuste então é lógico que pra, com a crise você tem menos consumo, menos impostos, menos produção, vai ter menos arrecadação pra educação posteriormente, mas acho que já dizer isso é um esquerdismo muito sectário porque a gente não tem como medir isso nesse momento, eu avalio dessa forma, e inclusive porque assim as pessoas que estão, os sindicatos de trabalhadores. Como que eles se encontram atingidos? Os sindicatos de trabalhadores da educação encontram-se profundamente atingidos pelos devastadores impactos da crise mundial, bem, pensando assim óh que a arrecadação dos sindicatos, desse sindicato ou dos outros sindicatos diminuiu com a crise? Ou está falando da capacidade de organização de trabalhadores? Esse ano de 2015 a gente teve greves imensas de trabalhadores por manutenção de direitos que é diferente das greves que a gente tinha de conquista de direitos. Foram greves este ano de os trabalhadores conquistaram nas últimas décadas e não foi pouco o que se conquistou, a gente tá falando de Plano de Carreira, Lei do Piso, Previdência, né, então acho que a gente precisa de alguns elementos pra poder concordar com essa afirmação.

Para o entrevistado L.M a crise mundial afeta a todos. Sua fala revela talvez um erro interpretativo sobre o trecho, pois ele atribui a ilusão de não ser atingido pelos efeitos da crise devido a participação do Brasil nos BRICS aos sindicatos. Na verdade, o trecho fala sobre esta ilusão de forma geral, utilizando o “nós”. No entanto, é importante considerar a crítica que o entrevistado faz ao sindicato no sentido da necessidade de se atualizar em relação ao fenômeno da globalização. Segue sua fala:

Se alguém achou que o Brasil, por fazer parte dos BRICS estava imune a crise mundial não entende o que é globalização. Pela crise mundial todos são afetados. E se os sindicatos pensavam assim estavam mais errados ainda. Aliás, os sindicatos deveriam se atualizar nesse sentido. Agora, todos foram atingidos, não só o Brasil, nem só Portugal, nem só Espanha. E crises sempre existiram.

O entrevistado K reconhece sua dificuldade em realizar uma análise sobre o trecho 2, porém isto não impede que teça um discurso permeados por diversas relações entre o sindicato e a economia. O sindicato é citado como órgão que luta pelos direitos dos trabalhadores frente ao governo. Segue sua fala:

Eu achei um trecho difícil, porque assim muito pouco eu estou lendo, tipo assim, a respeito. Mas acredito que a crise que a gente está enfrentando ela repercute no sindicato porque o sindicato tem uma bandeira de lutar contra os exageros do governo e o governo por sua vez, por estar enfrentando a crise tenta aumentar os impostos da população, tenta arrecadar dinheiro de todas as formas. Tirando benefícios dos trabalhadores e também, né, dos trabalhadores da educação para que ele consiga arrecadar mais dinheiro, né, e tentar sanar um pouco das dificuldades do próprio governo. Então eu acho que o sindicato é sindicato porque eles estão em prol dos direitos e para não perder benefícios dos trabalhadores. Eu entendi dessa forma. É difícil. .

O entrevistado R.L. não conseguiu relacionar os sindicatos e a economia. Acabou dizendo não saber sobre o significado da sigla BRICS, porém teve convicção ao saber que a crise afeta a todos os países e a educação. Segue sua fala:

(...) a crise mundial afeta muitos países, inclusive o Brasil, inclusive os setores da educação, acho que afeta todas as áreas, não só educação. Os países são todos integrados, interligados, o comércio, as ações são todas interligadas, então não tem como numa crise mundial não afetar um país como o Brasil, da dimensão do Brasil. O significado da sigla BRICS eu desconheço, não conheço e prefiro não comentar isso.

Destaca-se assim a fala da entrevistada D, concursada e sindicalizada, que foi o único que citou um cenário positivo para os docentes, apesar do contexto da crise mundial, devido as grandes conquistas adquiridas pela categoria ao longo dos últimos anos com relação a lei do piso salarial, etc.

### 3.3.5 Papel DA CNTE

Este subitem foi escrito com base no trecho 8 do roteiro de entrevista. O objetivo do trecho foi propiciar uma reflexão dos professores sobre a relação da APP-Sindicato e da CNTE. Segue o trecho 8:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) promove no próximo dia 11, em Brasília, um ato no Congresso Nacional em defesa da Educação Pública de qualidade. Participarão cerca de 1.500 trabalhadores(as) em Educação de todo o país. O Paraná enviará uma caravana, composta por cerca de 30 pessoas, que sairá de Curitiba na manhã do dia 11. O objetivo é pressionar os(as) parlamentares do

Congresso Nacional para se posicionarem a favor das pautas da educação e dos(as) educadores(as). De acordo com Roberto Leão, presidente da CNTE, as pautas têm o mesmo objetivo: valorização do educador e da escola pública, para garantir educação de qualidade para todos. Um dos graves problemas da educação, por exemplo, é a valorização dos seus profissionais, enquanto isso não acontecer, nós não teremos educação de qualidade. E a Lei do Piso é fundamental para isso. Qualquer ataque à lei do piso significará um retrocesso no processo de construção da educação de qualidade (...).

A CNTE, como dito no capítulo 1 desta dissertação, é a maior entidade sindical da área da educação do país. Agrega 51 sindicatos e mais de 1 milhão de filiados. E está ligada a CUT.

Para a entrevistada K, o papel da confederação é motivar a luta dos trabalhadores pelos seus direitos, além de dar suporte para esta tarefa que é complexa:

Eu acho que assim, eles (a CNTE) tem de estar à frente, tem de participar, porque esse é o trabalho deles, motivar essa luta, motivar a luta pelos direitos, não deixar morrer aquele sentimento de esperança. Então, os trabalhadores no sentido geral, não só os da educação, eles são muito atacados, pelo governo, pelos desmandos pelos políticos corruptos. Então assim, órgãos precisam estar à frente, precisam acompanhar e tem de dar uma estrutura e tem de dar um respaldo para todos os sindicatos, todos os órgãos que fazem a luta pelos direitos dos trabalhadores (ENTREVISTADA K.).

O entrevistado D vai além dos demais, e fala sobre a importância do sindicato estar filiado a CNTE e a CUT:

(...) Os maiores sindicatos estão vinculados a CUT nacionalmente com a organização dos trabalhadores e com a CNTE. Então, a CNTE tem nos últimos anos, nas últimas décadas uma importância decisiva, especialmente na questão da carreira docente, questão do piso, na aprovação da lei do piso, e agora também nestes debates da base curricular nacional. Então, a CNTE se desdobra como uma instituição extremamente importante no cenário nacional (ENTREVISTADO D).

Em sua fala, o entrevistado D cita as principais bandeiras de luta que a CNTE tem travado ao longo dos últimos anos, a aprovação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), de Nº 11.738/08, em especial, e a recente disputa em torno da aprovação e uma Base Curricular Nacional.

O entrevistado L.M faz uma crítica a forma do discurso utilizado pela CNTE, que para ele é atrasado no tocante ao discurso utilizado por seus dirigentes, materiais impressos e digitais. Segue o comentário:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores tem o seu poder de argumentação, mas ela está como qualquer outra instituição ainda atrasada, na leitura que eu faço, olhando o discurso desses dirigentes até dos termos que eles usam na hora de brigar por uma determinada categoria, por uma determinada classe.

Entrevistado R.L, não sindicalizado, afirma não conhecer o trabalho da CNTE. Pondera sobre até que ponto esta organização serve a interesses distintos dos quais foi instituída, porém, reconhece a importância do trabalho desenvolvido por ela. Segue sua fala:

Olha, eu preciso me inteirar mais a respeito, eu sou muito desconfiado, eu que nem ali no trecho 8 que tem o ônibus com 30 integrantes, não sei até que ponto eles vão só para reivindicar é porque não sei até que ponto isso está no indivíduo, eu espero que seja isso, mas volta naquele ponto eu não sei se não é interesse individual, partidário, mas é importante esse movimento porque se a APP junto com CN... T como é mesmo? Pelo menos eles estão fazendo, porque os professores em geral não estão fazendo. Então, precisa sair de algum lugar, mas eu preciso estudar mais a respeito disso, é me falta base para falar sobre isso.

Ressalta-se o fato de que dos 4 entrevistados, dois fizeram a relação positiva entre a APP- Sindicato e a CNTE. Foram os entrevistados que disseram ser sindicalizados.

O fator decisivo para as diferenciações entre as percepções sobre o movimento sindical para estar na questão da sindicalização. Os professores não sindicalizados fazem mais proposições e críticas a APP-Sindicato e indicam a necessidade de mudanças. No entanto, os entrevistados sindicalizados mostram-se mais informados sobre as ações desenvolvidas pelo sindicato e mais otimistas sobre o trabalho realizado pela entidade.

### 3.3.6 O sindicato como movimento social organizado

Este subitem foi desenvolvido com base na fala da entrevistada D, que percebe o sindicato como um movimento social organizado. Destaca-se o seu perfil diferenciado diante dos demais entrevistados, pois sua formação acadêmica é à nível de pós-graduação e sua participação no movimento sindical se deu em um percurso que iniciou da base até chegar ao cargo de dirigente. Em suas palavras:

(...) a APP Sindicato não é só um sindicato de educação é um movimento social organizado que dá voz pra movimentos menores assim que ela tem assim além dela fazer a representação dos professores ela consegue articular outros dentro dela, ela consegue articular outros movimentos sociais (ENTREVISTADA D).

Segundo Gohn (2011. p.333) os movimentos sociais “são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes”. São “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (2011, p.335).

A referida autora nos fala sobre a existência de movimentos sociais globais. Na América Latina temos, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina. A concretude de suas ações diz respeito à denúncias, pressão direta como passeatas e negociações e pressão indireta.

Para Gohn (2011, p.335), uma das características dos movimentos sociais da atualidade é a utilização de redes sociais e outros meios de comunicação. Nas palavras da autora:

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.

Destaca-se o fato de que a APP-Sindicato tem se atualizado neste sentido, já que dispõe de diversos meios de comunicação entre sua base e os demais membros da sociedade, como páginas em redes sociais (*twitter* e *facebook*), canal do *youtube* e site próprio, além de uma rádio.

Gohn (2011) elenca três características gerais dos movimentos sociais, à saber: possuem identidade, possuem opositor e possuem um projeto de vida e sociedade. Pensando sobre a APP- Sindicato e sua percepção como um movimento social, é possível dizer que possui uma identidade que foi constituída ao longo do tempo e que está em constante constituição devido a dinâmica do movimento (eleição para novas diretorias, geral e regionais, etc.). O opositor do sindicato docente é, no caso do Paraná, o governo estadual e federal quando suas demandas vão de encontro com os interesses da organização. Seu projeto de vida e sociedade perpassa pela defesa de um tipo de sociedade e escola. Segundo seu Estatuto, esta sociedade seria “justa, democrática, anticapitalista e anti-imperialista” e a escola

“pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade” (ESTATUTO DA APP-SINDICATO, artigo 3º).

Gohnn (2011, p.336) nos fala que “os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”. Pensando na atuação da APP-Sindicato, o procedimento de “realizar diagnóstico sobre a realidade social” é constante esse dá, mais formalmente, por meio da escrita e defesa de teses (breves textos escritos pelos sindicalizados) que são apresentadas nos Congressos estaduais e regionais.

Segunda o entrevistado D, a APP-Sindicato atua também na articulação de outros movimentos sociais:

(...) além dela (*da APP-Sindicato*) fazer a representação dos professores ela consegue articular outros dentro dela, ela consegue articular outros movimentos sociais e o movimento sindical ele é forte porque ele é um movimento que tem mais recursos financeiros que outros movimentos como os movimentos de moradia, os movimentos de afirmação, seja qual for alguns grupos sociais, eles tem menos recursos financeiros. Então, a APP sindicato também apoio esses outros movimentos, ela é extremamente importante no cenário político paranaense (ENTREVISTADA D).

Essa articulação a outros movimentos sociais pode ser visualizada dentro da própria estrutura organizativa do sindicato, pois entre suas secretarias existe uma que dá vazão a demandas específicas de grupos que se constituíram em movimento sociais. Essa secretaria é a Secretaria de Gênero, Relações Étnico-raciais e Direitos LGBT.

No próprio Estatuto da organização, em seu artigo 3º, sobre os princípios da APP-Sindicato, é possível observar a presença da articulação a outros movimentos sociais organizados. Segue o texto:

Art. 3º. A APP-Sindicato tem como princípios:

I – O apoio aos povos do mundo inteiro na luta pelo fim da exploração, pela soberania e autodeterminação; II – Participação na luta pela construção de uma sociedade justa, democrática, anticapitalista e anti-imperialista; III – a luta pela manutenção e defesa das instituições democráticas; IV – a defesa das liberdades individuais e coletivas, da justiça social e dos direitos fundamentais do ser humano; V – **a luta pela reforma agrária antilatifundiária, sob ótica e controle dos/as trabalhadores/as**; VI – **a luta contra qualquer tipo de violência e discriminação étnico-racial, de orientação sexual, de gênero, política, religiosa e cultural**; VII – a defesa da independência e da autonomia de representação sindical; VIII – **a solidariedade e a unicidade da classe trabalhadora**; IX – a defesa da

escola pública, gratuita, democrática, laica de qualidade (...) (APP-SINDICATO, s.d.) (grifos nossos).

Destaca-se o inciso V, VII e VIII do artigo 3º. Eles, respectivamente apontam para a solidariedade do sindicato na defesa: da Reforma Agrária que é a principal bandeira de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); da busca dos direitos para pessoas de etnia ou raça não branca encabeçada por movimentos negros e indígenas e a defesa da classe trabalhadora como um todo, defendida no Brasil pela CUT, entidade que a APP-Sindicato está filiada.

Para o entrevistado D, a APP-Sindicato comporta-se também como um partido político na medida em que se tornou oposição ao atual governo, assim como outro sindicato que congrega professores e funcionários de escola, a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).

A APP-Sindicato faz o papel enquanto sindicato no enfrentamento em defesa da luta dos trabalhadores em educação, mas ela faz também a defesa de outras pautas mais gerais, então ela assume muitas vezes o papel que é historicamente pra partido político, assume essa tarefa. Então, é um bloco de oposição muito forte ao governo, ao atual governo do PSDB do Beto Richa e a mesma coisa acontece com o sindicato vinculado a CUT, a CNTE no estado de São Paulo, né, a APEOESP, que no ano de 2015 promoveu inúmeras greves e são sindicatos também que vão fazer esse papel de oposição aos governos (ENTREVISTADO D).

### 3.3.7 O papel de vanguarda do sindicato

Este subitem foi escrito com base no trecho 4 do roteiro de entrevista o qual fala sobre o movimento dos trabalhadores em educação na ALEP que culminou no fim do regime de Comissão Geral, uma forma de votar um projeto de lei rapidamente sem precisar passar pela avaliação de outras comissões dentro da ALEP. Seu objetivo foi propiciar a reflexão aos professores no sentido de perceber o sindicato como agente de vanguarda na luta pelos direitos da população em geral e não somente da sua categoria. Segue trecho 4:

A mobilização geral dos servidores no Paraná, iniciada pela educação, trouxe benefícios práticos para a vida do cidadão e da cidadã paranaense. O mais importante considerado como avanço na democracia do Estado, foi o fim do regime de Comissão Geral na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Conhecida como “tratoração”, a Comissão Geral era requerida pelos



líderes do governo e determinado projeto de lei poderia ser aprovado de forma rápida e sem uma discussão aprofundada sobre o tema. No dia 10 de fevereiro, segundo dia de greve geral, milhares de educadores(as) acompanhavam a sessão plenária que tinha como objetivo votar mais um pacote de maldades do governo. Ao contrário do que esperava o governador e os(as) deputados(as), servidores e servidoras públicas ocuparam a Alep, no exato momento em que 34 parlamentares aprovavam o requerimento de instalação da Comissão Geral. Dois dias depois, deputados(as) chegaram de camburão e serraram a grade da Assembleia para entrar e instalar novamente Comissão Geral para aprovar os projetos. Diante da intensa mobilização em frente e dentro da Alep, que foi ocupada novamente, os (as) deputados (as) desistiram e retiraram os projetos da pauta. Como consequência, os(as) deputados(as) decidiram acabar com o “tratoração” e no dia 4 de março, com 44 votos a favor, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou o fim do regime de Comissão Geral. Desta forma os projetos de lei não podem mais ser aprovados sem passar pela apreciação de comissões específicas e sem o debate necessário. Vitória do povo paranaense!

A fala da entrevistada D expressa esta percepção sobre os sindicatos do setor público de uma maneira geral:

(...) os sindicatos da educação e a mobilização dos servidores né que ultrapassa os limites do corporativismo que vão numa linha dos direitos da população mais geral. É interessante porque os sindicatos mais fortes assim, pela própria estrutura de organização sindical do Brasil e acho que na própria América Latina também são os sindicatos vinculadores ao setor, tem sido nas últimas décadas os sindicatos vinculados ao setor público né por conta da estabilidade, por conta de uma série de fatores então esses sindicatos tem tomado esse papel de vanguarda mesmo na defesa dos direitos dos demais trabalhadores né em geral não só das pautas da educação.

Em sua fala, o entrevistado L.M indica o que parece ter sido o fator preponderante para que a movimentação chamada, mais tarde, de “tratoração” tenha dado certo: um discurso claro que atingiu a população em geral para a defesa de “bandeiras” que abrangem a sociedade como um todo. Segue sua fala:

Essa ideia do tratoração, essa ocupação da forma que foi feita foi um momento que nesse caso, eu vou falar da APP em especial, ela estava extremamente atualizada com a situação e conseguiu até repassar a informação de forma clara para os professores e a população inclusive apoiou. Foi o que há muito tempo a APP não tinha esse apoio da população. Então, o conflito chamado de tratoração foi um exemplo de atualização que precisa ser levado para todos os assuntos do sindicato. Uma coisa muito boa que aconteceu dentro da APP. O tratoração foi uma coisa importante que aconteceu e o mostrou sindicato pode se atualizar e pode ir além de questões ideológicas simplesmente e ficar atento com os deputados, com os vereadores, com os senadores e todo o restante do poder legislativo. Aqui não foi, por exemplo, somente os professores que se mobilizaram. O sindicato conseguiu mostrar para a população que tinha um

problema sério, que estava sendo mexido na lei e que precisaria não de uma categoria e sim toda uma população que sofreria com isso. Esse foi um bom exemplo, que eu apoiei inclusive. Eu estive lá presente inclusive.

O entrevistado R.L parece ter uma visão mais realista em relação ao chamado “tratoração”, pois para ele aquele foi um ganho significativo, porém momentâneo. Segue sua fala:

Eu acho que foi um ganho significativo é aquela pressão da população contra o tratoração, aquilo foi, mas passou um tempo depois, muitas coisas do tratoração, eu não consigo explicar exatamente quais as leis, mas algumas coisas do tratoração depois aconteceram depois, foram aprovadas. Então resolveu de imediato, resolveu naquele dia, resolveu, mas depois o governo esperou passar e aprovou medidas que estavam lá na pauta do tratoração, então é complicado e não foi só uma medida.

Para o entrevistado K, foi essencial a presença da professora Marlei Fernandes no movimento grevista:

(...) na pessoa da Marlei que o pessoal se espelhou mais, na garra dela, assim, acho que é importante a liderança do sindicato para essa motivação, porque a gente participou das assembleias e viu todo o empenho que eles fizeram para a luta ter continuidade para a gente estar junto. E tinha assembleia que reunia milhares de pessoas era muita, muita gente. Então acho que foi importante.

### 3.3.8 A greve dos trabalhadores em educação do paraná

Como dito na introdução desta dissertação, o momento vivido pelos professores marcou definitivamente a fala destes profissionais, assim como foi o dia 30 de agosto de 1988, dia em que a cavalaria foi utilizada contra os professores.

Parecia mesmo um formigueiro. A frase sintetiza muito bem o sentimento de quem ocupou a Praça Nossa Senhora de Salete e outras tantas praças pelo interior do Paraná por 29 dias no início deste ano de 2015. Inicialmente estarecidos com tamanha atrocidade do governo ao tentar destruir as carreiras e as aposentadorias do funcionalismo público do estado, mostramos nossa força e capacidade de organização ao fazer o governo recuar de seu ímpeto de nos atacar. Denunciamos o caos na escola pública, a falta de profissionais, o atraso nos pagamentos, o “tratoração” na Assembleia Legislativa. Por todo estado, praticamente 100% de adesão a esta mobilização histórica. Grandes atos e gigantescas assembleias provaram que estivemos, estamos e permaneceremos unidos e em alerta a qualquer tentativa do governo em nos retirar direitos ou deixar de cumprir a

lei. Vitória! Fizemos o governo recuar e a população reconheceu a nossa luta, que não para por aqui! Estamos na luta!

A greve foi iniciada em 9 de fevereiro, depois da realização da assembleia de deflagração que ocorreu no dia 7, no município de Guarapuava. A pauta de negociações foi composta, naquele momento, por 51 itens. Segue abaixo um quadro com as principais reivindicações:

QUADRO 13 - REVINDICAÇÕES DA GREVE DE 2015 DA APP-SINDICATO.

TEMA	DETALHAMENTO
PSS	Pagamento das rescisões dos contratos.
Férias	Cumprimento da regulação sobre a distribuição de aulas.
Promoções e progressões	Pagamento de 1/3
Auxílio alimentação	Pagamento
Licença Prêmio	Pagamento
Escolas conveniadas	Liberação.
Fundo Rotativo	Pagamento dos repasses.
Porte das escolas	Pagamento em atraso.
SAREH, SALAS DE APOIO, CELEM	Adoção dos critérios do ano de 2014 sobre o número de diretores, vice-diretores, pedagogos, funcionários, etc.
Programa Mais Educação	Retomada.
Programa Hora Treinamento	Reabertura.
Turmas e matrículas	Reabertura.
Concursados	Reabertura.
Licença especial	Redistribuição de aulas.
PDE	Nomeação.
Licença para mestrado e doutorado	Revogação de normativa que suspendeu em 2015.
	Retomada.
	Revogação da suspensão da licença.

Fonte: <http://cut.org.br/noticias/app-sindicato-pauta-da-greve-avanca-mas-nao-o-suficiente-7a97/>.

Dados trabalhados pela autora.

Ao observar o resumo das reivindicações daquele período percebe-se que o objetivo central do movimento grevista era a manutenção de direitos adquiridos pela categoria, pelo pagamento de benefícios e não por novos direitos.

A fala do entrevistado D confirma o que também está explícito nos itens que compõem a pauta de negociações da APP-Sindicato: a greve do ano de 2015 foi motivada pela necessidade de reivindicar a manutenção de direitos e programas educativos que já haviam sido conquistados pela categoria. Segue o depoimento:

Ele (o governador) queria revogar o plano de carreira. Ele queria retirar quinquênio, uma série de direitos que não foram retirados então é no limite do que era possível né porque a gente lida com isso. O movimento foi até onde deu em todos os sentidos e conquistou a manutenção de uma carreira boa como é a carreira dos professores do estado. Só a manutenção é uma grande conquista. Não precisa assim... **É lógico que a gente quer mais, mas manter o que se tinha já foi uma grande conquista.** (Grifo nosso)

O entrevistado L.M nos fala sobre os pontos positivos do trabalho da APP-Sindicato no desenvolvimento da greve. Segundo ele, relativos ao discurso e a pontos de resistência em todo o estado. Em suas palavras:

Perfeito. Aquilo que eu já havia falado antes. O discurso, nesse caso, da APP foi tão bem feito que mesmo aqueles que não poderiam vir para Curitiba fizeram focos, fizeram células de protestos dentro do Paraná que fez o governo recuar mesmo dias antes ele dizendo que jamais recuaria, que aquilo era definitivo. O governo fez uma propaganda pesada na televisão e teve que voltar aquele projeto então talvez a palavra aí seja a APP conseguiu reunir, além de Curitiba, células dentro do estado e mostrando um pouquinho de politização porque os professores tem problemas entre aspas com politização.

Apesar do ponto positivo ressaltado pelo entrevistado R.L sobre a liderança exercida pela APP-Sindicato no dia 29 de abril, foram também apontadas a necessidade de melhorar a capacidade de debate da APP-Sindicato com o governo e a comunicação entre o sindicato e sua base no que diz respeito às reivindicações. Segue o trecho da entrevista:

(...) eu ainda acho que os sindicatos de professores precisam se desenvolver e muito para debater com qualidade com o governo sobre as políticas, sobre as políticas públicas e necessidades educacionais porque esse debate deveria primeiro a APP discutir um pouco com os profissionais em educação da escola quais são as reivindicações, quais são as melhorias. O que queremos? O que precisamos? Ai sim, ai sim, desenvolver com o governo de forma mais qualificada, acho que falta qualificação do sindicato, mas teve liderança sim no ato de 29 de abril.

A greve de 2015 nos mostra a grande capacidade mobilizatória da APP-Sindicato em um contexto de crise para o movimento sindical dos demais trabalhadores, o índice de adesão a greve foi alto.

### 3.3.9 A vocação corporativa do sindicato

Este item foi desenvolvido com base no trecho 6 do roteiro de entrevista. O objetivo do trecho foi verificar se os professores conseguiam visualizar o trabalho reivindicativo exercido pelo sindicato. Os trechos abaixo selecionados mostram que

sim.

Na fala do entrevistado D há um destaque para os principais resultados do trabalho sindical. À saber: os planos de carreira para os professores e para os funcionários de escola e a formação continuada, o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE).

(...) se você pegar a história de luta da APP, a história dos últimos anos e eu acho que a materialização das lutas é o plano de carreira dos professores, o plano de carreira dos funcionários, o programa de formação continuada que foi estabelecido no governo Requião e tinha uma premissa de formação mesmo continuada vincular a formação com as Universidades que é o PDE que perdeu muito de sua característica inicial agora no governo do Beto Richa (...).

Fala do entrevistado L.M releva que os professores não almejam somente que o sindicato lute e obtenha ganhos que dizem respeito a sua categoria, mas que trabalhe no sentido de influenciar a política como um todo, interferindo na escolha de senadores, deputados e deputados:

Discordo que nós tivemos conquistas. Darei o Álvaro como exemplo. A APP conta tanta vantagem: o Álvaro Dias, o Álvaro Dias, o Álvaro Dias. Ele foi eleito senador quantas vezes de lá pra cá? E pode voltar agora como governador. Não entendo isso como conquista. Eles estão se vangloriando de uma coisa que eu não entendo como verdade.

O entrevistado L.M não consegue dar a devida importância aos ganhos obtidos através do trabalho sindical nos últimos anos. Para ele o mais importante é o melhoramento da posição do Brasil nas avaliações internacionais de aprendizagem.

São conquistas mínimas, mínimas. Tanto é que o ultimo resultado do pisa nós ficamos em se eu não me engano em penúltimo ou último lugar. Mesmo que ficássemos entre os 10 últimos, as conquistas são insignificantes ou nós admitimos que estas conquistas são insignificantes ou admitimos que estas conquistas foram boas e não resolvemos nada porque não conseguimos transferir estas conquistas para o ensino, basta ver o resultado do PISA. Ai, estou trabalhando com dados científicos. Nós não mudamos nossa nota no PISA. Se nós não mudamos nossa nota no PISA não teve melhora no ensino.

A entrevistada K fala sobre a necessidade de trabalhar a memória do movimento sindical para que os novos professores que entram na REE/PR aprendem sobre como foi a trajetória de construção das atuais condições de trabalho:

(...) então acho que o professor novo começa agora com trinta e três por cento de hora atividade e ele não conhece o histórico, ele não vai sentir que isso foi uma grande luta em relação ao professor que começou a mais tempo e que tem hora atividade e não tinha, né. Não tinha tempo de estudo e que era todo o tempo dentro da sala de aula. Então é importante conhecer a luta por educação.

Os professores reconhecem que ao longo do tempo a APP-Sindicato atuou para a conquista de novos direitos para a categoria. No entanto, o entrevistado L.M. disse não perceber que estas conquistas tenham alterado o perfil da qualidade do ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que resultou na presente dissertação de mestrado teve como objetivo o levantamento das percepções sobre o sindicato docente e sobre a sindicalização de professores que fazem parte da REE/PR concursados e temporários, sindicalizados e não sindicalizados. A partir de uma revisão bibliográfica realizada na busca por teses, dissertações e artigos científicos em diferentes bancos de dados verificou-se que a temática de pesquisa ainda não havia sido explorada. A hipótese inicial da pesquisa era de que se encontrariam diferentes percepções dos professores sobre o mesmo fenômeno devido à própria heterogeneidade da classe docente, apesar da limitação advinda da quantidade de entrevistas que foram realizadas (apenas 4).

Entre os objetivos específicos estavam: (1) verificar como os professores compreendem o sindicato; (2) levantar o que tem motivado os professores a sindicalizarem-se ou não; (3) listar e analisar quais funções ou objetivos os professores atribuem ao sindicato; (4) avaliar em que medida suas percepções sobre o sindicato condizem com o estatuto da organização sindical e estrutura disponível.

Em relação ao primeiro objetivo específico verificou-se que os professores concursados e sindicalizados concordam que os sindicatos são poderosas instituições que conquistaram uma série de benefícios aos trabalhadores em educação (os planos de carreira para professores e funcionários e a formação continuada possibilitada pelo PDE). Em contrapartida, os dois professores não sindicalizados (um concursado e o outro PSS) discordam desta ideia. O primeiro utiliza o argumento de não melhora da qualidade da educação refletida pela nota no PISA. Em outras palavras, os sindicatos não são poderosas instituições já que não promovem o aumento da nota do Brasil nesta avaliação internacional. O segundo professor, contratado por meio do PSS também não concorda com a assertiva e disse ainda que “os trabalhadores em educação poderiam se organizar melhor”. A percepção sobre o sindicato parece ter como fator preponderante a participação direta (em reuniões e assembleias) e constante do professor.

No tocante ao segundo objetivo, vimos que os professores concursados e sindicalizados justificaram sua sindicalização para poderem acompanhar os



processos, adquirir informações sobre a educação em geral. No entanto, um professor concursado justificou sua não sindicalização como forma de protestar contra a atual organização do sindicato. E o outro, contratado por meio do PSS disse não se sindicalizar por não concordar com o valor da taxa de sindicalização. A não sindicalização pode se constituir em um sintoma ou efeito da atual estrutura do sindicato, que apesar de ter mudado, incorporando novas formas de comunicação com a base (redes sociais diversas) ainda não atinge uma determinada parcela da categoria.

No que diz respeito ao terceiro objetivo (listar e analisar quais funções ou objetivos os professores atribuem ao sindicato), os professores concursados e sindicalizados disseram que os sindicatos tem funcionado como oposição aos governos (fala do professor D), como movimento social e como organizador do movimento da categoria, além de defender os direitos dos demais trabalhadores (vanguarda). Para o professor PSS “o sindicato reivindica melhorias para educação”. Ser sindicalizado e participar ativamente da entidade e chegar a um cargo sindical parece conferir uma percepção diferenciada sobre o sindicato em comparação aos demais entrevistados.

Para responder ao quarto objetivo (avaliar em que medida as percepções sobre o sindicato apresentadas pelos entrevistados condizem com o estatuto da organização sindical e estrutura disponível) foi lido o Estatuto da APP-Sindicato e comparadas as falas. No artigo 3º do Estatuto encontram-se ao todo 13 objetivos específicos da entidade. Entre eles está a luta pela reforma agrária. O professor concursado, mas não sindicalizado assina-la que a APP-Sindicato precisa deixar bem claros quais são os seus objetivos. Em outras palavras, parece desconhecer o teor do estatuto em função da sua não participação do movimento sindical. A percepção da entrevistada D parece ser a mais condizente com o estatuto do sindicato, tendo em vista sua participação como membra da diretoria de uma entidade.

Trabalhar com o tema do sindicalismo docente do setor público enseja desafios que precisam ser considerados. O próprio levantamento bibliográfico, o qual compôs parte do primeiro capítulo desta dissertação revela que o número de pesquisas sobre o tema ainda é pequeno diante da quantidade e heterogeneidade de organizações sindicais espalhadas pelo país.

Outra coisa a se considerar é a dificuldade em se desenvolver uma pesquisa

de caráter qualitativo. Por sua natureza, a pesquisa qualitativa trabalha com dados que são difíceis de ser apreendidos, sistematizados e analisados. Estes dados são percepções, ideias, valores, memórias de pessoas que possuem trajetórias completamente diferente umas das outras, apesar de resguardar pontuais características que as fazem partilhar de uma mesma identidade de grupo, inseridos na sociedade de classes. Assim, se outros trechos da entrevista fossem selecionados e apresentados as mesmas pessoas possivelmente os resultados seriam outros.

É preciso lembrar que as percepções esboçadas pelos docentes entrevistados não tem a pretensão de representar a totalidade de percepções sobre o movimento sindical. Elas são uma pista, resultado de um trabalho exploratório e interpretativo que pode contribuir para novas pesquisas.

Nem isto ou aquilo, mas as duas coisas e muito mais. Essa é a função do sindicato. Por vocação, o sindicato é uma instituição corporativa que trabalha em prol da manutenção e conquistas de direitos para os trabalhadores. Porém, o contexto social e econômico, no mundo todo requer, cada vez mais, que esta organização de trabalhadores se renove para atuar neste emblemático contexto de crise mundial em que o trabalho está se precarizando e o desemprego tem aumento, ao passo que o uso das diferentes tecnologias de comunicação tem sido difundidas mundo a fora.

Os pesquisadores da área têm apontado caminhos para a superação dos atuais dilemas da organização sindical no Brasil e no mundo.

Ressalta-se a ideia que talvez taxas de sindicalização alta não signifiquem, necessariamente, ascensão do movimento sindical, ou seja, maior participação da base de sindicalizados (FERREIRA, 2006).

No estado do Paraná, o atual governo tem agido, como já era de se esperar em prol da economia de despesas, aumento de tributos e retirada ou suspensão de direitos dos trabalhadores. A educação tem sofrido com o não cumprimento de direitos e programas que já faziam parte da rotina de milhares de trabalhadores.

A APP-Sindicato tem cumprido seu papel, organizando e representando os trabalhadores em educação, por meio de greve, passeatas, negociações, etc. A necessidade por renovação no movimento já está presente na literatura da área, porém isso só pode acontecer aos poucos em um movimento que seja expressão da vontade do grupo.

Apesar da necessidade de renovação da forma de fazer o sindicalismo ser apontada nas entrevistas e em trabalhos acadêmicos diante do contexto da crise mundial que vem permeando nossas vidas desde o final dos anos 90, o sindicato, por sua vez, ainda constitui-se como a principal entidade capaz de unificar os professores em torno de objetivos comuns.

## REFERÊNCIAS

- ALVEZ, GIOVANNI. **Do “novo sindicalismo” à “concentração social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998)**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2000, n.15, pp. 111-124. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15.pdf>> Acesso em 02/09/2015.
- ANPED. 33.<sup>a</sup> Reunião Anual. **Educação no Brasil: o balanço de uma década**. 17 a 20 de outubro Caxambu / MG 2010.
- \_\_\_\_\_. 34.<sup>a</sup> Reunião Anual. **Educação e Justiça Social**. 02 a 05 de outubro Natal-RN/2011.
- \_\_\_\_\_. 35.<sup>a</sup> Reunião Anual. **Educação, cultura, pesquisa e projetos de desenvolvimento: o Brasil do século XXI**. Porto de Galinhas-PE 21-24 outubro 2012.
- \_\_\_\_\_. 36.<sup>a</sup> Reunião Anual. **Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: desafios para as políticas educacionais**. Campus Samambaia da UFG – Goiânia/Goiás 29 de setembro a 02 de outubro 2013.
- Anais da 36.<sup>a</sup> Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED). **Livro de Resumos e Emendas**. Goiânia/GO. Disponível em <<file:///C:/Users/D%C3%A9bora/Downloads/RESUMOS%2036%20RN.pdf>>.
- ARAÚJO, F. **Educação política e consciência crítica: o Programa de Formação Político, Sindical e Educacional da APP-Sindicato (2007-2009)** / (dissertação de mestrado), 2013. p.101. <[http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2013/2013\\_-\\_ARAÚJO\\_Francielli.pdf](http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2013/2013_-_ARAÚJO_Francielli.pdf)>.
- ARRUDA, A. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002 Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 127-147, novembro/ 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf> > Acessado em abril/2015.
- AULER, D.; DELIZOICOV, D. **Ciência Tecnologia-sociedade: relações estabelecidas por professores de ciência**. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, Vol.5, Nº2, 2006. Acesso em 10.11.2007, em <[www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen5/ART8\\_Vol5\\_N2.pdf](http://www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen5/ART8_Vol5_N2.pdf)>.
- BOITO JUNIOR, A. **Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: Hucitec, 1991.

BONI; QUARESMA. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>

BRASIL. DECRETO Nº 19.770, DE 19 DE MARÇO DE 1931. **Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D19770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm) > Consultada realizada em 31/08/2015.

COSTA, Sérgio Amad. **NASCIMENTO, Direito Sindical**. *Rev. adm. empres.* [online]. 1984, vol.24, n.1, pp. 57-59. ISSN 0034-7590. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v24n1/v24n1a10.pdf> >. Acesso em 31/08/2015.

\_\_\_\_\_. **A questão do imposto sindical**. *Rev. adm. empres.* [online]. 1986, vol.26, n.3, pp. 81-

84. ISSN 0034-7590. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v26n3/v26n3a10.pdf> .

DIAS, L. R. **Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais. Da LDB de 1961 a Lei 10.639**. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20QUEST%C3%83O%20DE%20RAC%20NAS%20LEIS%20EDUCACIONAIS%20-%20DA%20LDB%201961%20A%20LEI%2010639%20-%20Lucimar%20Dias.pdf>

DONATO, D. P. **Sindicalismo Docente na Cidade de Curitiba**. In: *Educação e Conflito: luta sindical docente e novos desafios*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2012.

FERRAZ, M. A.; GOUVEIA, A. B. **Sindicalismo Docente na Região Metropolitana de Curitiba e as mudanças no financiamento da educação**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: <[file:///C:/Users/D%C3%A9bora/Downloads/sbs2009\\_GT21\\_Marcos\\_Ferraz.pdf](file:///C:/Users/D%C3%A9bora/Downloads/sbs2009_GT21_Marcos_Ferraz.pdf)> . Acesso em 06/09/2015.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docente**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a05v2899.pdf>>

\_\_\_\_\_. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. **Educação em Revista | Belo Horizonte | n. 47 | p. 15-40 | jun. 2008**. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-)

46982008000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 15/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Somos todos trabalhadores em educação? Relações sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000200002&script=sci_abstract&tlng=pt)

97022006000200002&script=sci\_abstract&tlng=pt>. Acesso em 15/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Discutir educação é discutir trabalho docente: o trabalho docente segundo dirigentes da Confederación de Trabajadores de la Educacion de lá República Argentina (CTERA).** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 41 maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a07.pdf>>. Acesso em 15/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docente.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 99, p. 377-399, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a05v2899.pdf>>. Acesso em 15/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Homens e mulheres em sindicato docente: um estudo de caso.** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 391-410, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/479/0>>. Acesso em 15/04/2015.

GENTILI, P. et al. **Reforma educativa y luchas docentes en América Latina.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1251-1274, Set./Dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000400009&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000400009&script=sci_abstract&tlng=es)>. Acesso em: 15/04/2015.

GINDIN, J. **Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011).** Educ. rev. [online]. 2013, n.48, pp. 75-92. ISSN 0104-4060.

GINDIN, J. **Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011).** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

GODOY, A. S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, Mai./Jun. 1995. Disponível em: <INSERIR SITE>.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. A. dos S. **Sindicalismo docente e política**

**educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

GOUVEIA, A. B. **Oferta educacional e sindicalismo docente nos municípios do primeiro anel da região metropolitana de Curitiba.** In: *Educação e Conflito: luta sindical docente e novos desafios*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2012.

\_\_\_\_\_. **Estrutura sindical e cenário político: o sindicalismo docente no Mato Grosso do Sul e no Paraná.** Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, Ano 17, nº 27, 2012, 87-111. Disponível em:  
[http://relet.iesp.uerj.br/Relet\\_27/Cap%C3%ADulo%2004%20-%20Estrutura%20sindical%20e%20cen%C3%A1rio%20pol%C3%ADtico%20RELET%2027%20-%20SE.pdf](http://relet.iesp.uerj.br/Relet_27/Cap%C3%ADulo%2004%20-%20Estrutura%20sindical%20e%20cen%C3%A1rio%20pol%C3%ADtico%20RELET%2027%20-%20SE.pdf)

IBGE. **Sindicatos: indicadores sociais 2001** / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 257p. Disponível em:  
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1416.pdf>.

MAINARDES, Jefferson. ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MELO, S. D. G. **Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 93-110, abr./jun. 2013. Editora UFPR. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a07.pdf> >.

OLIVEIRA, D. A; MELO, S. D. **Conflito e resistencia: trabalho docente e manifestações sindicais.** Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/dalilaandradeoliveiraesavanadinizgomesmelo.pdf>>

ROSSO, S. D. **Fragmentação sindical.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 39-52, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

ROSSO, S.; CRUZ, H. L.; RÊSES, E. S. da. **Condições de emergência do sindicalismo docente.** Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 111-131, maio/ago. 2011. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n2/v22n2a09.pdf>> Acesso em 15/04/2015.

SOBREIRA, H. G. **Alguns aspectos da reorganização do movimento dos professores públicos do estado do Rio de Janeiro (1977-1980).** Educação &



Sociedade, ano XXII, no 77, Dezembro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7048.pdf>>. Acesso em 15/04/2015.

TELLO, C. **Las políticas docentes y la perspectiva sindical en Argentina, México y Chile: debates y negociaciones. Los casos de CTERA, SNTE y el Colegio de Profesores en los últimos veinte años.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 149-166, abr./jun. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a10.pdf>>. Acesso em 15/04/2015.

RODRIGUEZ, M. V.; FERNANDES, M. D. E. **Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 131-147, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

SOBREIRA, H. G. **Alguns aspectos da organização do movimento dos professores públicos do estado do Rio de Janeiro (1977-1980).** *Educ. Soc.*[online]. 2001, vol.22, n.77, pp. 131-160. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7048.pdf>>. Acesso em abril de 2015.

SOUZA, K. R; BRITO, J. C. de. **Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro.**

TELLO, César. **Las políticas docentes y la perspectiva sindical en Argentina, México y Chile: debates y negociaciones. Los casos de CTERA, SNTE y el Colegio de Profesores en los últimos veinte años.** *Educ. Rev.* [online]. 2013, n.48, pp. 149-166. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a10.pdf>>. Acesso em maio de 2015.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa.** São Paulo: Cortez, 2009.

SITES

<http://www.anped.org.br/anped/biblioteca-anped/anais>

<http://bancodeteses.capes.gov.br/>

<http://appsindicato.org.br>

**ANEXOS**

ANEXO 1 – QUADRO 1 - ARTIGOS ENCONTRADOS NA REVISTA ELETRÔNICA SCIELO A PARTIR DA PALAVRA-CHAVE SINDICALISMO DOCENTE.	112
ANEXO 2 – QUADRO 2 - TRABALHOS ENCONTRADOS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES.	114

## ANEXO 1

QUADRO 1 - ARTIGOS ENCONTRADOS NA REVISTA ELETRÔNICA SCIELO A PARTIR DA PALAVRA- CHAVE SINDICALISMO DOCENTE.

Autor	Título	Tema	Instituição/Grupo de Pesquisa	Ano
FERRERA, M. O. V.	Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes.	Sindicalismo docente e relações de gênero	UFPEL	2008
	Somos todos trabalhadores em educação? Relações sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas.	Identidade docente e sindicalismo docente		2006
	“Discutir educação é discutir trabalho docente”: o trabalho docente segundo dirigentes da Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA).	Sindicalismo docente e trabalho docente		2009
	Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docente.	Identidade docente e sindicalismo docente		2007
	Homens e mulheres em sindicato docente: um estudo de caso.	Sindicalismo docente e relações de gênero		2004
ROSSO, S. Dal R.; CRUZ, H. L.; RÊSES, E. Da S.	Condições de emergência do sindicalismo docente.	Sindicalismo docente e política educativa	Membros do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPT) da UnB.	2011
GENTILI, P. et al.	Reforma educativa y luchas docentes en América Latina.	Sindicalismo docente e política educativa	Pesquisadores do Laboratorio de Políticas Públicas (Rio de Janeiro/Buenos Aires), Observatorio Latinoamericano de Políticas Educativas (OLPED/LPP).	2004
SOBREIRA, H. G.	Alguns aspectos da reorganização do movimento dos professores públicos do estado do Rio de Janeiro (1977- 1980).	Sindicalismo docente e política educativa	UFRJ	2001
TELLO, C.	Las políticas docentes y la perspectiva sindical en Argentina, México y Chile: debates y negociaciones. Los casos de CTERA, SNTE y el Colegio de Profesores en los últimos veinte años.	Sindicalismo docente e política educativa	Universidad Nacional de Tres de Febrero, (Argentina)	2013

RODRIGUEZ M. V.; FERNANDES, M. D. E.	Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma.	Organização sindical	UFMS	2013
GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. A. dos S.	Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação.	Sindicalismo docente e política educativa	UFPR e UFGD.	2013
MELO, S. D. G.	Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais.	Sindicalismo docente e política educativa	UFMG e pesquisadora e Grupo de Pesquisa Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO), da Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabajo Docente (REDE ESTRADO) e integrante da Coordenação Colegiada da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (REDE ASTE)	2013
GINDIN, J.	Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011).	Sindicalismo docente e política educativa	UFF	2013
ROSSO, S. D.	Fragmentação sindical.	Organização sindical	UnB	2013
ESTANQUE, E.	Crise, Estado social e desafios do sindicalismo. Breve reflexão sobre a Europa.	Sindicalismo e contexto econômico- social.	Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Portugal.	2013
CARDOSO, M. E.	La protesta docente en la década de 1990: experiencias de organización sindical en la providencia de Buenos Aires.		Doutorando do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação de Minas Gerais (FAE/UFMG).	2013
SOUZA, K. R; BRITO, J. C. de.	Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro.	Sindicalismo docente e política educativa	Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.	2012

Fonte: SciELO. Acesso em fev. 2015. Dados tabulados pela autora.

## ANEXO 2

QUADRO 2 - TRABALHOS ENCONTRADOS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES.

Autor	Ano	Instituição	Título	Dissertação(D) ou Tese (T)
CARDOSO, S. R. P.	2011	UFPeI	Associação Sul-rio-grandense de Professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979)	T
MIRANDA, K. A.	2011	UFFluminense	As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT.	T
MARTINS, T. S. A.	2012	UFRJ	A docência em suas dimensões profissionais, políticas e culturais: um estudo sobre a Escola de Professores do SINPRO-RIO (2000-2010).	D
SANTOS, A. V. DOS	2012	UCB	A Governança da Educação Superior Privada: sobre implicações da formação dos oligopólios no trabalho docente.	D
HIDAKA, R. K.	2012	UNESP JULIO DE MESQUITA FILHO/ MARÍLIA	As Políticas Neoliberais dos Governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o movimento sindical dos professores do ensino oficial de São Paulo.	D
MIGUEL, J. D. DE R.	2012	UFMS	Educação e sindicalismo: a FETEMS e a luta pela valorização do magistério do estado do Mato Grosso do Sul (1980-2010)	D
CAVALCANTE, J. B.	2012	UFPB	Sindicalismo Docente: a luta dos professores da rede pública estadual no Recife no período da transição democrática	D
SOUZA, A. C. O. D. DE.	2012	UFRJ	Caminhos do sindicalismo: trajetórias de vida de professores do Sepe/Baixada Fluminense	D
PINTO, F. V. M.	2012	UFMG	Práticas Informais na Organização Político- sindical dos Professores da Rede Municipal de Belo Horizonte	D

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

**APÊNDICES**

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	116
APENDICE 2 – ENTREVISTA 1 (PILOTO)	120
APENDICE 3 – ENTREVISTA 2	127
APENDICE 4 – ENTREVISTA 3	132
APENDICE 5 – ENTREVISTA 4	137

## APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Caro professor,

Agradeço sua participação para a realização da pesquisa. É necessária a assinatura do Termo de Compromisso. Esta entrevista será realizada com base em alguns textos retirados de diferentes fontes como o Jornal 30 de agosto da APP-Sindicato. Denominou-se cada texto extraído de “trecho”. Assim, o participante deverá ler cada trecho e discorrer oralmente sobre o mesmo. Para isto, terá o tempo que achar necessário para iniciar sua exposição e também o tempo que convir-lhe para falar sobre cada situação. A organização da entrevista consiste na leitura da primeira situação, sucedida de análise; leitura da segunda seguinte e respectiva análise e assim sucessivamente até a análise de todos os trechos. O participante poderá se recusar a analisar qualquer situação ou retirar o consentimento a qualquer momento sem que isso lhe implique alguém prejuízo. A utilização das informações obtidas será conduzida respeitando os princípios éticos, mantendo sigilo e confidencialidade dos dados, bem como anonimato dos participantes. É importante ressaltar que não haverá devolutiva da entrevista ao participante e as informações adquiridas serão para fins de estudo. Salienta-se ainda que é essencial para a presente pesquisa a explicitação da real opinião pelo participante sobre cada situação selecionada.

(TRECHO 1)

“Os trabalhadores em educação criaram poderosas organizações sindicais, que ocupam, na atualidade, posição de destaque seja pelo número e proporção de filiados, seja pela capacidade de atuação. Os movimentos que realizam alcançam enorme repercussão social, alguns deles são marcadores de época. Tal capacidade advém, entre outras causas, do fato de que os trabalhadores de educação lidam com a formação das crianças e uma mera paralisação das escolas por algumas horas inferniza a vida das famílias”.

(TRECHO 2)

“Os sindicatos de trabalhadores da educação encontram-se atingidos pelos devastadores impactos da crise mundial, que incide sobre as economias nacionais da Grécia, de Portugal, da Espanha e outros países de forma virulenta. Nós que vivemos abaixo da linha do Equador, fomos iludidos pela síntese dos processos de desenvolvimento na sigla BRICS e achamos que o Brasil, por pertencer e, mesmo, encabeçar o acrograma, está imune aos efeitos da crise mundial”.

(TRECHO 3)

“(…) Por que é importante ser sindicalizado? Porque tudo que nós conseguimos até agora... Com o pessoal mais novo que tá aí e os mais antigos, todo mundo sabe que foi com luta, né, foi com o sindicato. Ah! Mais você pode dizer assim: eu não vou ser sindicalizado porque o sindicato vai lá e luta. O sindicato não é só a diretoria. O sindicato somos nós. É nós que fazemos estas lutas. Então, por que é bom ser sindicalizado? Tem direito a colônia de férias em Guaratuba, Itapoá, (...) vai quando



ele quer, paga uma taxa mínima, quando faz um curso pode receber o seu certificado e ascender na sua carreira. Então, a importância de se sindicalizar é a luta nossa. Nós sabemos que o Lula só chegou onde ele chegou... Chegou porque? Foi um sindicalista forte. E o nosso sindicato só é forte porque nós trabalhamos desde 1946 pra cá. As vezes a gente regride, as vezes a gente avança. Mas é o sindicato que faz este trabalho.

#### (TRECHO 4)

##### Para além da educação

O fim do chamado “tratoração” foi apenas um exemplo de que a luta da categoria também beneficiou toda a população

A mobilização geral dos servidores no Paraná, iniciada pela educação, trouxe benefícios práticos para a vida do cidadão e da cidadã paranaense. O mais importante, considerado como avanço na democracia do Estado, foi o fim do regime de Comissão Geral na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Conhecida como “tratoração”, a Comissão Geral era requerida pelos líderes do governo e determinado projeto de lei poderia ser aprovado de forma rápida e sem uma discussão aprofundada sobre o tema. No dia 10 de fevereiro, segundo dia de greve geral, milhares de educadores(as) acompanhavam a sessão plenária que tinha como objetivo votar mais um pacote de maldades do governo. Ao contrário do que esperava o governador e os(as) deputados(as), servidores e servidoras públicas ocuparam a Alep, no exato momento em que 34 parlamentares aprovavam o requerimento de instalação da Comissão Geral. Dois dias depois, deputados (as) chegaram de camburão e serraram a grade da Assembleia para entrar e instalar novamente Comissão Geral para aprovar os projetos. Diante da intensa mobilização em frente e dentro da Alep, que foi ocupada novamente, os (as) deputados (as) desistiram e retiraram os projetos da pauta. Como consequência, os (as) deputados(as) decidiram acabar com o “tratoração” e no dia 4 de março, com 44 votos a favor, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou o fim do regime de Comissão Geral. Desta forma os projetos de lei não podem mais ser aprovados sem passar pela apreciação de comissões específicas e sem o debate necessário. Vitória do povo paranaense!

#### TRECHO 5

##### A força da educação

Parecia mesmo um formigueiro. A frase sintetiza muito bem o sentimento de quem ocupou a Praça Nossa Senhora de Salete e outras tantas praças pelo interior do Paraná por 29 dias no início deste ano de 2015. Inicialmente estarecidos com tamanha atrocidade do governo ao tentar destruir as carreiras e as aposentadorias do funcionalismo público do estado, mostramos nossa força e capacidade de organização ao fazer o governo recuar de seu ímpeto de nos atacar. Denunciamos o caos na escola pública, a falta de profissionais, o atraso nos pagamentos, o “tratoração” na Assembleia Legislativa. Por todo estado, praticamente 100% de adesão a esta mobilização histórica. Grandes atos e gigantescas assembleias provaram que estivemos, estamos e permaneceremos unidos e em alerta a qualquer tentativa do governo em nos retirar direitos ou deixar de cumprir a lei. Vitória! Fizemos o governo recuar e a população reconheceu a nossa luta, que não para por aqui! Estamos na luta!

## (TRECHO 6)

“Os sindicatos de professores no Brasil, especialmente os das redes públicas de ensino, têm se colocado como os grandes articuladores dos movimentos encetados pelos docentes na defesa dos seus interesses específicos, mas também têm desempenhado papel importante em lutas educacionais mais amplas, bem como na denúncia e no debate com a sociedade sobre os descasos das políticas públicas frente às necessidades educacionais em nosso país. Alguns já deram um passo a mais na construção de uma nova concepção de prática sindical e estão desenvolvendo propostas de formação mais estruturadas para seus associados, assumindo uma postura mais comprometida com a prática de seus associados e empreendendo esforços para a melhoria da educação”.

## (TRECHO 7)

(...) A sociedade brasileira parece não reconhecer que os sindicatos de professores pensam no bem-estar de seus membros, e não no da sociedade em geral. Incorporamos a ideia de que o que é bom para o professor é, necessariamente, bom para o aluno. E isso não é verdade. (...) Quando ouvir um membro desses sindicatos se pronunciando, portanto, é mais seguro imaginar que suas reivindicações prejudicam o aprendizado do que o contrário. E, especialmente quando a questão for salarial, é preciso levar em conta que não apenas os professores são beneficiados por seu aumento, como os sindicatos também, já que são mantidos por cobranças determinadas através de um percentual do salário.

## (TRECHO 8)

Dia 11: ato nacional, em Brasília, em defesa da Educação!

A CNTE e seus sindicatos atuarão contra o golpe e a favor do desenvolvimento inclusivo com geração de emprego e renda para toda a população

“A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) promove no próximo dia 11, em Brasília, um ato no Congresso Nacional em defesa da Educação Pública de qualidade. Participarão cerca de 1.500 trabalhadores(as) em Educação de todo o país. O Paraná enviará uma caravana, composta por cerca de 30 pessoas, que sairá de Curitiba na manhã do dia 11. O objetivo é pressionar os(as) parlamentares do Congresso Nacional para se posicionarem a favor das pautas da educação e dos(as) educadores(as).

De acordo com Roberto Leão, presidente da CNTE, as pautas têm o mesmo objetivo: valorização do educador e da escola pública, para garantir educação de

qualidade para todos. “Um dos graves problemas da educação, por exemplo, é a valorização dos seus profissionais, enquanto isso não acontecer, nós não teremos educação de qualidade. E a Lei do Piso é fundamental para isso. Qualquer ataque à lei do piso significará um retrocesso no processo de construção da educação de qualidade”.

De acordo com a CNTE, as pautas prioritárias são:

- a manutenção do critério de reajuste do Piso do Magistério, de acordo com a Lei 11.738/2008;
- a instituição do piso salarial e das diretrizes nacionais de carreira para todos os profissionais da educação (entrega dos anteprojeto de lei da CNTE ao Poder Executivo);
- contra a Lei da Mordaza – PL 867/2015;
- contra a Terceirização – PL 4.330/2004 e PLC 30/2015;
- pela aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional – PL 8.039/2010;
- pela aprovação do PL 2.142/2011, que autoriza os IFES a ofertarem cursos do ProFuncionário e similares;
- contra o PL 6.726/2013 e o PLS 131/2015, que reduzem os recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social para a educação e a saúde”

## APENDICE 2 – ENTREVISTA PILOTO

### TRECHO 1

Esse primeiro trecho é ele é retirado de um jornal da APP né? É isso? Na verdade não. Eu não identifiquei, tem uns que são e tem outros que não são. Ah. Ta. É que a fonte aqui tá só o Jornal. Então tá assim: eu concordo com essa argumentação assim né de que os trabalhadores em educação criaram ao longo das últimas décadas poderosas organizações sindicais então eu vou citar, por exemplo, em termos locais, por exemplo, você tem a APP Sindicato aqui né a APP Sindicato não é só um sindicato de educação é um movimento social organizado que dá voz pra movimentos menores assim que ela tem assim além dela fazer a representação dos professores ela consegue articular outros dentro dela, ela consegue articular outros movimentos sociais e o movimento sindical ele é forte porque ele é um movimento que tem mais recursos financeiros que outros movimentos então os movimentos de moradia, os movimentos de afirmação, seja qual for de alguns grupos sociais, eles tem menos recursos financeiros. Então, a APP sindicato também apoia esses outros movimentos, ela é extremamente importante no cenário político paranaense, assim. É se a gente pegar hoje, o que eu vejo assim é que por exemplo inclusive pra fazer enfrentamento ao Beto Richa e ao próprio PSDB. A app sindicato ela faz o papel enquanto sindicato no enfrentamento em defesa da luta dos trabalhadores em educação mas ela faz também a defesa também de outras pautas mais gerais então ela assume muitas vezes o papel que é historicamente pra partido político, assume essa tarefa. Então é um bloco de oposição muito forte ao governo, ao atual governo do PSDB do Beto Richa e a mesma coisa acontece com o sindicato vinculado a CUT, a CNTE no estado de São Paulo, né, a APEOESP no ano de 2015 promoveu inúmeras greves e são sindicatos também que vão fazer esse papel de oposição aos governos mas que não fazem só do ponto de vista dos servidores, acho que elas avançam e sem dúvida eu acho que se a gente pegar esses sindicatos, os maiores sindicatos, eles estão vinculados a CUT nacionalmente com a organização dos trabalhadores e com a CNTE, então a CNTE ela tem nas últimas, nos últimos anos, nas últimas décadas ela tem uma importância decisiva, especialmente na questão da carreira docente, questão do piso, na aprovação da lei do piso, e agora também nestes debates da base curricular nacional, então a CNTE se desponsa como uma instituição extremamente importante no cenário nacional, então eu concordo com esse trecho mas eles eu nessa capacidade é... é... tem também o eco, eu concordo também que ela tem um eco, ela vai ter visibilidade porque ela tá fazendo a formação dos trabalhadores, a formação das crianças e também porque é um serviço essencial porque quando você para a escola, você atinge diretamente as famílias né então acho que é interessante este trecho aí. Concordo com esse movimento. **Vamos para o trecho 2?** Vamos para o trecho 2.

### TRECHO 2

Esse outro trecho é um trecho que começa assim: “os sindicatos de trabalhadores da educação encontram-se atingidos pelos devastadores impactos da crise mundial”, né, então tá falando da crise agora de 2009 e de 2015, uma crise que vem se arrastando na Europa já faz alguns anos e tal bem eu tenho uma certa... eu não vou, eu não estudei isso, então eu vou sempre dar uma parada, tomar cuidado porque é

a minha representação mesmo mas é assim eu fico pensando mesmo os sindicatos dos trabalhadores da educação ..., olha, no Brasil quem são as pessoas mesmo? A CNTE não representa todos os trabalhadores em educação, ela vai representar um grupo de trabalhadores em educação, a APP a mesma coisa, a APEOESP a mesma coisa, então eu não sei se a gente pode fazer esta afirmação assim de que a gente já está sentindo esta crise como se a crise tivesse precarizando nesse momento as condições docentes porque a gente tem um cenário de conquista da Lei do Piso, de conquista do terço de hora-atividade, e você veja aqui em Curitiba, se esse jornal for, um trecho de jornal for daqui de Curitiba, esse ano foi na rede municipal de Curitiba, a gente teve 60%, 30% dependendo do tempo de serviço, o enquadramento na nova carreira em média e só nesse anos os trabalhadores então tendo 20% de reajuste então é lógico que pra, com a crise você tem menos consumo, menos impostos, menos produção, vai ter menos arrecadação pra educação posteriormente mas acho que já dizer isso é um esquerdismo muito sectário porque a gente não tem como medir isso nesse momento, eu avalio dessa forma, e inclusive porque assim as pessoas que estão, os sindicatos de trabalhadores. Como que eles se encontram atingidos? É...é...é... os sindicatos de trabalhadores da educação encontram-se profundamente atingidos pelos devastadores impactos da crise mundial, bem, pensando assim óh que a arrecadação dos sindicatos, desse sindicato ou dos outros sindicatos diminuiu com a crise? Ou está falando da, da capacidade de organização de trabalhadores? Esse ano de 2015 a gente teve greves imensas de trabalhadores por manutenção de direitos que é diferente das greves que a gente tinha de conquista de direitos. Foram greves este ano de os trabalhadores conquistaram nas últimas décadas e não foi pouco o que se conquistou, a gente tá falando de Plano de Carreira, Lei do Piso, Previdência, né, então acho que a gente precisa de alguns elementos pra poder concordar com essa afirmação.

### TRECHO 3

Nessa... o trecho três é um depoimento mais pessoal que vai falar sobre a impressão de uma pessoa sobre a importância de ser sindicalizado, eu achei interessante assim porque ela, essa pessoa, ela fala da importância da luta mas também destaca também outras benesses, bem feitorias que o sindicato faz e coloca tudo no mesmo balaio é... alguns sindicatos tem colônia de férias, essa não é uma prática que no campo da esquerda seja a nossa prática, se o sindicato chega num patamar de ter essa estrutura pra conceder esse tipo de lazer também não vejo nada contra. Por que não ter um baile, por que não ter uma sede campestre, por que não ter uma sede... e logicamente que as lutas históricas pra garantir salário, carreira, previdência, né, é fruto da organização sindical. Isso a história tá aí pra nos provar então a importância das pessoas se sindicalizar porque é... não é só ser sindicalizado, a ideia o sindicato somos todos nós é somos mesmo, porque o sindicato sozinho não faz paralização. O sindicato organiza, dá a direção do movimento, mas os trabalhadores sindicalizados é quem fazem o grande trabalho.

### Trecho 4

O trecho 4 ele vai falar de algo que eu já tinha retomado, mencionado na primeira fala, que é os sindicatos da educação e a mobilização dos servidos né que ultrapassa os limites dos corporativismo que vão numa linha dos direitos da população mais geral. É interessante porque os sindicatos mais fortes assim, pela

própria estrutura de organização sindical do Brasil e acho que na própria América Latina também são os sindicatos vinculadores ao setor, tem sido nas últimas décadas os sindicatos vinculados ao setor público né por conta da estabilidade, por conta de uma série de fatores então esses sindicatos tem tomado esse papel de vanguarda mesmo na defesa dos direitos dos demais trabalhadores né em geral não só das pautas é... das pautas da educação. É... se veja, esse o exemplo daqui da comissão geral, antes né Assembleia Legislativa do Estado do Paraná instalava-se uma comissão geral e os projetos de lei não tramitavam, não tinha aquele processo de tramitação normal e mais moroso pra que a gente possa acompanhar os projetos, se organizar, barrar algum projeto que vai contra os interesses da população então essa era uma prática comum. No final do ano passado, bem no finalzinho do ano passado o Beto Richa enviou projetos de lei que estabeleciam ajustem em várias tarifas e passou, aquilo passou rápido e quando a população se deu conta foi quando chegaram as tarifas esse ano, mas por que? Porque ela teve um processo mais democrático né de acompanhamento dessas pautas. Isso é extremamente importante né e quais foram os sindicatos que estavam na luta do ponto de vista dos outros movimentos sociais, dos outros trabalhadores que foram contra estas medidas? A gente tem na nossa cabeça a APP-Sindicato que representa né os servidores da educação. Mesmo a visibilidade, é lógico que você tem um sindicato que representa os professores, você tem muito mais trabalhadores em educação do que outros trabalhadores de outros segmentos, de outros ramos do serviço público, mas a visibilidade que a APP tem é fantástica, né. E acaba assim fazendo esses enfrentamentos que vão pra além da pauta da educação e que pra uma concepção mais progressista de sindicato isso faz muito sentido porque a nossa luta, a luta dos trabalhadores em educação é uma luta, ao menos deve ser uma luta de todas, das pautas de toda a população: defesa de saúde, defesa de educação qualidade, direitos previdenciários para todos.

#### TRECHO 5 (00:16:46)

O trecho 5 vai fazer um relato do movimento né da greve dos professores do estado é... no início do ano de 2015 é... e vai fazendo uma análise primeiro descrevendo como é que foi e depois assumindo que foi uma vitória os recuos do governo então esse texto eu não sei, falta um pouco de mediação, eu não sei. Veja, nos no caso do governo do estado, na greve dos professores do estado foi uma greve vitoriosa sim no sentido da greve, no sentido assim de ter, ela durou muito tempo né quando muitas vezes no movimento sindical é fácil entrar numa greve, difícil é sair da greve porque as vezes você sai não com aquilo que você deseja, com aquilo que os trabalhadores desejam então sempre tem aqueles grupos que querem continuar mesmo com a direção e parte do movimento dizendo que tem que recuar naquele momento porque você negociou no limite do que conseguiriam então é... foi uma greve vitoriosa, o governo no que...depois, depois da greve, depois do massacre ele fez chamamentos de concurso público que era uma pauta da greve fez, embora tenha parcelado o reajuste, ele fez os pagamentos que estavam sendo prometidos e fez os enquadramentos que estavam já atrasados então foi uma greve que embora os professores tenham que embora os professores tivessem encerrado a greve, a ideia de que eles estavam organizados ainda e continuavam na luta acho que ficou assim porque inclusive o governo em momento algum, pelo menos essa é a minha avaliação, eu não sou professora do estado então eu acompanhei, eu acompanho o site da APP-Sindicato, o facebook da App, e eu fui percebendo que algumas pautas



foram sendo vencidas num governo que é extremamente complicado, num governo que é neoliberal que defende outras... não defende concurso público, só defende PSS e tudo mais, só PSS. Então esse texto, o trecho 5, ele é muito entusiástico, é assim óh, a vitória. Teve uma derrota sim que foi o saque a previdência né porque assim se a gente olhar o fundo público é onde os governos tem dinheiro né não tem dinheiro pra... mas tem dinheiro na previdência. Esse tem sido um movimento que os governadores e os prefeitos estão fazendo Brasil a fora né. Se a gente ver o orçamento público, vinte por cento do orçamento público tá dedicado a previdência, são reservados em fundo de previdência então os governos assumem muitas vezes e não tem dinheiro no caixa e aquela poupança robusta ali dos servidores, aquilo é muito tentador pra tentar mete a mão mesmo então acho que nesse sentido foi uma derrota porque retirar o dinheiro do Paraná Previdência foi uma derrota mas ao mesmo tempo era para paralisar o plano de carreira dos professores e isso de fato não aconteceu. Ele queria revogar o plano de carreira. Ele queria retirar quinquênio, uma série de direitos que não foram retirados então é no limite do que era possível né porque a gente lida com isso o movimento foi até onde deu em todos os sentidos e conquistou a manutenção de uma carreira boa como é a carreira dos professores do estado. Só a manutenção é uma grande conquista. Não precisa assim...é lógico que a gente quer mais mas manter o que se tinha já foi uma grande conquista.

#### TRECHO 6 (00: 21:31)

O trecho 6 ele faz um relato das, da organização, de como a organização sindical é importante tendo em vista que é... ao longo da história os professores vão e os trabalhadores, os funcionários de escola também vão conseguindo ampliar os seus direitos né então é interessante. Eu tenho essa visão também acho que os últimos anos, os anos 90 foram terríveis né quando o Requião assumiu em 2002 mais de 56% dos professores tinham contrato precário agora, mesmo assim o plano de carreira está paralisado o sucateamento da carreira era algo assim, é... a carreira era...lá eles estavam muito precarizados e o contrato que tinha... muitos desses 56% dos professores não tinham concurso público algum, muitos eram CLT e outros eram Paraná Educação que era uma, uma, que era um contrato é ... temporário, sem vínculo empregatício era uma coisa assim... é diferente de você... Hoje, os PSS tem um contrato praticamente pela CLT então se PSS é precário tu corre o risco de todo serviço com carteira assinada é precário né porque eles tem muitos direitos reservados na CLT então é lógico que a gente defende concurso público e carreira né mas a gente tem contratos precários no Brasil né que o professor fica esperando lá na porta da escola esperando se vai ter aula pra ele dar, se não tiver ele vai embora, se tiver ele entra na sala, substitui qualquer coisa, dá aula de qualquer coisa e ele vai receber no fim do mês o que ele trabalhou não tem vínculo, não tem previdência, não tem nada né então se você pegar a história de luta da APP, a história dos últimos anos e eu acho que a materialização das lutas é o plano de carreira dos professores, o plano de carreira dos funcionários, o programa de formação continuada que foi estabelecido no governo Requião e tinha uma premissa de formação mesmo continuada vincular a formação com as Universidades que é o PDE que perdeu muito de sua característica inicial agora no governo do Beto Richa, mas sem duvida é a APP sindicato que tá dizendo aqui tá dizendo 65 anos, mas esse texto é desse ano mesmo? São 65 anos de luta de organização vários grupos sindicais/políticos passaram pela direção da APP não é uma coisa só, dentro da



APP sindicato. A APP sindicato congrega diversas forças políticas dentro da própria CUT então isso faz ser um movimento ser mais vivo também porque lá dentro você tem forças em disputa também, então não tem muito conformismo. Teve um racha importante na última eleição da APP, um grupo se desvincula, sai e monta outra chapa, um grupo que sempre esteve vinculado a APP sindicato, então aos olhos dos mais leigos pode parecer que isso não é bom, mas isso é extremamente importante, porque é sinal que não tem aquele comodismo, aquele conformismo. Me incomoda mais os sindicatos que tem durante décadas e décadas do mesmo presidente, o mesmo grupo, o mesmo é. Não é, e é assim, claro, aqui está dizendo que graças a nossa organização como sindicato e tem disposição para a luta porque a APP, ela é um sindicato extremamente organizado, portanto consegue fazer a organização dos trabalhadores, mas os trabalhadores da rede estadual tem uma disposição grande para a luta também. E aí se a gente for olhar desde os anos 80, nós tivemos greves imensas que duraram muito tempo, greves muito fortes e greves que tem uma, um histórico de enfrentamento muito grande também, os professores, o sindicato vai para o enfrentamento físico em alguns momentos que é o caso de 1988 e o caso agora de 29 de abril, ou melhor os governos fazem o enfrentamento físico. [DÉBORA: Bem colocado] É [LEITURA DA QUESTÃO EMPAPEL]

#### TRECHO 7

O trecho 7 ele começa assim “(...) que a sociedade brasileira parece não reconhecer que os sindicatos de professores pensam no bem estar de seus membros e não o da sociedade em geral (...)”. Então acho que este texto ele, é eu tenho discordância já de cara assim com ele e ele vai na contramão de outros fragmentos, acho que essa é sua ideia. É eu acho que ele está interessante para a sua pesquisa e agora quando os sindicatos em educação, só se os sindicatos da educação lutassem só por educação pública já estariam fazendo um bem danado para a população em geral. Assim, hoje se a gente pegar o caso do sindicato do município de Curitiba, a gente tem uma lista de espera imensa nas creches aqui em Curitiba, inclusive agora corte das crianças de 0 a 3, corte das matrículas das crianças de 0 a 3 que já é uma demanda reprimida imensa, se a gente for olhar, fazer um histórico breve, pegar os últimos anos. Quem tem feito esse debate com a sociedade é o SISMUC, assim, na mídia, fazendo as reivindicações de creche para a população é o SISMUC. Você vê menos os pais, porque eles estão dispersos e muito mais o sindicato de trabalhadores dizendo: “olha está faltando vagas; olha não dá para ficar 20 crianças com um educador”. Isso porque pode ter a ideia de que a família tendo a vaga muitas vezes está bom. Não interessa se tem 20 crianças para um educador. Se esse educador está doente, se está tomando fluxitina porque está cansado, está estressado. Então, quem faz esse debate são os sindicatos. Eu estou citando o SISMUC, porque é um exemplo concreto. Assim, semana passada o SISMUC estava na mídia dizendo: “Óh, estão cortando as vagas da creche” Então eu discordo o sindicato, é lógico que o sindicato faz. O sindicato por ser sindicato faz a organização sindical, ela é pautada no debate corporativo. O sindicato que não luta por salário não vai ter base. Então o sindicato tem de lutar por salário, mas os sindicatos da educação, tradicionalmente, eles não fazem esse debate somente, nessa pauta, é lógico que é o que mais mobiliza, então para você levar os próprios professores para as ruas por condições gerais para a educação, condições, fora a questão salarial, fora a questão de carreira é mais difícil, então se você fizer uma greve por questões pedagógicas é extremamente difícil. Inclusive, porque a gente

pode avaliar quem/quais, não tenho esse dado, mas assim, se você tem os professores, onde estão os filhos dos professores? Estão nas escolas públicas? Ou estão nas escolas privadas? Qual é a, e é lógico, não posso fazer uma afirmação generalista, mas, no cotidiano, nas redes onde o salário dos professores tende a ser um pouquinho maior, onde esses professores mantêm seus filhos? Então é difícil fazer greve mesmo por condições de, até por condições de trabalho é mais difícil você mobilizar, então você mobiliza, a estratégia é você mobilizar por salário e fazer o debate com a sociedade por pautas maiores, essa é a estratégia do movimento sindical. E é o que a gente consegue fazer, no limite, das nossas possibilidades. Agora quando o professor defende é, você pegar, por exemplo, uma pauta de saúde do trabalhador, a CNTE, a Confederação Nacional dos Trabalhadores, ela vai dizer assim, tem uns estudos da CNTE que dizem que 30% dos professores entrevistados, lá em uma pesquisa era um percentual, amostra, bem considerável. E aí 30% dos professores dessa amostra tinha problemas psíquicos, então o sindicato levantar uma questão dessa: “30% dos professores que estão com os filhos da classe trabalhadora estão com problemas psíquicos”. Então, que ambiente é esse que as crianças estão sendo educadas em um ambiente adoecido, então se você pensa, pensa esse exemplo também. Como não é importante fazer esse debate com a sociedade? Quem faz esse debate? São os sindicatos da educação, então claro que aumentando os salários dos professores, as contribuições, o financeiro do sindicato vai aumentar, isso é importante também, a gente não faz a luta sem dinheiro, um carro de som custa muito caro, uma campanha de lutas, um jornal. Do outro lado, os governos, os patrões, tem muito dinheiro então o trabalhador vai ter, as organizações dos trabalhadores precisam arrecadar, não há problema com isso, então tem de ver (...) há não pode arrecadar (...) não dá, porque sem dinheiro não se faz a luta também né, então é são questões salariais sim, e são questões e só o salário porque é o professor, ele precisa ter acesso a condições materiais decentes, assim como todos os trabalhadores. Mas, ele precisa ter para comprar um livro, viajar, ter lazer para não adoecer e isso interfere na qualidade de educação, salário interfere, carreira interfere, no direito a educação. É isso? Tem mais um...

[lendo uma questão do papel] O trecho, deixa eu ver, quer desligar? Olha esse último texto ele está mais repetitivo, pois fala a mesma coisa que: “os sindicatos do Brasil em especialmente os da rede pública de ensino tem se colocado como os grandes articuladores dos movimentos encitados pelos direitos específicos, [recitando trecho da questão]” Olha eu, assim pensando no trabalho aqui, no texto assim, alguns já deram passo a mais na construção de uma nova concepção de prática sindical é por exemplo a APP sindicato ela faz um debate pedagógico que eu sinto falta em outros sindicatos com muita clareza, com muita coerência ela tem um posicionamento assim o que a APP acha da educação integral, sobre a concepção de educação integral da APP sindicato, concepção de educação do campo, concepções sobre as questões de diversidade étnico racial, a APP vai ter um posicionamento e esse posicionamento, ele ecoa nas escolas, então para um professor que tenha as duas acho que é interessante até para a pesquisa trabalhar. Quando você fizer a entrevista, não sei, você pega a representação que a gente tem da APP sindicato e do SISMAC é diferente. Então, se você pensar a APP tem, ela tem, ela tem uma formação, ela garante uma formação para os associados pragmática e programática, ela vai anualmente fazer cadernos de questões pedagógicas, ela tem uma conferência de educação, ela faz a sua conferência, para além do congresso da entidade que é o momento em que a APP vai discutir as questões burocráticas do sindicato, posicionamento político, organizacional do

sindicato. A APP faz uma conferencia de educação onde são pautadas as, onde são deliberadas (deliberados) os posicionamentos políticos da APP sindicato. Então, e eu acho assim que a gente trabalhar com o exemplo da APP sindicato, avança muito, com o exemplo de uma formação pedagógica. Assim, dos professores ela faz um trabalho interessante nesse sentido, outros sindicatos não consigo avaliar assim, eu sinto falta, mas eu acho assim. Aqui fala que especialmente, eu acho que exclusivamente os da rede pública para fazer esse debate com as políticas sociais mais amplas, os sindicatos, o sindicalismo docente tem feito isso no Brasil. Faz um debate que está articulado a outros movimentos sociais e faz o debate com pauta gerais da sociedade, em defesa assim, escola pública, saúde publica, serviços assistenciais e previdência social. Essa ideia de que o sindicato está o sindicato da educação está fazendo a luta mais geral acho que ele repete em vários segmentos em vários trechos, acho que deveria limpar e acrescentar outros elementos assim. Eu acho. É que eu não sei direito como que é tua pesquisa, os sindicatos da educação eles tem feito essa, que a gente conhece aqui, vinculação dessas políticas com a defesa de outras políticas públicas, mas você já pensou dependendo de quem você vai entrevista, porque eu vejo isso, para a base da APP sindicato isso fica claro, para muita gente assim, mas a base do SISMAC, é uma coisa meio assim, é eu vejo que assim é será que a nossa organização tem de estar vinculada a outra central tem de estar vinculada a confederação. Então talvez você pudesse acrescentar um trecho que falasse sobre a vinculação, a organização dos trabalhadores em nível local, nacional, tá bom. Para dar essa ideia de que. Então substituir um desses textos que está repetitivo que fala sempre desta questão do sindicato assumindo lutas mais amplas da sociedade, tá isso é bem importante estar, não estou dizendo que não é, mas fazer essa vinculação, o sindicato, as centrais sindicais e no caso a confederação, porque as pessoas que você vai entrevistar tem essa ideia de que isso é importante? Porque assim, aqui em Curitiba o nosso as nossas questão vinculadas as questões de carreira e salário não dizem respeito somente a prefeitura de Curitiba tem uma lei que garantiu aposentadoria especial para pedagogo, a lei do piso, da hora atividade, lei nacional, nos os professores daqui vamos sair daqui ir até Brasília, quanto custa isso? Então a CNTE faz isso em Brasília. Então, acho que é importante colocar isso. E eu acho que essa última aqui que fala: “cita o trecho destacado” O que seria essa pratica, nova prática sindical, o que esse trecho tá chamando de nova prática? [DEBORA RESPONDE] Então talvez um trecho que falasse, por exemplo, de uma prática pedagógica, de uma questão específica que o sindicato se envolve [DEBORA SUGERE EXEMPLOS] é isso, essas coisas, você pode colocar essa mais polemicas assim, mas você pode colocar a concepção de educação de sociedade, achar alguma coisa nesse sentido. Pois alguns vão dizer que o sindicato tem de se preocupar com questões corporativas. [DEBORA: MAIS ALGUMA COISA? Você acha que esse trecho acho que, o segundo, esse da crise mundial, você acha que é válido ou não sei?] Esse é o discurso, um discurso mais da esquerda bem esquerda então, já é uma coisa na conjuntura da APP sindicato você não vai ver esse texto, mas eu acho interessante deixar, porque você capta eu achei interessante, as escolhas estão boas, esse daqui da onde você tirou? [DEBORA: esse aqui é do economista da Veja o NOME DO ECONOMISTA é um texto falando mal do sindicato, justamente para se contrapor] Bem cara da Veja, mas eu acho interessante deixar para ver. [DEBORA: ENTÃO É ISSO?] Obrigada.

## APENDICE 3 – ENTREVISTA 2

### TRECHO 1

Eu não concordo que são organizações poderosas, se fossem organizações poderosas esses sindicatos ajudariam a mudar o perfil do ensino no Brasil, né. Primeiro, que eu não concordo que são trabalhadores em educação. Eu trabalho no ensino e quando um pai me pergunta como é que tá a educação do seu filho eu digo que não sei. Eu digo: Me entregue um filho bem educado que eu te entrego um filho bem ensinado. É o primeiro argumento. E nesse sentido que eu discordo que são organizações poderosas também. Porque se fossem organizações poderosas já teriam ajudado a mudar o ensino no Brasil. Ok? Posso ir pro dois?

### TRECHO 2

Isso é verdade. Eu ia fazer um comentário errado aqui. Vou comentar sobre o dois. Se alguém achou que o Brasil, por fazer parte dos BRICS estava imune a crise mundial não entende o que é globalização. Pela crise mundial todos são afetados. E se os sindicatos pensavam assim estavam mais errados ainda, aliás os sindicatos deveriam se atualizar nesse sentido. Agora, todos foram atingidos, não só o Brasil, nem só Portugal, nem só Espanha. E crises sempre existiram. Nos últimos 300 anos, tivemos 300 crises, praticamente uma por ano. **Você poderia dar uma explicada no sentido que você disse que o sindicato precisa se atualizar?** A questão dos sindicatos é que faltam não só para os sindicatos como pra maior parte das pessoas é entenderem que o mundo dos anos 2000 é completamente diferente dos anos 80. Os sindicatos continuam agindo, continuam atuando como se eles ainda estivessem na década de 80. Essa que é a bronca. Esse é o grande problema. Os sindicatos precisam se atualizar. Embora eu apoie maior parte dos sindicatos, eu admito que eles estão atrasados no ponto de vista de desenvolvimento, de atualização da chamada globalização. Não adianta criticar a globalização e não se atualizar. **Você diz se atualizar no sentido de estuda-la?** Em termos de atuação, em termos de como promover uma greve, como promover uma reivindicação, tudo isso precisa ser atualizado dentro dos sindicatos. **Você diz a forma de fazer o sindicalismo?** É. A forma de fazer e a forma de agir também, né? A forma de agir, a forma de atuar, a forma de arregimentar mais sindicalizados. É nesse sentido. Entenda isso, no sentido da atualização. **Você propõe assim uma reforma?** Por exemplo, essa ideia de que foram iludidos, foram iludidos porque não entendiam o que era globalização. Por que fazer parte dos BRICS não significava uma chancela de que tudo daria certo. Ok?

### TRECHO 3

Olha, não tenho a menor dúvida de que é importante se sindicalizar ou contribuir com o sindicato ou participar mesmo não sendo sindicalizado quando existe uma convocação. Sindicato é uma forma de luta, mais se não se atualizar como aconteceu na minha fala anterior, em termos de globalização, o sindicato só vai perder mais gente. É importante, só que não da forma que está. Sem atualização não vai resolver nada. Atualizar o discurso, atualizar a forma de agir, atualizar a forma de arregimentar outros membros e até se unir a outros sindicatos porque o

professor sindicalizado, qual a diferente na luta do professor com a luta do bancário porque o bancário tem um filho que tá na escola ou o bancário tem um irmão que é professor e assim por diante, talvez essa união possa alterar essa estrutura. **A união entre categorias?** Isso, a união entre categorias pode ser um caminho. Por enquanto está uma luta por poder apenas. **Você poderia falar um pouco sobre porque você se sindicalizou?** Eu não me sindicalizei, embora eu apoie e estivesse presente em todas as greves desde 1993/1994, não vou lembrar direito. Mas, mesmo estando na greve não concordava com algumas coisas do sindicato, mas eu ia lá porque eu achava que ele merecia o meu apoio, mesmo tendo críticas e todas as vezes que me perguntaram: - Você é sindicalizado? Eu dizia não! Por que você não se sindicalizou? Porque eu entendo que precisa haver uma mudança. Ai fica o meu protesto. É uma forma de eu protestar, mesmo apoiando a luta, é uma forma de eu protestar diante da minha categoria.

#### TRECHO 4

Essa ideia do tratoração, essa ocupação da forma que foi feita foi um momento que nesse caso, eu vou falar da APP em especial, ela estava extremamente atualizada com a situação e conseguiu até repassar a informação de forma clara para os professores e a população inclusive apoiou. Foi o que há muito tempo a APP não tinha esse apoio da população. Então, o conflito chamado de tratoração foi um exemplo de atualização que precisa ser levado para todos os assuntos do sindicato. Uma coisa muito boa que aconteceu dentro da APP. O tratoração foi uma coisa importante que aconteceu e o mostrou sindicato pode se atualizar e pode ir além de questões ideológicas simplesmente e ficar atento com os deputados, com os vereadores, com os senadores e todo o restante do poder legislativo, dizendo olhe. Aqui não foi, por exemplo, somente os professores que se mobilizaram. O sindicato conseguiu mostrar para a população que tinha um problema sério que estava sendo mexido na lei e que precisaria não de uma categoria e sim toda uma população que sofreria com isso. Esse foi um bom exemplo, que eu apoiei inclusive. Eu estive lá presente inclusive.

#### **Ao que você atribuiu esse triunfo do sindicato?**

Eu também me pergunto. Eu não sei se foi a maneira como foi explicado. Uma maneira simples e daí arregimentou os professores pra ir até lá porque você pode ver que praticamente não... é, da maneira que foi feito era pra ter sido uma depredação terrível e não aconteceu, praticamente o dano ao patrimônio público foi terrível pelo tamanho do problema. Eu acredito que, eu to chutando aqui, não tenho nenhuma resposta científica, mas eu acredito que foi passado de uma maneira simples, olha, é desse jeito e eles querer fazer dessa forma, se acontecer essa mudança você vai ser prejudicado nisso, nisso e nisso. Então ficou fácil de entender que seria extremamente prejudicial. Foram pra rua e automaticamente e a população entendeu porque todo mundo que passava por ali buzina em apoio mesmo tendo o trânsito da sua vida complicado. Quem estava rodando por ali, um ou outro reclamou, na maioria houve apoio e tanto é que depois disso caiu a popularidade do governador. É só olhar as pesquisas, eu não sei, mas ele não se recuperou mais depois daquilo, era uma pessoa praticamente uma pessoa no país mais bem avaliado que tinha os melhores índices de aprovação, popularidade. E aquilo veio caindo e não voltou mais. Mesmo ele tendo retirado o projeto. Repito. Essa não é uma resposta científica. É uma percepção de que foi explicado de uma forma que todos entenderam e sem o apoio da população aquela lá não valeria nada.



## TRECHO 5

Perfeito. Aquilo que eu já havia falado antes. O discurso, nesse caso, da APP foi tão bem feito que mesmo aqueles que não poderiam vir para Curitiba fizeram focos, fizeram células de protestos dentro do Paraná que fez o governo recuar mesmo dias antes ele dizendo que jamais recuaria, que aquilo era definitivo. O governo fez uma propaganda pesada na televisão e teve que voltar aquele projeto então talvez a palavra aí seja a APP conseguiu reunir além de Curitiba, células dentro do estado e mostrando um pouquinho de politização porque os professores tem problemas entre aspas com politização. E nós no ensino temos problemas. Pode ver que essa palavra educação todos nós usamos, mas uma coisa é que professor não tem que educar. Ah, mas você dá exemplo. Damos exemplo independente de ser professor ou não e nós insistimos nessa palavra educação. A APP insiste. Nós não evoluímos. Ensinar já é difícil e ainda querem que eu eduque um menino, uma menina e assim por diante.

## TRECHO 6

Discordo que nós tivemos conquistas. Dar o Álvaro como exemplo. A APP conta tanta vantagem: o Álvaro Dias, o Álvaro Dias, o Álvaro Dias. Ele foi eleito senador quantas vezes de lá pra cá? E pode voltar agora como governador. Não entendo isso como conquista. Eles estão se vangloriando de uma coisa que eu não entendo como verdade. **Você consegue visualizar conquistas em relação a salário, hora atividade, coisas que remetem mais aos professores?** São conquistas mínimas, mínimas. Tanto é que o último resultado do PISA nós ficamos em se eu não me engano em penúltimo ou último lugar. Mesmo que ficássemos entre os 10 últimos, as conquistas são insignificantes ou nós admitimos que estas conquistas são insignificantes ou admitimos que estas conquistas foram boas e não resolvemos nada porque não conseguimos transferir estas conquistas para o ensino, basta ver o resultado do PISA. Aí estou trabalhando com dados científicos. Nós não mudamos nossa nota no PISA. Se nós não mudamos nossa nota no PISA não teve melhora no ensino. Nós não tivemos melhoras no ensino porque não tivemos conquistas ou porque os professores são ruins? Daí eu não tenho a resposta. Só tenho a pergunta. E nós como classe devemos perguntar. **Mas, você não consegue visualizar conquistas trabalhistas?** Sim, eu posso até citar esses números pra você, mas de que isso me serviu? Eu não entendo que isso foi uma boa conquista, professor briga por meia-entrada no cinema, num teatro. Eu não quero pagar meia-entrada num cinema, eu quero ter dinheiro para pagar uma entrada inteira. **Perfeito.** E quando me pedem o contracheque quando vou ao cinema para pagar meia, eu não queria ter dinheiro só para pagar meia, eu queria ter dinheiro para pagar inteira, essa seria a minha conquista. **Nossa, me surpreendeu.** Eu queria ter dinheiro para pagar inteira e nós brigamos para pagar meia, estamos brigando pela coisa errada. Eu entro na sala e falo para meus alunos: parem de brigar por meia-entrada, parem de brigar por coisa pobre, vocês tem de ter ambição e brigar por coisas que façam vocês se sentirem bem, você tem de ter dinheiro para pagar a inteira, porque se eu pagar a inteira eu estou valorizando o profissional do espetáculo que eu estou assistindo, seja do futebol, seja do teatro, seja do cinema. Engraçado, eu quero ser bem pago por uma aula, agora imaginou você querer entrar aqui e pagar meia aula, para mim? **Não.** Eu posso estar errado, mas é minha leitura. **Não é justamente essa**

**diversidade de leitura que é que eu estou buscando, eu não estou buscando o certo e nem o errado, nem o politicamente correto, eu estou buscando realmente o que é que você pensa, que ideias que você tem sobre o fato. Então tá.**

#### TRECHO 7

Esta ideia aqui que a sociedade brasileira não reconhece os sindicatos de professores que não pensam no bem estar da população e essas questões está associada a questão anterior, porque se nós professores brigássemos, olha eu não quero pagar meia eu quero receber um salário digno para eu pagar inteira, porque eu valorizo depois o teatro, valorizo o futebol, valorizo qualquer show ou qualquer outra coisa. Eu ganharia talvez mais apoio da população neste sentido, nós professores precisamos mudar o discurso, eu não estou aqui para educar, estou aqui para ensinar. Me entregue um filho bem educado que eu te entrego um aluno bem ensinado. Então talvez a população venha a nos reconhecer porque quando a população vê o retorno, resultado do PISA, como aconteceu agora no dia 12 se a (...) é dia 10 ou dia 9 não lembro o último dia que vi isso. É, nós perdemos a moral de reivindicar qualquer coisa, em Matemática nós somos o penúltimo país do mundo. Quantas aulas de matemática tem por semana? Tem 4 aulas, quantas aulas de português tem por semana? Pelo menos 6 ou 4, são as disciplinas que mais tem e mesmo assim não resolve o problema. Ou seja, não é o número de aulas que o aluno vai aprender ou não. Nós professores não procuramos inovar para mostrar a população que nós somos bons, nem uma empresa vai me procurar para dizer: olha, minha empresa vai muito bem eu quero te contratar e vou te pagar bem para você ficar trabalhando para mim. Quando uma empresa me procura já vem contar uma desgraça. Esses tempos me chamaram para fazer um serviço, não era para falar que estava tudo bem, era para falar que estava tudo errado, dá para consertar? Dá, se eu consertar eu ganharia alguma coisa com isso, se eu não consertar. Estou falando de uma empresa ligada ao ramo do ensino, não vou citar o nome aqui por questões né. Ninguém me chama quando está tudo certo, se eu resolver o problema eu ganho, caso contrario eu não tenho direito. Nós professores e o sindicato não aceita avaliação. **Que quesitos, por exemplo, seriam avaliados?** Ah, desde a questão do conteúdo, de estratégia e de resultado, por exemplo, dos meus alunos na prova do ENEM. Isso seriam avaliações. (...) como os alunos estão como eles vão indo, como eles estão atingindo. A nota que meu aluno tirou no ENEM, ele reflete a nota que ele tirou comigo durante o ano? **Isso você está se referindo ao âmbito dentro da sala de aula. Certo, mas eu queria saber, se você acha que a pratica sindical deveria ser avaliada?** Há claro que sim. Não precisa ter nenhuma avaliação formal, mas um sindicato precisa se auto-avaliar, ele precisa perguntar a seus membros o que está errado, eu nunca vi isso, nunca participei de uma pesquisa. **E o que você acha que seriam os pontos que precisariam ser revistos?** Estratégias de reivindicação, estratégia de projeto para melhorar, o que o professor quer? Será que realmente, um exemplo simples, será que vale a pena brigar por meia-entrada para o professor. Será que vale a pena brigar apenas pelo salário? Que não é pouco, mas não tem outras coisas que justificam depois a briga pelo salário? Por exemplo, uma formação mais adequada, um novo modelo de ensino, o nosso está atrasado em muito, é só ver por todos os resultados que aparecem, por exemplo, no PISA, aparecem no ENEM, 3 milhões de pessoas não atingiram nota 4 ou 400 pontos, quem que está errando aí? É o conjunto, é o



professor é o governo, é a família. O sindicato precisa talvez bolar uma estratégia em cima disso.

#### TRECHO 8

Olha, por exemplo, eh eu não encontro golpe a favor do desenvolvimento do Brasil. Primeiro que essa história de golpe ou não golpe, em tese, eu não sou a favor ou contra o impeachment, mas não foi, não tem como não cumprir o que planejou, a população tem de brigar para que ele seja retirado. Então eu não sei se a palavra golpe caberia aqui. Repito votei na Dilma, votaria de novo se fosse como hoje. Mas não teria problema nenhum em tirar um governo que não cumpre o que fez. A questão de reivindicar melhores condições de vida. Isso é uma lógica que a gente tem de continuar brigando, só tenho dúvidas da forma como se está reivindicando não é a mais correta. Não estamos brigando por melhores universidades, não estamos brigando para que os professores ruins sejam avaliados também, não estamos brigando para que os professores que pararam no tempo. Eles trabalham em tese na melhor escola pública do Brasil e a melhor do Paraná, sem dúvida e mesmo assim lá tem problemas com professores. E eles não aceitam ser avaliado, então o sindicato deveria brigar por isso também para ganhar até mais, é, apoio da população. A população vai nos apoiar se nós brigarmos por melhorias no ensino, a medida que admitimos que temos erros e vamos melhorar. **E como que você vê o papel da CNTE junto aos outros sindicatos?** A confederação nacional dos trabalhadores ela tem o seu poder de argumentação, mas ela está como qualquer outra instituição ainda atrasada na leitura que eu faço, olhando o discurso desses dirigentes até dos termos que eles usam na hora de brigar por uma determinada categoria, por uma determinada classe. **Mas você vê importância, assim, do sindicato estadual?** Do jeito que está não se vai longe, não se conseguirá nada, mais significativo e vamos ficar achando, né, que 20% de hora atividade ou uma ampliação, uma reposição aqui e acolá é uma grande conquista. Isso acaba criando uma bandeira de uma diretoria que não significa nada ao longo do tempo, tanto é que se você olhar o próximo concurso que se tem para a prefeitura. É claro que estamos falando de estado, de professores e para enfermeiro, você vê que o enfermeiro está ganhando mais que o professor e para que os enfermeiros cheguem lá eles precisam passar pelas mãos de professores. Se a gente olhar o último concurso que a prefeitura de Curitiba abriu no dia 12, o enfermeiro ganha um salário mais alto que o professor. **Entendi.**

## APÊNDICE 4 – ENTREVISTA 3

### TRECHO 1

**Então o que você tem para me dizer?** Do primeiro trecho eu concordo com o trecho. Por que a questão é que daí a educação repercute bastante na questão social, né? É porque que nem a greve que teve no ano passado. É no começo os pais estavam apoiando bastante os educadores, porque sabe das causas sabe do que é justo, mas a partir do momento que o filho fica muito em casa começa a incomodar. Daí não sabe com quem deixar, quando vai trabalhar e na escola eles sabem que os filhos estão seguros. Então, eu acho que repercute na questão social também. **Mas, você acha que o sindicato é uma organização importante?** Acho, acredito que sim. **Por quê?** Porque, precisa né? Na verdade não só na questão da educação. Por que todos os setores precisam de um órgão que atenda, as, os anseios dos trabalhadores que seja uma liderança, um porta-voz que organiza a luta que esteja a frente, que chame, que motive. Por que se não tiver uma organização para liderar e organizar, para convidar, motivar a luta, a gente vive numa sociedade cada vez mais egoísta, né. E se não tiver alguém que ajude a organizar, daí a gente vai ficando cada vez mais isolado. **Então você acredita na força dessa organização?** Sim, hunrum. **Então beleza.**

### TRECHO 2

Eu achei um trecho difícil, porque assim muito pouco eu estou lendo, tipo assim, a respeito. Mas acredito que a crise que a gente está enfrentando ela repercute no sindicato porque o sindicato tem uma bandeira de lutar contra os exageros do governo e o governo por sua vez, ne por estar enfrentando a crise tenta aumentar os impostos da população tenta arrecadar dinheiro de todas as formas. Tirando benefícios dos trabalhadores e também, né, dos trabalhadores da educação para que ele consiga arrecadar mais dinheiro, né, e tentar sanar um pouco das dificuldades do próprio governo. Então eu acho que o sindicato é sindicato porque eles estão em prol dos direitos e para não perder benefícios dos trabalhadores. **Perfeito!** Eu entendi dessa forma, é difícil. **Essa é a ideia dificultar um pouquinho para a gente saber coisas que estão mais implícitas na situação do país.**

### TRECHO 3

Então sobre a importância de ser sindicalizado. Eu acho assim que tem coisas que tem de fazer parte do educador para que ele se sinta, como posso te dizer, assim, lutando também junto, se eu não faço parte de uma diretoria ou liderança, mas eu faço parte, se sou sindicalizada, eu estou ajudando também tomando parte das discussões, indo até a luta, promovendo também a busca pelos direitos. Se eu cobrar e não for sindicalizado parece que é um pouco sem sentido. Claro, que a gente se decepciona, tem coisas que poderiam ser melhores. Mas, se a gente se afastar e fizer e conta que não é com a gente, eu acho que é pior. Então, a importância e ser sindicalizado é essa, para estar junto, para ficar a par de todas as lutas, ficar a par do que acontece, saber cobrar, a quem exigir as coisas, estar junto participando para sugerir melhorias. Então, ano passado, por exemplo, eu fui a todas as assembleias que teve, em todos os atos que teve, né, no período de greve, eu

não fiquei acampada porque eu tenho uma filha pequena, mas durante o dia, eu ia lá e ficava na praça, eu acho que a gente tem de mostrar que a gente quer mudança, porque o cômodo é ficar sentado em casa, assistindo e vendo as notícias só. Mas, quando você passa a atuar você passa a entender um pouco, tem o pessoal que critica o sindicato, mas, eu estou junto se estou conhecendo o que eles estão fazendo, todo esse processo, eu vou apoiar mais, vou entender, e vou estar mais segura para sugerir mudanças. **Você falou um pouquinho que as vezes você se decepciona, você poderia citar, mais ou menos, explicar melhor o que você quer dizer?** É na verdade é assim, é que quando a gente está junto, a gente vê: ah não, porque eles vão sozinhos, porque eles estão esperando aquilo? Que nem as vezes: porque não invadiu ainda? Ou: porque decidiu agora pelo fim da greve? Entende? Tem coisas que a gente tem tipo técnico de futebol, né, todo mundo é, todo mundo acha que pode dar uma opinião. Então, é nesse sentido assim, coisas leves assim, né, que, ah se eu fosse, né, poderia ser diferente. Mas, a gente precisa aprender que o processo democrático é um processo lento que vem à longo prazo e não na hora imediata que a gente pensa.

#### TRECHO 4

Esse trecho eu adorei. Hoje coincidentemente faz um ano exatamente que a assembleia foi ocupada, né, na primeira greve no ano passado. Eu estava lá junto, também, eu via a manifestação do povo, então eu acho que isso gerou um sentimento tão forte, né, que quem estava lá sabe, né, um sentimento de nossa de luta, de conquista, de não é assim que se faz, não é aceitando tudo, um sentimento de um ajudando o outro, então foi uma coisa assim, importante, muito importante pelo qual a educação passou. Necessária, extremamente necessária, porque, além desta questão de resgatar essa busca, essa luta pelos direitos de não deixar os políticos fazerem, mandarem o que quiser sobre a gente, o sentimento de compaixão de ajuda ao outro, né, a preocupação, o pessoal correndo. Então, isso foi muito forte e que culminou tanto né em abril quando soltaram as bombas que deu toda aquela confusão da polícia com os professores, então, assim, um ajudando o outro, um levantando o outro. Durante o acampamento passando água, passando comida, se revezando doando as coisas. Então, acho que esse foi um sentimento muito importante que os professores reviveram até aquele folego, aquela coisa todo mundo cansado. Os políticos massacrando a educação porque querem, desmandando a torta e direita. Esse sentimento, assim, revigorou a força do professor, né, que ainda há chance, há esperança e que a gente consegue mudar, foi muito importante para a educação. **E você atribui algum papel do sindicato nesse revigoramento dos professores?** Sim, que nem na pessoa da Marlei que o pessoal se espelhou mais, na garra dela, assim, acho que é importante a liderança do sindicato para essa motivação, porque a gente participou das assembleias e viu todo o empenho que eles fizeram para a luta ter continuidade para a gente estar junto. E tinha assembleia que reunia milhares de pessoas era muita, muita gente. Então acho que foi importante. **Você vê alguma ligação com mais outro órgão ou outra entidade fora o sindicato para que tudo isso acontecesse?** Assim, durante os acontecimentos, é claro que tem outros movimentos, partidos políticos de esquerda, né, que tentam se aproximar e aproveitar, mas isso foi tudo muito conversado em muitos momentos. Aceitava-se o apoio, mas era uma luta dos professores e tinha bandeira, tinha faixas. Porque o pessoal, assim, aproveita o momento para fazer propaganda do seu partido ou do seu movimento também. E

precisa também somar forças, não sou contra esse tipo de participação não. Sendo pedido e estando fora os oportunistas que só querem a oportunidade e nada de ajudar, mas aqueles que querem somar forças, querem dizer que estão juntos contra o governo. Eu acho que é válido. **E alguma ligação com a população civil em geral?** Sim, foi feito panfletagem, propaganda, diversos vídeos nas redes sociais convidando a população para participar, explicando o porquê, tinha até uns vídeos muito bonitos falando sobre a luta dos professores e o que que isso representa, no caso para o filho que está na escola. Eu acho que foi feita um amplo trabalho do motivo da greve. **Você vê alguma diferença na prática sindical anterior a esse movimento e depois, se houve assim uma mudança do sindicato em atuar?** Eu vejo que o sindicato também deu um revigoramento para eles, acho que mudou bastante a postura deles. Na verdade, é a mesma chapa, né, que daí teve eleição e permaneceu a mesma. Acho que mudou alguns dirigentes e só, mas acho que para eles também foi importante, porque, assim, eles começaram, mas a população (os trabalhadores) acolheram isso e um deu força para o outro. Eles lideraram a gente, mas ao mesmo tempo a gente também com a participação e com o volume de gente foi participando e fez com que o sindicato fosse mais longe também.

#### TRECHO 5

Eu acho que acabei falando um pouquinho sobre esse trecho aqui. Do dia 29, eu estava lá também, eu vi quando começou tudo, a correria de quem estava mais a frente, então, assim, não sabia se corria a favor ou se corria contra de medo e acabei correndo junto, me afastando, pois os professores com quem eu estava junto estavam com medo, mas aquele sentimento, assim que agora vai! Agora a gente né, por mais que tenha os sacrifícios, mas a gente vai mostrar para esse governo que a gente pode, que a gente está aqui e que a gente não quer isso e que vamos lutar até o fim. Foi assim, uma lastima um absurdo o que o governo fez, de usar a força policial, até tinha alguns colegas, amigos, conhecidos que são da polícia e que eles se revoltaram, assim, conversando particularmente que o governo também maltratou eles, deixando-os de pé 24 horas sem comer, fazendo ali a tomada da assembleia para não deixar ninguém entrar, então assim, o governo prejudicou ambos os lados. E foi assim, uma tragédia que teve de se consertar com outras equipes de trabalho, daí. Mas, foi um sentimento que não vai morrer nunca mais que vai ser lembrado até o fim de tudo, né, da carreira da gente, porque a gente sempre vai ter essa lembrança do que foi feito. **Você acha que o sindicato tem que proceder assim pressionar o legislativo de forma mais?** Eu acho que tem momentos de resistência que são mais impactantes para ambos os lados, somos humanos e toda aquela coisa, a gente se sentiu muito ofendido, muito humilhado de saber que o processo democrático que a gente não poderia participar e que o governo estava impedindo com força policial e que eles estavam armados e sabendo que os professores não havia defesa nenhuma, era o peito e a coragem. Então é difícil, você ia fazer o que? Ia ficar parado, estão roubando seus direitos lá dentro e você ali fora cantando e ali parado, então acho o momento de avançar teve de ter sim teve de ter, graças a Deus coisa pior não aconteceu, mas acho que foi necessário.

#### TRECHO 6

Então, à respeito do 6 que começa falando do sindicato e dos 65 anos que completa esse ano. Acho que durante a greve do ano passado, principalmente, foi muito

importante, porque nas assembleias a gente fazia memória histórica do que o sindicato já havia realizado, das lutas dos professores, foi feito um momento histórico de 88 quando os professores também foram a luta, no governo do Álvaro Dias, então assim, acho que todas essas conquistas devem ser lembradas e tem de servir de força para então para que a gente possa avançar ainda mais na busca por direitos, então acho que conhecer a história e ver o que a gente tem, motiva mais para a gente seguir em frente. **Então quem sabe o professor que não tem conhecimento da história ele talvez não tenha uma prática sindical diferente, porque não conhece?** Talvez participe menos, daí. Talvez participe menos por conta disso, por conta da falta de conhecimento e de achar que as coisas começaram do zero, né, a gente ouve bastante papo dentro da escola, das opiniões, assim, né adversas em relação aos sindicatos. **Talvez sabendo da história ele possa enxergar de fato os avanços?** Isso é, então acho que o professor novo começa agora com trinta e três por cento de hora atividade e ele não conhece o histórico, ele não vai sentir que isso foi uma grande luta em relação ao professor que começou a mais tempo e que tem hora atividade e não tinha, né. Não tinha tempo de estudo e que era todo o tempo dentro da sala de aula. Então é importante conhecer a luta por educação.

#### TRECHO 7

Em relação ao trecho 7 então eu concordo porque o sindicato também tem interesses políticos, porque é assim, essa busca de trabalhar com as pessoas, ser uma liderança, tomar decisões, isso é política, pode não ser de fato um partido político, ser um cargo político, mas uma ONG, um sindicato, as pessoas que estão fazendo política, estão tomando decisões, estão buscando algo em comum. E acredito que o sindicato nesse sentido também tem interesses próprios. Então, todos são ótimas pessoas é não para a gente falar que: lá no sindicato o pessoal é perfeito, o sindicato é perfeito. É um órgão importante sim e quanto mais participação, mais próximo daquilo que a gente quer que ele nos represente, ele vai ser. Mas, a gente não pode se iludir, tem interesse do sindicato sim, em aumentar o salário de um professor, porque o sindicato cobra mensalidade em cima de uma porcentagem desse salário então quanto maior o salário, maior essa porcentagem, mais dinheiro o sindicato vai ter para fazer as coisas e a gente viu na greve do ano passado tinha camisetas, água, adesivos, estrutura que foi montada para o acampamento, então muita coisa saiu do bolso da contribuição dos professores, então tem momento que necessita de dinheiro. Claro, tem de participar, tem de tomar cuidado para que não se torne também um órgão corrupto. De desvio essas coisas assim, mas eu acredito que as coisas serem caras por precisar de dinheiro, eu acredito que o sindicato deve ter uma segunda intenção também no aumento do salário, porque ele precisa de dinheiro para se manter.

#### TRECHO 8

Então o último trecho fala do ato que teve no dia 11 né? **Na verdade essa notícia é antiga, eu peguei ela mais pelo sentido, não pela data, ela já aconteceu.** Eu achei o dia certo, dia 11, então eu acho que a luta, essa mobilização, que os outros estados façam por condições piores que a nossa, eu acho que elas devem ser feitas sim. Hoje, por exemplo, que faz um ano do que a ALEP foi ocupada teve adesivação por Curitiba e eu acho que essa divulgação essa agenda de compromissos que o

sindicato tem, tem de ser mantida, tem de ser divulgada, e quanto mais pessoas participarem melhor, né. **E como é que você vê o papel da CNTE?** Eu acho que assim, eles tem de estar a frente, tem de participar, porque esse é o trabalho deles, motivar essa luta, motivar a luta pelos direitos, não deixar morrer aquele sentimento de esperança. Então, os trabalhadores no sentido geral, não só os da educação, eles são muito atacados, pelo governo, pelos desmandos pelos políticos corruptos. Então assim, órgãos precisam estar a frente, precisam acompanhar e tem de dar uma estrutura e tem de dar um respaldo para todos os sindicatos, todos os órgãos que fazem a luta pelos direitos dos trabalhadores. **Você teria alguma coisa a mais para compartilhar sobre tua visão sobre o sindicato? Alguma crítica? Você teria mais alguma coisa para falar? Que você gostaria de adicionar, ou que a entrevista não pegou? Gostaria de compartilhar alguma crítica, alguma coisa que você acha que deveria ser mudado, reformado?** Olha, eu acho que não assim, que eu pense agora, eu acho que acabei falando as coisas que eu gostaria para você. Eu acho que não tenho alguma coisa que eu deixei de falar. **E você a tua relação com o sindicato é que você é sindicalizada?** Sou sim. **Mas você nunca participou de uma diretoria, alguma coisa assim?** Não, não, por enquanto não tive interesse, sempre que teve assembleia eu fui, no momento da greve participei, quando eles vão a escola, nas reuniões e nos encontros eu participo também. Mas, assim, de diretoria essas coisas assim, não tive interesse, tenho bastante afazeres sabe, acho que não é hora. **A quanto tempo você é sindicalizada?** Acho que há uns três anos. **E você se sindicalizou logo que concursou ou não?** Não, na verdade tentei porque eu sou concursada há seis anos, eu tentei mandei as fichas tudo, daí demorou em me darem um retorno, daí acabei deixando, daí no dia que eles foram na escola, eu preenchi a ficha direto com eles tudo, daí deu certo de começar a ser descontado da fonte.



## APÊNDICE 5 – ENTREVISTA 4

**Então você compreendeu como funciona a lógica da entrevista?** Bom a lógica em sim, não sei se compreendi totalmente, né, mas, é, legal deixar de uma forma mais, acho que você pode conseguir de uma forma mais ampla, né. **Então, é assim, você lê o trecho, não precisa ler para mim em voz alta pode ler só para você, uma leitura silenciosa, e aí você explana sobre o que você quiser, você divaga sobre o que você quiser em relação ao sindicato.** Isso eu compreendi, eu até montei um esboço em um papelzinho aqui, mas só com os tópicos, sabe. Não sei, se poderia fazer isso, mas eu não li nada a respeito, eu só li os trechos, sabe. **Isso é o que importa, é o principal. Eu só não queria que você se baseasse numa literatura específica, sei abriu-se um artigo, aí e começasse a ler sobre o assunto.** Não li nada a respeito, só fiz um esboço aqui sobre os trechos, para não ficar pegando trecho e lendo novamente, sabe. Mas, o texto está em mãos e está bem fácil. Só último trecho que eu não cheguei a ler ainda e que preciso ler, trecho 8, mas até o trecho 7 eu li todos, mas eu não li nada a respeito, nada que não tenha saído na mídia e que todo mundo sabe mais ou menos. **Haaa, então tá. Então se você quiser começar, eu só vou pedir para você que quando você for começar o trecho ou mudar o trecho, você me avisa, não passa direto, para mim ter bem delimitado o que é o 1 o que é o 2, o que é o 3, etc.** Em relação ao trecho 1, primeiro que os trabalhadores da educação, professores, poderiam se organizar melhor, inclusive para fortalecer os sindicatos, porque através dos sindicatos, é possível reivindicar melhorias para a educação. É, continuando, que no final do trecho tem uma citação que fala que as crianças estarem na casa dos pais, acho que muitos pais de alunos não entendem as reivindicações dos professores, em relação a educação, só questionam e não concordam com as ações, né. **Porque você acha que eles não entendem?** É porque muitos acham que é só com relação a salários que normalmente as reivindicações são com relação a salário, mas existem várias outras reivindicações e a principal, normalmente, são as melhorias na escola, parte estrutural, número de funcionários que normalmente é escasso. Então, imagine que se um aluno, se para um pai de família, uma mãe de família é um inferno o filho estar em casa, o que será da escola. Se é um inferno, uma criança estar dentro de casa, o que será da escola se o pai tem essa mentalidade? Eu acho que os pais não devem deixar os filhos na escola com intuito de se livrar do aluno, eu acho que esse não deve ser o objetivo de pai nenhum, né? Primeiro, eu não tenho filhos, mas eu acho que o objetivo de um pai e uma mãe, primeiro é educar colocar as rédeas, as formas de conduta, educar a como ter respeito. A partir disso, eu acho que desenvolve-se uma educação. **E em relação ao trecho que está escrito: “os trabalhadores em educação criaram poderosas organizações” o que você acha?** Eu acho que não é tão poderoso assim, eu acho que as organizações, os sindicatos, ainda deixam muito a desejar. Ainda não são bem organizados, existem fins políticos por trás do sindicato, existem muito interesses individuais. Então acho que precisa ter um objetivo mais claro para os profissionais de educação e para a população, inclusive os objetivos dos sindicatos devem ser mais claros. **O que seriam os objetivos políticos que você citou?** Tem alguns sindicatos que existem filiados vários partidos políticos, né? Então os integrantes do sindicato, são filiados a partidos políticos, então os partidos políticos acabam fazendo uma comunhão com esses indivíduos para ter outros interesses, não exatamente a educação, então eu acho que desvia o foco, então é bom, acho que o trecho um se foi. **Então tá trecho**



2. Deixa eu lembrar, um momento, só um minutinho, já lembrei. Em relação ao trecho 2, primeiro que a crise mundial afeta muitos países, inclusive o Brasil, inclusive os setores da educação, acho que afeta todas as áreas, não só educação, mas uma crise, os países são todos integrados, interligados, o comércio, as ações são todas interligadas, então não tem como numa crise mundial não afetar um país como o Brasil, da dimensão do Brasil. O significado da sigla BRICS eu desconheço, não conheço e prefiro não comentar isso. **Você poderia tentar desenvolver algo sobre a crise em como ela afeta também a educação? Em que sentido?** Bom, isso é mais complexo do que a gente imagina, porque, é a nível superior tem muita gente que vai estudar fora, tem o mestrado, tem o doutorado, mas também afeta o ensino básico. Como que eu posso explicar, eu sei que afeta, mas agora para explicar isso. **Bom, se você quiser passar também, tudo bem.** Bom eu prefiro passar, não vou conseguir te explicar, mas afeta todas as áreas. **Trecho 3, então.** Isso. Bom no trecho 3 que fala novamente sobre sindicatos, então muitos sindicatos representam a classe trabalhadora. Bom eu acredito que muitos sindicatos representam a classe trabalhadora de forma satisfatória, porém, o nosso sindicato aqui do estado do Paraná, eu acho que tem muitos problemas, é um deles já citei no trecho

1 que são, acho, os interesses políticos que interferem no processo e interesses individuais que também deveria ser mais o interesse de um coletivo e não o interesse individual, interesse de um ou outro, em conseguir cargo político, conseguir uma outra função, um emprego ou coisa assim. É eu acho que para mim e para a maioria dos PSS o sindicato não é muito representativo. **E o que você pensa a respeito da sindicalização?** Olha é importante, mas eu não concordo com as taxas, eu porque infelizmente, eu não sei porque estou por fora dos valores cobrados, mas a uns três anos atrás, quando conversei com uma moça do sindicato, não era uma taxa muito alta, mas é para você, por exemplo, o que eles ofereciam que era a hospedagem em hotéis e tudo mais. Os valores pelo menos da época, eram quase iguais aos dos não sindicalizados, eu não vi muita vantagem, apesar de que isso foge um pouco, você vai ter o sindicato para passar férias, isso foge um pouco da lógica, então. **Qual seria a lógica que você está falando?** A gente entra no assunto, de que para que serve o sindicato? É para defender os interesses dos trabalhadores? É para um bem comum? É para regalias? Então, acho que precisa ter os objetivos bem definidos, volto no assunto dos objetivos bem definidos do sindicato. Nada contra ter regalias, talvez, seja importante para o trabalhador, precisar ter objetivos bem definidos. **Então se você fosse concursado, você se sindicalizaria?** Olha com esse sindicato atual, eu acho que não, principalmente, pelas divergências de opiniões, tem muita contradição, e até pela classe que é um pouco desunida, infelizmente, e bom eu não sei se entrar no sindicato seria uma forma de tentar uma união, bem eu gostaria de uma coisa nova, uma coisa diferente. **Ao que você atribui essa desunião?** Um pouco por questões políticas, um pouco não se bobear é o fator principal. Mas, não é só questão política, existe a questão de valores ideais e, por exemplo, em relação a greve tem professores que concordam com a greve, tem professores que não concordam, acha que tem de fazer reivindicação, mas não pode deixar a escola porque vai prejudicar o aluno. Acho que existe muita divergência, um pouco é importante, mas acho que quando você luta por uma causa, você tem que seguir a causa e isso não acontece na nossa classe. A maioria decide, ou poucos participam de votações e depois ficam só criticando, metendo pau e criticando porque não foi acatada uma certa opinião. Então, eu acho que os professores deveriam tentar se unir mais, não sei se o sindicato resolve, acho

que existem outras formas para ver isso hoje, a internet e várias formas de comunicação, então é a prova disso é que já houve movimentos sociais através de internet que sem sindicato, simplesmente, aconteceu. **Então você acredita que existem outras alternativas para mobilização?** Com certeza existem outras alternativas. Claro que o sindicato é uma forma organizada. **Você citou aqui anterior que acha que deve ter um sindicato de uma forma nova, assim, você pode desenvolver um pouco mais sobre isso?** Primeiro que teria de ser apartidário, né. Sem fins políticos nenhum e é, mas novamente se tiver objetivos claros para a população, para o cidadão, a mãe e o pai, eu acho que seria mais fácil de trabalhar com esse novo sindicato, é. Hoje eu acho que boa parte da população não concorda as vezes com uma paralisação, justamente, porque o cidadão não sabe o que está acontecendo, quais são as decisões, então é acho que nós precisamos ser mais claros, e trabalhar de uma forma mais unida. Mas, precisamos de liderança, sempre quando para ter liderança, precisa ter uma hierarquia, é difícil né. Eu acho que deveria ser uma organização com o objetivo principal de melhorar a educação, melhorar a infraestrutura da escola, desenvolver a educação. É esse o objetivo, não tem muito outros, esse deve ser o objetivo do sindicato, eu não conheço muito, deve ser esse. Eu não sei. **Você deve saber, é da área, que a palavra educação é um termo muito amplo. Então gostaria que você falasse um pouco que quando um sindicato deveria ter claro que ele tem de atuar sobre a educação, fala para mim, mais um pouco sobre o que você entende quando você fala educação?** Por exemplo, em relação, a posição do sindicato quando eles começam a falar de reivindicação, eu acho que eles batem muito na tecla: haaa, os tantos por cento que não foram dados pelo governo tal, que o governo não está fazendo e tal. Só que é, primeiro, acho que é preciso é, eu acho que os professores precisam apresentar medidas de mudança de resultados, o que de fato é concreto, o que de fato pode melhorar a educação? Ou que não, o que não melhora, por exemplo, eu já vi discursos de indivíduos reclamando do quadro de giz, falando que a educação no quadro de giz é uma coisa antiga, precária e que eu acho é um discurso banal, totalmente ultrapassado, até porque o trabalho com quadro de giz é provado que funciona, Claro que existem novas tecnologias que você pode usar, desenvolver novas tecnologias e você tem de aproveitar todo o material que existe, mas agora simplesmente, você não vai usar mais quadro de giz? Isso é balela, é eu acho que as vezes existem medidas do governo de fechamento de sala, é na hora tem de ter o mínimo para fechar uma sala de aula, mas todo mundo sabe que todo o individuo tem direito a educação e a escola, mas pelo pouco tempo que tenho de experiência em fazer aula, eu sei que tem muitos alunos que estão fora de sala de aula, porque, fechou o colégio e aonde que eles e a opção que foi dada a eles é inviável. Por exemplo, eu já trabalhei lá no Emiliano Pernetá, fechou o período noturno, não tem mais aula no noturno. A opção era para uma escola a quase três quilômetros de distância, só que muitos não podem, porque a maioria que estudava a noite ali, ou é mãe que tem filho pequeno, ou é o aluno que trabalha até tarde. Para ele dois ou três quilômetros é uma distância muito grande, não dá para ficar andando a noite assim. E o governo parece que não está nem aí, simplesmente fecha a escola porque tinha um grupo muito pequeno de alunos. Mas, deixa o aluno a ver navios, então isso para mim é um descaso total em relação a educação. Não, é o que vem ocorrendo com esse governo atual, simplesmente, não tem o mínimo de vergonha, quantos alunos que nós temos nessa situação? Deve ter milhares, eu ainda não vi índice nenhum sobre número de alunos que... **Aqui em Matinhos eu estava vindo do trabalho e eu ouvi um pai comentando que na**

**escola que o filho dele estuda, hoje tinha 44 alunos na turma.** Exatamente, é o que eles fazem, eles é fecham uma turma, por exemplo, na escola eles tinham duas turmas, fecha uma turma e fica uma turma só. Mas, poderia ter duas com 22 alunos, poderia ter duas com 22, porque eles não fazem isso? Nunca é qualidade, é sempre retenção de gastos, custo de trabalho. Trata a educação como se fosse, na verdade só analisam a oferta e quanto eles vão gastar, na verdade quanto que eles não querem gastar, esse é o objetivo. Porque obras em sim são muito poucas, do que poderia ser feito. **Você poderia falar sobre o atual governo?** Olha nem gosto de conversar, falar muito, sobre o atual governo, porque é eu não, me desagrada o atual governo, porque desde o governo anterior, desde o mandato anterior já havia esse descaso com a educação, já estava ocorrendo o fechamento de turma, já havia, essa política de controle de julgamento no geral assim. Só que muitos professores votaram no atual governo, porque não observaram que estava ocorrendo com a educação, mas já vinha ocorrendo no mandato passado. Dai de repente, estourou tudo isso e agora ninguém mais votou/vota nele, todo mundo se tornou, como posso dizer, todo mundo abriu os olhos. Mas, isso tudo já ocorreu no primeiro mandato. Mas eu acho que nós temos um problema político muito sério que também precisaria de um outro partido, um outro governo, um partido totalmente rastreado, vigiado, não sei se isso seria possível. Ou tudo claro para a população, o individuo tem tanto na conta, você pode olhar e pronto. Esse modelo, o teu, você não se casou com o Ehrick né? Então o Ehrick que tinha uma meta que queria montar um partido político novo. Mas eu acho que precisava de algo novo, independente do sistema. Do jeito que as coisas acontecem, o indivíduo assume o poder, mas já com um monte , qualquer cargo o cara já deve para todo mundo, então não tem como se livrar dos problemas do sistema. **Compreendi.** Dai é isso. **Então vamos para o trecho 4.** Pera um pouquinho. Tá pode ser. Em relação ao trecho 4, a mobilização dos servidores serviu para mostrar a população que é possível impedir medidas que não estejam de acordo ou que não estejam ou que desagradem o cidadão. É eu acho que se a população começar a se organizar e se mobilizar mais, é possível a gente criar leis , mudar leis, e mudar é possível, mas a mobilização precisa ser contínua. Não pode se dar, só um momento. É que eu coloquei aqui que é através de mobilizações e principalmente o cidadão comum pode se organizar não precisa do sindicato mesmo. Nós deveríamos fazer um revezamento de mobilizações para aprovar leis, para aprovar as melhorias educacionais para pressionar os órgãos do governo é para ajudar a fiscalizar as contas do estado. De forma geral para melhorar a máquina, na verdade a mobilização deveria ser contínua e eterna, não deveria cessar mais e força do ente coletivo, né. Não adianta um ou outro que não vai se resolver e também o sindicato não vai resolver nada, tem que ser quase toda a população acho que seria a única forma de mudar alguma coisa. **Mas assim mais especificamente como você vê o papel da APP no tratoração?** Como que é? **Como é que você enxerga o papel da APP no tratoração?** Teve resultado, porque é a mobilização, porque os deputados foram pressionados e tiveram que retirar as leis, aquelas leis inadmissíveis. E além disso, tratoração, simplesmente fazer aquela votação rapidamente, aprovar uma lei rapidamente, aquilo lá é um absurdo, precisa ser discutido com a população. O dia mesmo, 29 de abril, que teve toda aquela movimentação, aquela muvuca, é inadmissível proibir os professores de entrar, se não me engano é inconstitucional, você não pode proibir um cidadão de entrar na ALEP, todo o indivíduo tem o direito de participar e contribuir e reivindicar e é o que eles estão tentando negar. Eu acho que foi uma vitória, aquilo do tratoração, foi uma vitória, mas e depois? Foi uma vitória

ali de imediato, porque saiu na mídia, saiu e outros lugares, mas e depois? Eu acho que, bom, eu acho que o fim do é, como posso dizer, pera ae só um momento. Eu acho que foi um ganho significativo é aquela pressão da população contra o tratoração, aquilo foi, mas passou um tempo depois muitas coisas do tratoração, eu não consigo explicar exatamente quais as leis, mas algumas coisas do tratoração depois aconteceram depois, foram aprovadas. Então resolveu de imediato, resolveu naquele dia, resolveu, mas depois o governo esperou passar e aprovou medidas que estavam lá na pauta do tratoração, então é complicado e não foi só uma medida. É pode ser trecho 5? **Pode sim.** Sobre o dia 29 de abril, desculpa falar isso, mas 29 de abril é o dia de aniversário da minha namorada. É então o dia 29 de abril, acho que ficará marcado na história do estado e do Brasil mesmo. Foi um dia de ato de selvageria, autorizado pelas autoridades. Autoridades do governo, que é Governador, Secretário de Segurança, Chefe da Polícia, eu acho que é, bom naquela dia deveria ter sido uma vitória para a classe dos professores, deveria ter sido uma vitória para a classe dos professores se essas autoridades tivessem sido colocadas atrás das grades, né. Que se fosse, em um país onde leis fossem realmente cumpridas, esses indivíduos estariam atrás das grades, porque o que aconteceu teve-se várias agressões e tentativa de homicídio, eles poderiam pelo menos ter passado um ou dois dias atrás das grades. E isso não ocorreu, o que aconteceu de fato que passaram-se alguns dias, o governador, secretário de segurança e assim por diante, só bombaram, porque foi discurso de zombaria de todos. Então quando vamos ter uma país sério? Os fatos estavam ali as imagens provam e não foi só uma imagem foram várias imagens de vários ângulos, as imagens provam, porque não colocaram ninguém na cadeia? Então o dia 29 de abril era para ter sido uma vitória para os professores, mas não foi, foi um dia só sanguinário. **E como você vê a capacidade de mobilização da APP naquele dia?** É na verdade, começou com a APP, não sei se começou com a APP, é começou com a APP. Vamos dizer assim, mas é a notícia foi dada de uma forma que a maioria dos presentes ali não tinham nada com a APP eles estavam pela reivindicação em si, então é claro, a APP atuou de forma rigorosa, eles fizeram, colocaram, ficaram na frente do movimento, acho que a APP foi importante a atuação da APP, mas é principalmente depois do episódio em si, acho que faltou força política, faltou, faltou, mas se nós temos um governo que tem todo o judiciário a seu favor, então, todo o judiciário foi comprado a seu favor, então o que a gente vai fazer? Complicado, mas eu acho que nesse caso a APP foi atuante, não posso desmerecer a APP, porque ela foi atuante, ela liderou, teve uma participação direta, mas a maioria dos participantes não eram do, não eram integrantes da APP. Estavam lá, oi? **Então você acredita que tiveram outros fatores que contribuíram para que desse certo?** Principalmente, a organização dos profissionais da educação, não só dos servidores, né também na organização da internet, no boca-a-boca, na divulgação boca-a-boca acho que foi muito importante. Para que todo estiver em cima devido as medidas que seriam implementadas, então tava todo mundo esperto, então a APP liderou, mas os profissionais de educação e servidores estavam ligados, né? Nos fatos em si. Na verdade foi um conjunto de fatores, não foi só a APP, mas na verdade foi a APP mais a mobilização dos professores e dos servidores também em relação é em relação a, como posso dizer, nossa já está dando branco. O principal, em relação aos professores e aos servidores em geral era os salário, a principal reivindicação que queriam um aumento próximo do reajuste da inflação, mas ae o governo, foram várias situações. Eu acho que vou ter de ler o trecho de novo. Só um minuto. Bom pronto, estávamos no 6 né? Só agora para finalizar. Eu ainda acho



que a APP ter liderado, eu ainda acho que os sindicatos de professores precisa se desenvolver e muito para debater com qualidade com o governo sobre as políticas, sobre as políticas públicas e necessidades educacionais, porque esse debate deveria ter primeiro a APP deveria discutir um pouco com os profissionais em educação da escola, quais são as reivindicações, quais são as melhorias, o que queremos? O que precisamos? Ai sim, ai sim, desenvolver com o governo de forma mais qualificada, acho que falta qualificação do sindicato, mas teve liderança sim no ato de 29 de abril. Vamos para o trecho 7, certo? **Na verdade a gente estava no 5 e agora a gente vai para o trecho 6.** Agora que a gente vai para o trecho 6? A gente estava no 5? **A gente estava no 5, me desculpa.** Tô me confundindo então. A então eu já me confundi com o 6 porque eu já li o 5. Pera ae. A do 5, pera um pouco, então para finalizar o 5, eu falei um pouco do 6, mas vou finalizar o 5. É voltando ao que falei, que o sindicato liderou, mas os responsáveis não foram punidos, governador, o chefe da polícia e assim por diante. E os discursos foram muito assim, foram discursos banais deles, na época. E a pouco tempo saiu no noticiário que a ação coletiva dos professores que foi tomada pela APP, a APP liderou essa ação coletiva do ato em si. Foi indeferida pelo judiciário, você deve saber disso. Isso é um absurdo total. Agora cada um vai ter de entrar individualmente para analisar caso por caso, tudo para, resumindo, o juiz que alegou e indeferiu, praticamente parabenizou o ato da polícia e do governador. Então os vitoriosos foram os bandidos. Resumindo se fosse um país sério, o que aconteceu teria acarretado em medidas sérias, teria dado cadeia, para chefe do poder, mas. Fechou o 5 né? No seis, que volta lá. No 6 é eu falei que a APP e os sindicatos de forma geral precisam, acho que os sindicatos da educação que eu acompanho mais, precisam se qualificar, trabalhar melhor os temas da educação, é e para já chegar para quando ocorrer dialogo com o governo é você ter uma forma mais clara de reivindicação de lutas é e assim. Acho que muitas vezes o professor demora para saber o que está acontecendo, o professor sabe só sobre seu salário e sabe sobre as condições de sua escola, mas outros fatores o professor não sabe. Acho que esse esclarecimento deveria ser mais efetivo. **Que outros fatores que o professores poderiam estar sabendo?** Que precisa de mais qualificação, sobre as políticas publicas, sobre as questões educacionais e precisa de um debate mais efetivo para apesar de tudo que não é fácil, não é simples e bem difícil. **O que você pode me falar sobre o sindicato e o trabalho formativo?** Desconheço, não tenho informação, porque as poucas vezes que eu ouvi o sindicato na escola foi sobre campanhas políticas, chapas, sobre eleição e para adesão ao sindicato, as formas para entrar, o que eu poderia usufruir, desconheço sobre a possibilidade de formação. Pelo sindicato eu desconheço, não sei. **Tem algo a acrescentar no trecho 6?** Eu acho que é isso mesmo, só isso. **Acho que podemos passar para o trecho 7.** Tá espera ae só um momento. O trecho 7 eu achei meio confuso o jeito que está colocado. Se existe aumento para o professor, existe aumento para o sindicato. Porque está relacionado com a porcentagem que o sindicato ganha, mas eu acho que os sindicatos, precisam ser repensados. Eu volto a falar que os sindicatos precisam definir melhor seus objetivos e o objetivo não pode ser lucro, pelo menos um sindicato de educação é um absurdo o objetivo ser lucro. Só acho que eu sou contra, nada contra o capitalismo ou coisa assim, mas acho que os fins lucrativos para o sindicato de educação, eu acho que a educação não deve ser tratada como mercado. Mas, fazer o que trabalha como se fosse mercado. Não sei mais o que comentar sobre esse trecho. **Se você quiser a gente pode passar para o trecho 8.** Vamos para o trecho 8, só um momento. O trecho 8 fala principalmente da questão salarial, a favor do piso, porque tem estados

que não adotam o piso mínimo. É bom primeiro que eu acho que o educador é muito mal pago, principalmente no ensino básico e o educador mal pago reflete isso em sala de aula. O que vem acontecendo atualmente que eu como PSS estou trabalhando desde fevereiro agora e ainda não recebi, mas não só eu, mas são pais e mães de família que pagam a casa que se sustentam e vão fazer o que, imagine ficar dois ou três meses sem receber? Isso é um absurdo. Então, é um absurdo total né. Mas, um profissional da educação precisa ser bem pago e até as políticas educacionais primeiro deveriam inverter um pouquinho os objetivos dos futuros mestres e doutores, porque para mim mestres e doutores deveriam dar aula na educação básica, ensino básico, e dar aula no ensino superior é bem mais fácil. Mas, claro eu posso falar porque eu tenho pós, somente, se eu tivesse mestrado ou doutorado talvez eu pensasse diferente. **Eu perdi seu raciocínio desculpa. Fala de novo sobre a questão do mestre e doutor dar aula na educação básica, desculpa perdi.** Eu acho que deveria formar mestres e doutores para se trabalhar na educação básica. Já imaginou um doutor em ciências dando aula. **Eu trabalho, eu trabalho na educação básica.** Você está terminando o mestrado né? Hummm que bom, mas qual a tua projeção? Você pretende? **Ficar na rede.** Continuar na educação básica ou ir para uma universidade? **Eu quero fazer minha carreira na educação básica e terminar minha carreira na Universidade.** Mas, isso é normalmente, o objetivo de vários é fazer mestrado e doutorado para dar aula no ensino superior. **Eu não quero.** Uns, hummm? **Eu não quero.** É mais eu acho que isso é muito pela questão salarial, porque é se um indivíduo termina um doutorado e abre um concurso de salário de doutor para dar aula para educação básica, ele vai dar aula para educação básica. É infelizmente o dinheiro manda. Já imaginou um doutor. **Pelo menos aqui na rede (Matinhos) tem um acréscimo de 30% no salário. Então tem um incentivo financeiro, acho que é isso que precisa no plano de carreira.** Tem de ter para que fique e permaneça, já é alguma coisa. **Porque no estado, não estou por dentro do plano de carreira, fazer um mestrado no estado, dizem que não é tão vantajoso. Não sei se estou equivocada.** Na verdade é assim, até o estado oferece é oferece até bolsa e muitas vezes ele pode até parar, não dar aula, não lecionar e só fazer o mestrado, pode acontece isso, mas e daí o professor sobe de nível, eu não sei quanto sobe o salário, mas é uma porcentagem, é melhor que nada. Eu acho que o plano de carreira do professor não é tão ruim, o problema é que o plano de carreira do professor, correm os boatos, eles querem cortar benefícios que o professor conquistou, inclusive plano de carreira e mestrado. Então é uma conquista, o professor estudar ficar um ano e meio, dois anos afastado da escola e depois voltar mais qualificado e já com uma pontuação melhor. Só que é uma minoria que consegue fazer mestrado pelo estado, mas a maioria faz PDE que é um tipo de mestrado, então são essas algumas coisas que vem acontecendo que dizem que o governo quer cortar os gastos. **Como é que você vê a questão da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e o Movimento sindical em geral e a APP? Você enxerga uma relação entre a CNTE e a APP?** Olha eu preciso me inteirar mais a respeito, eu sou muito desconfiado, eu que nem ali no trecho 8 que tem o ônibus com 30 integrantes, não sei até que ponto eles vão só para reivindicar é porque não sei até que ponto isso está no indivíduo, eu espero que seja isso, mas volta naquele ponto eu não sei se não é interesse individual, partidário, mas é importante esse movimento porque se a APP junto com CN... T como é mesmo? **CNTE.** É pelo menos eles estão fazendo, porque os professores em geral não estão fazendo. Então, precisa sair de algum lugar, mas eu preciso estudar mais a respeito

disso, é me falta base para falar sobre isso. **Não tem problema.** Eu desconheço mesmo, até porque eu sabe quando você não quer saber, não é isso, sabe quando eu quero trabalhar dar minha aula e o que está acontecendo, quando a gente começa a ficar desacreditado das coisas. **Não é só por isso, porque a gente vive em uma sociedade que a informação é complexa, em maior quantidade e menor qualidade. A gente tem de ter uma certa habilidade e tempo para filtrar essas informações. Então, eu não posso culpabilizar ninguém porque não ficou sabendo disso ou aquilo.** O trecho 8, o fato em si se vai ter eu não sabia. **Esse trecho a notícia é antiga. Não está a data de 2015. Não, não, nem 2016. Mas para captar, o que interessava era as conexões que você poderia fazer, entendeu.** Então eu acho que fiz poucas conexões. **Verdade.** No trecho 8 ficou a deseja, não vou poder me ajudar.